CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: AS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO (2004/2009)

Naiza Bezerra dos Santos

Dissertação de Mestrado em Relações Étnico-raciais apresentada ao Programa de Pós-graduação, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador

Prof. Dr. Alvaro de Oliveira Senra

Rio de Janeiro
Setembro de 2013

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: AS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO (2004/2009)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Naiza Bezerra dos Santos

Aprovada por:

_____

Presidente, Prof.º Dr. Alvaro de Oliveira Senra

_____

Prof.ª Dr.ª Nara Maria de Santana

_____

Prof.º Dr. Flávio Anicio Andrade - IM/UFRRJ

Rio de Janeiro
Setembro de 2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S237 Santos, Naiza Bezerra dos
Políticas públicas de promoção da igualdade racial : as conferências municipais na cidade de São Paulo (2004/2009) / Naiza Bezerra dos Santos.—2013.
xvii, 97f. + apêndices e anexos : il.color. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2013.
Bibliografia : f. 93-97
Orientador : Alvaro de Oliveira Senra

1. Políticas públicas - Brasil. 2. Discriminação racial. 3. Relações raciais. 4. Palestras e conferências. I. Senra, Alvaro de Oliveira (Orient.). II. Título.

CDD 305.8

Aos meus ancestrais, os mais de quatro milhões de africanos escravizados neste país.
Aos meus contemporâneos, guerreiras e guerreiros que permanecem na luta para romper os grilhões simbólicos que ainda nos escravizam!

AGRADECIMENTOS

Definitivamente, não realizamos nada sozinhos. Por menor que seja o passo a ser dado carregamos a marca da crítica, do incentivo, da sabedoria, da descrença e de mais tantos diversos adjetivos de outrem. Por isso, devemos manter uma postura de gratidão.

A respeito da gratidão compartilho das orientações do intelectual e poeta laureado, Dr. Daisaku Ikeda, o qual ensina: “É importante jamais se esquecer do débito de gratidão que possuem com as pessoas que os ajudaram a desenvolver-se, que os apoiaram e os encorajaram”. [...] (Brasil Seikyo, Ed. 1545, 26/fev/2000, p. A3)

Nesta etapa de intensa realização eu não poderia deixar de reconhecer aqueles e aquelas que, de formas distintas e não menos importantes umas das outras, contribuíram para essa conquista. Portanto, de maneira especial destaco:

Eliane Assis e Wellington Rocha (Tom), o que seria de mim no Rio de Janeiro sem o “compromisso político” de vocês?! Desde o processo seletivo do mestrado representaram meu porto seguro na cidade maravilhosa.

Anamaria Lourenço das Dores, amável pessoa que me orientou sobre os caminhos para conseguir dados oficiais na Prefeitura de São Paulo e apoio fundamental em questões funcionais ao logo deste período. Estendo este agradecimento à parte de sua equipe, pelo suporte direto: Rosana, Leila e Vel.

Luiz Felipe, pessoa que acompanhou parte desse processo não medindo esforços para contribuir com a conclusão de etapas essenciais para a conquista de hoje. Obrigada!

Thamara, Sandra, Luiz Henrique, Janaína, Luciane, Raquel, Marcela, Vanessa e Fernanda, adoráveis estagiárias e estagiário que me abasteceram de energia para continuar, através de seus incansáveis questionamentos e interesse em conhecer e se apropriar da temática racial. Especialmente à Vanessa Gonzaga e Fernanda Leite pela fundamental contribuição na reta final desta pesquisa, jamais esquecerei!

Deivison Nkosi, primeira pessoa com quem compartilhei a proposta de projeto para o mestrado, recebendo suas considerações e apoio.

Maria Aparecida de Laia pela oportunidade de atuação no Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo, espaço onde pude, através do meu exercício profissional aprimorar-me nesta complexa discussão das relações étnico-raciais em suas mais

dolorosas e por vezes silenciosas expressões: a discriminação e o racismo. Ainda pela compreensão e colaboração no investimento de tempo que necessitei aplicar nesta empreitada.

Familiares e amigos que acompanharam de forma presencial e à distância momentos de ausência, satisfação, renúncia, descrença, confiança, desgaste, enfim, esta etapa chegou ao fim ou a um novo começo.

Família *Soka Gakkai*, presente em todos os momentos e lugares que eu necessitei. Minha especial gratidão aos membros de São Paulo e Rio de Janeiro, os primeiros por compreenderem e apoiarem incondicionalmente algumas ausências necessárias; os segundos pela calorosa e carinhosa recepção na cidade maravilhosa, permitindo que eu continuasse abastecendo minhas energias, através da filosofia budista fora de São Paulo.

Vitória Paiva, uma grande amiga com quem compartilho alguns momentos da minha vida profissional e até agora dos estudos no mestrado. Com sua benevolência ensinou-me a conviver melhor com situações que não posso mudar.

Kajali, amiga, irmã, confidente, incentivadora de crítica sabedoria e maturidade profissional, sempre com sugestões preciosas que enriqueceram os caminhos metodológicos desta dissertação. Como lhe agradecer por todo o apoio?!

Cleide Aparecida Vitorino, companheira que sempre me incentivou a ampliar meus conhecimentos na temática racial, oferecendo informações sobre os editais de pós-graduação. Ao longo desta pesquisa contribuiu com excelentes dicas de acesso e fontes de informações.

Dalva Pereira da Conceição, sempre em contato, questionando a evolução do trabalho e me incentivando.

Carmem, bibliotecária do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo, desde a graduação me recomendando as melhores bibliografias para alimentar minhas reflexões.

Os novos colegas da Prefeitura de São Paulo, novos porque passamos de desconhecidos a parceiros: Rosangela da Silva (Setor de Protocolo da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania) pela generosa recepção e indicação de profissional para colaboração com dados do SIMPROC; Solange Jacobini (Secretaria do Governo Municipal) pela escuta e busca de informações nesta pasta; Paulo Dutra (Secretaria de Planejamento, Orçamento e

Gestão – SEMPLA), por autorizar minha pesquisa junto a esta secretaria e direcionar um profissional para me atender; Dárcio, profissional da SEMPLA que contribuiu na busca pelas informações que eu tanto precisava, não tenho palavras para expressar a gratidão pelo seu empenho e dedicação!

Jefferson Mariano (IBGE), sua aula sobre desigualdades raciais e a riqueza dos dados deste instituto começou naquela audiência pública da III Conferência de Promoção da Igualdade Racial, na Assembléia Legislativa e o aprendizado será constante.

Estevão, pelo carinho, companheirismo, incentivo e confiança permanente.

Evanice Gomes de Oliveira, Patrícia Santos e Cleonice Caetano Souza do Sindicato dos Comerciários pela cessão do uso de espaço para realização de algumas entrevistas.

Gevanilda, Gilson Negão, Suelma e Penha pela articulação e informações para a obtenção de contatos importantes.

Lia Lopes, Cláudia Luna e Mafoane Odara, carrego em mim ou pouquinho de cada uma de vocês. Obrigada pela oportunidade de aprendizado, através da expressiva experiência de vocês!

Equipe de trabalho da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo – SMPIR, especialmente nas pessoas de Matilde Ribeiro e Marcilene Garcia, por compreenderem minha necessidade de ausência em momentos decisivos para este órgão e por momentos decisivos para mim, apoiando a dedicação e empenho para o desfecho deste trabalho.

Ester Fátima Vargem, Ana Cristina Mendes e Mariana Mello, colegas de profissão que acompanharam os bastidores deste período, colaborando com palavras de apoio e estímulo.

Prof.ª Marlene Merisse, orientadora da graduação que prontamente colaborou com a carta de apresentação para o processo seletivo de mestrado. Olha o resultado!

Prof.º Dr. Alvaro Senra, meu orientador, pela confiança depositada desde o processo seletivo.

Prof.º Dr. Roberto Borges, primeiro coordenador do Programa de Mestrado em Relações Étnico-raciais, pela lição de pioneirismo em inaugurar junto à CAPES uma área de

conhecimento e fazer acontecer, dentro de uma instituição de ensino tecnológico, esse programa de mestrado. Por causa deste exemplo, eu e tantos outros colegas transformamos parte de nossas experiências pessoais e indagações relacionadas à temática racial em ciência.

Prof.º Dr. Mário Luiz de Souza, Prof.º Dr. Flávio Anicio Andrade e Prof.ª Dr.ª Nara Maria de Santana pela contribuição na fase de qualificação e oportunidade de explorar outros caminhos.

Prof.º Dr. Carlos Henrique Martins, por que três e não cinco?! Suas aulas de metodologia de pesquisa foram essenciais para delinear minhas escolhas metodológicas. Jamais esquecerei o imediato suporte, gentilmente oferecido antes mesmo do início da disciplina.

Sandra Mariano, Samoury Mugabe, Francisco*, Maria Aparecida de Laia, Edmar Silva e Mário Luiz Cortes, pois, sem a participação de vocês esta pesquisa não teria a riqueza de informações proporcionada pelos seus valiosos depoimentos.

Teacher, Diones! Muitíssimo obrigada pela colaboração na tradução para o idioma inglês.

Por fim, às adversidades presentes ao longo deste caminho, transformadas em oportunidades de exercitar as potencialidades dos meus limites.

"A mudança não virá se esperarmos por outra pessoa ou outros tempos. Nós somos aqueles por quem esperávamos. Nós somos a mudança que procuramos."

(Barack Obama)

RESUMO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: AS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO (2004/2009)

Naiza Bezerra dos Santos

Orientador

Prof. Dr. Alvaro de Oliveira Senra

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Relações étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-raciais.

A presente dissertação tem por objetivo geral analisar a construção das conferências municipais de promoção da igualdade racial, realizadas na cidade de São Paulo nos anos de 2004 e 2009, destacando a participação da sociedade civil e sinalizando as propostas mais relevantes de políticas públicas oriundas desta importante ferramenta de participação social. Para a realização deste trabalho apresento uma abordagem conceitual sobre estado capitalista, sociedade civil, políticas públicas, movimentos sociais e participação social. Abordo ainda a origem das conferências de políticas públicas no Brasil, o debate internacional acerca do combate ao racismo, através de conferências mundiais, bem como a realização das conferências de promoção da igualdade racial na esfera federal e municipal. A pesquisa realizada é de natureza qualitativa e sua metodologia foi composta por pesquisa documental, através do levantamento e consulta de documentos oficiais, tais como: decretos municipais e federais, publicações do Diário Oficial do Município, processos de instrução e oficialização das conferências. Os instrumentos de pesquisa para coleta de dados constituíram-se de técnica de entrevista estruturada e aplicação de questionário. Os sujeitos de pesquisa foram três representantes de organizações do movimento negro, bem como dois gestores públicos municipais responsáveis pela realização das conferências nos períodos estudados. A pesquisa de campo revelou a necessidade de inclusão de mais um sujeito de pesquisa: um gestor público que atuou fora do período analisado, no entanto, responsável pela realização de uma atividade que tem relação direta com o objeto de estudo. A análise documental, bem como das entrevistas concedidas evidenciaram incompatibilidade de objetivo, divergências na relação entre sociedade civil e poder público e irregularidades normativas na realização da I Conferência de Promoção da Igualdade Racial (I COMPIR). Durante a realização da II COMPIR, a relação entre poder público e sociedade civil transcorreu de maneira pacífica, havendo apenas uma discordância relativa ao regimento interno, sendo esta brevemente sanada. No entanto, assim como na I COMPIR houve contradições de objetivo de realização. Apesar das diferentes dimensões de eixos temáticos apresentados, ambas as conferências tiveram uma proposta comum: a criação de uma Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a qual se concretizou no atual governo.

Palavras-chave:
Promoção da igualdade racial; conferências; município de São Paulo

Rio de Janeiro
Setembro de 2013

ABSTRACT

PUBLIC POLICIES PROMOTING RACIAL EQUALITY: THE MUNICIPAL CONFERENCES IN SAO PAULO (2004/2009)

Naiza Bezerra dos Santos

Advisor:

Prof. Dr. Alvaro de Oliveira Senra

Abstract of dissertation submitted to Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/, as partial fulfillment of the requirements for the degree of master of ethnic-racial relations.

This paper aims to check how was the construction of municipal conferences to promote racial equality, held in São Paulo in the years of 2004 and 2009, highlighting the participation of civil society and indicating the most relevant proposals of public policies resulting from this important tool for social participation. This work presents a conceptual approach of the capitalist state, civil society, public policies, social movements and social participation. Yet, it discusses the origin of public policy conferences in Brazil, the international debate on fighting racism through global conferences, and the conferences taken to promote racial equality at federal and municipal levels. The analysis is qualitative in nature and the methodology is based on desk research using official documents such as government reports. The instruments for collecting information are consisted of interviews and questionnaires and the subjects were three representatives of organizations of the black movement, as well as two municipal administrators responsible for conducting the conference in both periods. The conduction of the survey revealed the need of another subject: a public administrator who acted out of the period analyzed, but, however, was responsible for carrying out an activity that was directly related to the aim of this study. The development of the research revealed the incompatibility of purpose and relationship between civil society and government, as well as irregularities in the process of the First Conference for the Promotion of Racial Equality (I COMPIR). During the course of the COMPIR II, although the objectives were still different, this relationship became peaceful, with only a disagreement concerning the bylaws, which was dealt with shortly. Despite the diverse dimensions of themes presented, both conferences had a common proposal: the creation of a Municipal Promotion of Racial Equality, which became reality in the current government.

Keywords:
Promoting racial equality; conferences; São Paulo

Rio de Janeiro
September 2013

Sumário

Introdução **1**

I Estado Capitalista e Sociedade Civil **6**

I.1. Concepção de Sociedade Civil 8

II Políticas Públicas e Participação Social **12**

II.1 Origens e Desenvolvimento das Políticas Sociais 12

II.2 Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial: uma construção necessária 17

II.3 Movimentos Sociais e Participação Social 23

II.3.1 Movimento Negro: síntese histórica 25

II.3.2 Participação Social 28

II.4 A população negra no município de São Paulo 30

III Conferências de Políticas Públicas **38**

III.1 O processo de organização e realização das conferências 39

III.2 As conferências mundiais de combate ao racismo e as conferências de promoção da igualdade racial no Brasil 42

III.2.1 As conferências nacionais de promoção da igualdade racial 43

IV Impressões e interlocuções dos participantes das conferências municipais de promoção da igualdade racial **47**

IV.1 Sujeitos de pesquisa 47

IV.1.2 Identificação dos sujeitos de pesquisa 49

IV.1.3 Pesquisa documental 51

IV.1.4 Instrumentos de pesquisa para a coleta de dados 53

IV.2 Sujeitos e ações políticas em debate 55

IV. 2.1 Considerações sociedade civil x gestores públicos 55

IV. 2.1.2 Posicionamento dos representantes de organizações da sociedade civil 55

IV. 2.1.3 Posicionamento dos Gestores municipais 63

IV.2.2 A (re)construção da I Conferência de Promoção da Igualdade Racial na cidade de São Paulo 65

IV.2.2.1 Dúvidas quanto às resoluções 79

IV.2.2.2 Discussões temáticas e síntese das propostas da I COMPIR - 2004 80

IV.2.3 A construção da II Conferência de Promoção da Igualdade Racial na cidade de São Paulo 81

IV.2.3.1 Eixos temáticos e síntese das propostas da II COMPIR – 2009 86

Considerações Finais 88

Referências Bibliográficas 93

Apêndice I - Procedimentos de Pesquisa 98

Apêndice II – Questionário Representantes de Organizações do Movimento Negro 101

Apêndice III – Questionário Gestores Municipais 103

Apêndice IV – Roteiro de Entrevista Representantes de Organizações do Movimento Negro 105

Apêndice V – Roteiro de Entrevista Gestor Municipal Edmar Silva 106

Apêndice VI – Roteiro de Entrevista Gestora Maria Aparecida de Laia 107

Apêndice VII – Roteiro de Entrevista Gestor Mário Luiz Cortes 108

Anexo I - Distritos Municípios de São Paulo 109

Anexo II - Distribuição da População Negra por Distrito Administrativo Município de São Paulo - Censo 2000 110

Anexo III - Distribuição da População Negra por Distrito Administrativo Município de São Paulo - Censo 2010 111

Anexo IV – Decreto n. 44.988 de 08/07/2004 112

Anexo V - Decreto de 23/07/2004 113

Anexo VI – Decreto de 23/02/2005 114

Anexo VII – Regimento da Plenária Municipal de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial – D.O.M. 21/05/2005 **115**

Anexo VIII – Decreto n. 50.545 de 06/04/2009 **116**

Anexo IX – Decreto n. 50.560 de 08/04/2009 **117**

Anexo X- Decreto n. 54.011 de 17/06/2013 **118**

Anexo XI – Resoluções da I COMPIR **119**

Anexo XII – Resoluções de II COMPIR **130**

LISTA DE ABREVIATURAS

CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade Raciais
CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CONE – Coordenadoria dos Assuntos da População Negra
CPPNI – Coordenação de Políticas para População Negra e Indígena
D.O.M. – Diário Oficial do Município
EDUCAFRO – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
ENJUNE – Encontro Nacional da Juventude Negra
I CEPIR – I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial
I COMPIR – I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial
I CONAPIR – I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
II COMPIR – II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial
II CONAPIR – II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
III COMPIR - III Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PLAMPIR - Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial
PLANAPIR – Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEMPLA - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de São Paulo
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIMPROC – Sistema Municipal de Processos
SJDC - Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania
UNEGRO – União de Negros pela Igualdade
UNICID – Universidade Cidade de São Paulo

APRESENTAÇÃO

Este estudo encontra seu sentido na vinculação explícita entre o objeto de pesquisa e minha trajetória individual. Afinal, aquilo que nos interessa sempre se relaciona às nossas angústias e expectativas.

Minha história com a questão racial nasceu a partir do retorno, aos vinte e um anos de idade, ao bairro de Cidade Tiradentes, localizado na região leste e periférica da cidade de São Paulo, considerado um dos maiores conjuntos habitacionais da América Latina, tendo a população negra como maioria de seus habitantes.

Após seis anos residindo na cidade de São Bernardo do Campo (região do grande ABC paulista, conhecida pela concentração de instalações de grandes multinacionais automotivas, bem como empresas de transporte de veículos novos), minha família retornou para o distante bairro de Cidade Tiradentes. O período de domicílio no ABC inaugurou minha inserção no mundo do trabalho e meu ingresso na universidade privada, no curso de Comunicação Social.

A volta ao local de origem representou um redescobrimento pessoal, político e intelectual. Minha tia, Luzia, apresentou-me a uma entidade local, o Movimento Cultural de Cidade Tiradentes – MOCUTI, a qual promovia aulas do Cursinho Pré-vestibular para Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO, funcionando como um dos núcleos desta rede nacional. O objetivo de minha tia era de que eu retomasse os estudos, através da oportunidade de bolsa de estudos que esse cursinho oferecia. Lancei-me na oportunidade, mas o que mais me atraiu foi o fato de me aproximar da cultura negra, razão da atuação da entidade, articulada com a organização política para a valorização dos negros e redução das desigualdades nas quais se encontrava inserida a maioria da população local, negra. A partir daí pessoas como o Sr. Valter Hylário, Gilson Negão (ambos do grupo Fala Negão! Fala Mulher!), Paulo Rafael e Ana Rita (MOCUTI) foram se tornando personagens importantes na descoberta da negritude que havia, inconscientemente, adormecido em mim.

Durante dois anos, além de estar matriculada no núcleo do cursinho pré-vestibular atuei como coordenadora, responsável pelo diálogo com os estudantes, professores e mais tarde pela parte de finanças. Desempenhei ainda o papel de colaboradora, ministrando aulas de redação, considerando a bagagem adquirida com a inconclusa graduação em Comunicação Social. Essa oportunidade junto à EDUCAFRO me aproximou dos debates das ações afirmativas, especificamente das cotas raciais para negros, tanto através das aulas de cidadania quanto pela experiência de comparecer semanalmente à sede para emitir e receber informações mais tarde socializadas junto ao núcleo.

O pano de fundo de todas essas descobertas foi a Conferência de Durban[1], a qual eu ainda não me dava conta da relevância política por estar “muito nova” no movimento. Após esse período, por motivos particulares optei por me desligar, oficialmente, do MOCUTI e das atribuições pertinentes ao cursinho.

Logo me aproximei do Núcleo Cultural Força Ativa, à época um grupo juvenil de orientação marxista que discutia raça, classe e gênero, através de grupos de estudos mensais e realizava atividades voltadas ao movimento hip-hop. O conteúdo dos estudos realizados neste grupo e a articulação com as companheiras Fabiana, Fernanda, Lilian, Fernandinha, Marileide e os companheiros, Góes, Tito, Nando, Weber, Cléber, Wellington contribuíram nos mais diversos aspectos para o meu amadurecimento enquanto mulher, negra e trabalhadora.

O vínculo com o Força Ativa também me aproximou de outros grupos juvenis da capital e da Grande São Paulo. Especialmente a partir de 2003, após uma formação em Projetos Sociais, promovida pela ONG Ação Educativa em parceria com o Ministério da Justiça, que culminou com a minha primeira viagem, na condição de ativista, rumo ao 3º. Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS. Essa foi uma significativa experiência que me possibilitou conhecer melhor a dimensão e as possibilidades da discussão da temática racial. A partir daí iniciei contato com uma turma muito especial da região do ABC paulista: Deivison, Nei, Robson, Indianara, Cathiara, Bá, Hellen, Shirley, Felipe, Keila, Késia pessoas fundamentais no diálogo aprofundado sobre identidade negra, organização política, diáspora africana, enfim, uma infinidade de conceitos fundamentais à minha formação política e intelectual. Mais tarde, parte desses e outros companheiros viriam constituir o Grupo Kilombagem, fonte de intensos debates e aprendizagem.

No primeiro semestre de 2004 ingressei novamente numa universidade privada, no curso de Serviço Social, com bolsa de estudos parcial, através da EDUCAFRO. A trajetória acadêmica foi alimentada pela bagagem política e cultural adquirida no movimento social negro, potencializando os conhecimentos oferecidos na universidade. No entanto, cabe a crítica à academia, pois esta não insere em seu currículo a discussão racial ou a aborda de maneira superficial. Especificamente no curso de Serviço Social, essa discussão contribuiria de maneira relevante na formação profissional para a compreensão das especificidades da realidade social, pois, enquanto estagiário e após a conclusão do curso, o profissional atuará majoritariamente com demandas populares, as quais apresentam expressivo contingente de população negra.

O início do ano de 2010 marcou meu ingresso na Prefeitura de São Paulo no cargo de Especialista em Assistência e Desenvolvimento Social, inicialmente na Secretaria de

---

[1] Realizada no ano de 2001 pela Organização das Nações Unidas, em Durban (África do Sul), a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância teve por objetivo discutir junto à sociedade mundial os reflexos do acirramento dos conflitos raciais. Como resultado desta Conferência, elaborou-se um Plano de Ação para que os diversos países signatários cumprissem em seus territórios.

Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS; após, migrando para Secretaria de Participação e Parceria, especificamente na Coordenadoria dos Assuntos da População Negra. Desde então, atuando na coordenação um serviço especializado de atendimento às vítimas de discriminação racial, o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo, passei a lidar, cotidianamente com episódios de discriminação racial, através das denúncias apresentadas pelos munícipes.

A atuação profissional junto às políticas de promoção da igualdade racial estreitou e formalizou minha relação com o Grupo de Estudos das Relações Étnico-raciais e o Serviço Social – GERESS no início do ano de 2011. Este grupo é constituído por assistentes sociais negras e promove atividades com o objetivo de discutir as relações étnico-raciais e o Serviço Social, considerando a necessidade de visibilidade do tema nos aspectos da formação, pesquisa e intervenção profissional, tendo como público prioritário profissionais e estudantes de Serviço Social.

Em abril de 2011 tive acesso ao edital de seleção ao Curso de Mestrado em Relações Étnico-raciais, promovido pelo CEFET/RJ, o qual recebi como uma excelente oportunidade de qualificação específica na temática racial. Aceitei o desafio do processo seletivo, mesmo considerando todas as barreiras que fatalmente surgiriam (distância, locomoção, liberação, custo financeiro, enfim).

O interesse de pesquisa sobre as políticas públicas de promoção da igualdade racial no município de São Paulo nasceu, além da trajetória política no movimento social negro, da minha atuação profissional em um serviço especializado, voltado à população negra, visando compreender melhor o caminho percorrido e os rumos que podemos trilhar de maneira mais favorável em prol da população negra.

As disciplinas oferecidas pelo curso ofereceram subsídios para compreensão do objeto de estudo: quais os contextos políticos, econômicos, sociais, culturais, influências ideológicas; enfim, nos orientou a observar os detalhes, pois, conforme sabiamente ensina José Martí, herói da independência cubana, “o sucesso ou insucesso de um grande empreendimento é decidido pela capacidade de dar atenção aos pequenos detalhes”.

A convivência com os colegas, professores e orientador, através das trocas, experiências, descobertas e direcionamentos, alimentaram e ornamentaram o desejo de realização do sonho e da conquista vitória, capacitando e impulsionando, diariamente, a enfrentar as adversidades de todo o processo.

Introdução

Inicialmente o objeto de pesquisa por mim proposto ao ingressar no Mestrado versaria sobre *As Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial no Município de São Paulo: Participação e Posicionamento do Movimento Negro em seu Processo de Implementação (2004/2012),* tendo como marco de institucionalização do debate a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida no ano de 2001, em Durban (África do Sul).

No entanto, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, a dificuldade de obter informações e documentação, assim como a percepção crescente que tive da relevância da construção das Conferências Municipais como instrumento de participação social e decisão sobre o tema me levaram a crer que partir da atuação da própria sociedade civil seria o caminho mais adequado para estudar as políticas públicas de promoção da igualdade racial.

As pesquisas confirmaram a minha expectativa. Mais tarde, a própria Banca de Qualificação observou a pertinência da mudança de foco da pesquisa, considerando a possibilidade de riqueza de informações da construção das referidas conferências e as tensões oriundas da relação entre sociedade civil e Estado para a organização e realização desta ferramenta de participação social. Assim sendo, com o redimensionamento do objeto de pesquisa optei pelo título ***Políticas públicas de promoção da igualdade racial: as conferências municipais na cidade de São Paulo (2004/2009).***

A dissertação aqui apresentada analisou, portanto, a construção da I e II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial realizadas, respectivamente nos anos de 2004 e 2009, destacando a participação da sociedade civil e sinalizando as propostas mais relevantes de políticas públicas de promoção da igualdade racial oriundas desta importante ferramenta de participação social.

Este estudo encontra-se dividido em quatro capítulos. O capítulo I aborda uma discussão teórica acerca da concepção de Estado e sociedade civil. Esta pesquisa aborda mecanismos concretos de participação e efetivação de propostas que são, fundamentalmente, políticos, resultado da pressão dos movimentos sociais e da necessidade do Estado em se legitimar perante a sociedade civil.

O capítulo II apresenta a constituição das políticas públicas universais, desbobrando-se para o nascedouro das políticas de promoção da igualdade racial, movimentos sociais e participação social.

Cabe ressaltar brevemente os antecedentes históricos pertinentes à temática do racismo no Brasil para melhor compreensão deste debate.

O processo histórico de constituição da sociedade brasileira, iniciado com a implantação da colonização portuguesa no século XVI, se baseou na utilização de formas de trabalho compulsório, reservadas aos indígenas e aos africanos trazidos da África na condição de escravizados. Tal condição perduraria até fins do século XIX, estigmatizando a população negra, negando a ela qualquer possibilidade de igualdade legal com outros setores sociais, sobretudo com os proprietários de origem européia.

Por outro lado, a escravidão provocou formas de resistência e de luta que se estendiam por um amplo aspecto de possibilidades, que abrangiam da resistência individual às grandes revoltas e à formação de quilombos e comunidades à margem da sociedade. Entre esses extremos, a construção de um rico imaginário cultural e religioso e de acordos entre escravizados africanos, homens livres pobres e proprietários estão na origem de inúmeras práticas políticas e culturais ainda vigentes na sociedade brasileira.

A partir de 1889 a escravidão deixou de existir legalmente, mas a ausência de políticas de inserção dessa população (ex-escravizados) na sociedade brasileira no período pós-abolição mantiveram e perpetuaram as desigualdades raciais, as quais perduraram durante a modernização capitalista conhecida pelo Brasil ao longo do século XX.

Diversos institutos de pesquisas tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação SEADE constantemente divulgam a existência de desigualdades raciais no mercado de trabalho, na educação escolar, na saúde e no acesso à cultura, entre outros aspectos relevantes da vida social, havendo a necessidade de políticas públicas que possibilitem uma mudança nas condições desiguais às quais está submetida a população negra em nosso país.

Segundo dados do IBGE (2010) relativos ao mundo do trabalho, considerando-se o total de trabalhadores sem registro em carteira, os brancos representavam 16,33%, enquanto que os negros, 29,7%. Tratando-se do trabalho doméstico, os números explicitam a disparidade entre os grupos raciais, pois são 3,09 milhões de negros estão inseridos nesta ocupação e 1,09 milhões de brancos, ou seja, os negros, em sua maioria continuam em ocupações de menor qualificação. Outro dado alarmante diz respeito às condições de moradia: são 7.806.572 de negros residentes em "aglomerados subnormais" (favelas) e 3.493.423 brancos nas mesmas condições.

As reivindicações históricas pelo fim das desigualdades e denúncia da discriminação racial sofrida pelos negros brasileiros, iniciadas nas primeiras décadas do século XX e intensificadas a partir da década de 1970 pelo Movimento Negro, agregadas ao cenário internacional de diálogo sobre a eliminação da discriminação racial, racismo e demais formas de intolerância, promovido majoritariamente pela Organização das Nações Unidas - ONU fomentaram, por parte do Estado brasileiro, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão responsável pela formulação, articulação, coordenação,

planejamento e execução de políticas públicas de promoção da igualdade racial. Há que se ressaltar que a iniciativa da ONU na disseminação e articulação dessa discussão não representa qualquer ação benevolente, mas sim uma maneira de amenizar os estragos gerados por décadas de racismo e discriminação, assim como as desigualdades oriundas da expansão do capitalismo, como ocorreu na África, onde regiões inteiras tiveram sua vida social desorganizada a fim de contribuir com a extração de matérias-primas necessárias para as diversas fases do sistema capitalista.

Após o fim da Ditadura Militar, em 1985, as condições políticas permitiram a intensificação das ações do Movimento Negro e de outros segmentos da sociedade civil contrários ao racismo e à discriminação racial. Um importante marco foi a promulgação da Constituição Democrática de 1988, que, em seu Capítulo I, referente aos “Direitos e Garantias Fundamentais”, estabeleceu, no Art. 5º, Parágrafo XLII, que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a penas de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988, p. 9)”.

Na década de 1990 com a consolidação e aprofundamento do neoliberalismo as contradições desse modelo socioeconômico alargam as desigualdades sociais (e, também, raciais); ao mesmo tempo obrigam à mobilização da sociedade civil, que resistem e denunciam os efeitos nocivos do neoliberalismo.

Em 1995, ano que marcou o tricentenário de morte de Zumbi dos Palmares, lideranças do Movimento Negro de todo o Brasil seguiram em 20 de novembro para Brasília, reivindicando, através da “Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, políticas públicas de promoção da igualdade racial. Naquela ocasião o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, recebeu por parte da coordenação da Marcha um documento com as principais demandas do movimento, reconhecendo formalmente a existência de desigualdades e instituindo o 20 de novembro como dia nacional em homenagem a Zumbi, bem como anunciando ações junto aos ministérios, visando a promoção e valorização da população negra. (SANTOS E COSENTINO, 2003, p. 14).

O ano de 2001 é o marco histórico no cenário mundial em relação ao debate sobre a temática da discriminação racial, racismo e intolerâncias correlatas com a realização III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida em Durban (África do Sul).

No ano de 2003, o governo brasileiro assinalou de forma decisiva o reconhecimento da luta histórica do movimento negro e de suas reivindicações com a criação, na esfera federal, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, através de Medida Provisória nº 111, assinada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva na importante data de 21 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

No período estudado nesta pesquisa, o município de São Paulo mantinha em sua estrutura organizacional, através da Secretaria Municipal de Participação e Parceria[2] uma Coordenadoria dos Assuntos da População Negra[3], criada no ano de 1992 com o objetivo de realizar a formulação, coordenação, acompanhamento e sugestão de políticas de ação governamental junto à população negra. Cabe ressaltar que esta Coordenadoria foi o órgão do governo municipal responsável pela realização das duas conferências nos anos de 2004 e 2009.

No ano de 2004, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR convocaram os municípios para a realização de suas conferências preparatórias para a Conferência Nacional de Igualdade Racial, ocorrida de 30 de junho a 02 de julho de 2005, tendo como tema "Estado e Sociedade Construindo a Igualdade Racial". (BRASIL, 2005)

O capítulo III explana a origem das conferências de políticas públicas no Brasil e destaca a realização das conferências de combate ao racismo em âmbito mundial e as conferências de promoção da igualdade racial no Brasil, bem como na cidade de São Paulo.

As conferências públicas nacionais constituem-se em ferramentas de participação política e de deliberação de políticas públicas na relação da sociedade civil com o poder público. Inauguradas a partir do governo Vargas, em meados do século XX, as conferências pioneiras se deram na área da saúde e assistência social. Ocorrem nas três esferas de governo, iniciando-se localmente, através dos municípios, realizadas pelo poder público e apoiadas pelos conselhos de políticas públicas por área. (PETINELLI, 2011).

Em âmbito mundial e especificamente acerca da temática da discriminação racial, conforme anteriormente citado, tivemos a Conferencia de Durban como resultado de esforços precedentes na pauta da discussão contra o racismo e a discriminação racial no mundo, tais como a Conferência Regional das Américas (Santiago, 2000), a qual contribuiu para a consequente construção, em 2001, de uma Declaração e Plano de Ação que viria a balizar as intervenções dos Estados signatários, visando a eliminação de práticas discriminatórias de cunho racial e intolerâncias correlatas. (OEA, 2012, p. 80-82).

A cidade de São Paulo realizou sua I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial em 31 de julho de 2004, congregando representantes de entidades de negros, indígenas, judeus, romaneses[4], entre outros, objetivando a construção de um Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial. A referida conferência organizou-se em torno de quatro discussões temáticas, a saber: saúde da população negra; religião; cultura afro-brasileira e educação. (Resolução, 2004).

---

[2] Com a nova gestão do governo municipal, em 2013, essa Secretaria adquiriu nova identidade, qual seja, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

[3] Recentemente transformada em Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

[4] Termo correto para referir-nos aos chamados povos "ciganos".

Em 2009, a II Conferência Nacional de Igualdade Racial foi realizada entre os dias 25 e 28 de junho, reunindo aproximadamente 1.500 pessoas de todo o território nacional. (BRASIL, 2009)

Em maio do mesmo ano, a II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial contou com a participação de aproximadamente 600 pessoas, a partir do tema “Avanços, desafios e perspectivas para a construção de políticas de promoção da igualdade étnico-racial no município de São Paulo”, reafirmando o desejo de construção de um plano municipal de igualdade racial. Organizou-se a partir de cinco eixos temáticos, quais sejam: educação, cultura, lazer e esporte; saúde; trabalho e renda; moradia e terra e segurança e acesso à justiça. (Resolução, 2009).

O capítulo IV apresenta o percurso metodológico da pesquisa de campo, a sistematização e análise dos resultados obtidos.

A escolha da cidade de São Paulo como local privilegiado de pesquisa, justifica-se por, além de lugar de origem de minha trajetória pessoal e de participação política, tratar-se do mais importante centro demográfico e econômico do País, palco de diversas manifestações populares que marcaram a constituição oficial de movimentos tais como o Movimento Negro Unificado, na década de 1970.

A pesquisa bibliográfica, segundo GIL (2010) frequentemente utilizada para fins de fundamentação teórica é “elaborada com base em material já publicado” (p. 29). Nesta dissertação ampara-se no referencial teórico que expressa o pensamento crítico acerca dos conceitos de Estado, sociedade civil, políticas públicas e participação social, bem como estudos e pesquisas divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Fundação SEADE.

A pesquisa documental baseou-se na consulta e análise de documentos oficiais, publicações, resoluções, entre outros, considerando a relevância de tais fontes para o desenvolvimento do estudo.

Para análise qualitativa, utilizei as técnicas de entrevista estruturada e aplicação de questionário como importantes ferramentas de aprofundamento da análise documental e coleta de informações sobre os bastidores da construção, organização, realização e deliberações das conferências. Tais técnicas, previamente autorizadas, têm como sujeitos de pesquisa três representantes da sociedade civil participantes das conferências e três gestores municipais responsáveis pela realização das conferências dos períodos estudados.

CAPÍTULO I – Estado Capitalista e Sociedade Civil

"É cada dia mais evidente que estamos enredados nas práticas de um Estado que, nos mínimos detalhes, manifesta sua relação com interesses particulares e consequentemente, bem precisos".
(Nicos Poulantzas)

A dissertação aqui apresentada tem como eixo fundamental a relação entre Estado capitalista contemporâneo e sociedade civil. No entanto para chegarmos ao estágio de desenvolvimento econômico, político, social e cultural no qual nos encontramos atualmente percorremos um longo e contraditório processo desde a primeira cerca que deu origem à propriedade privada, ao estabelecimento e consolidação do capitalismo como sistema socioeconômico e político vigente.

Para chegar ao estabelecimento do capitalismo, ao longo dos séculos diversas revoluções na Europa marcaram, gradualmente, períodos de transição entre sistemas de organização social e política. A sequencia de revoluções, tais como a Revolução Inglesa (século XVII), a Revolução das Treze Colônias (século XVIII) e a Revolução Francesa a partir de 1789 pôs fim às "estruturas políticas feudais na Europa e consolidou, de forma definitiva, o poder da burguesia". (ACANDA, 2006)

A convivência em sociedade é composta por uma teia de relações. A constituição do Estado capitalista é fruto das relações sociais desenvolvidas historicamente, pois, conforme ensina Iamamoto:

> *"O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais de existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam essas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia".* (2004, p.30)

Ou seja, a produção e reprodução das condições materiais e das relações sociais regulam a vida em sociedade, através de determinações políticas, ideológicas, econômicas e culturais.

O sistema capitalista, "baseado na livre troca da mercadoria com o objetivo primordial de obter lucro, foi introduzido pela burguesia" (HUBERMAN, 1986, p. 153).

Cabe enfatizar que, durante o processo de desenvolvimento do capital, especificamente, através das colônias utilizou-se o comércio de seres humanos para sua

acumulação, pois, afirma Huberman (1986) "[...] particularmente interessante como fonte de acumulação de capital foi o comércio de seres humanos, os negros nativos da África". (p. 160).

O capital é representado por meio de mercadorias (meios de produção e de vida) e do dinheiro, os quais atenderão às necessidades sociais no âmbito do valor de uso e valor de troca.

O Estado capitalista tem uma "natureza de classe", mas Poulantzas (2000) critica "um certo marxismo" que reduz o Estado à dominação política de classe, conforme seus interesses, ou seja, uma concepção "instrumental de Estado que reduz, empreguemos já os termos, aparelho de Estado a poder de Estado". (p.10)

> *"[...] o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas"*. (p. 12)

Poulantzas discorda da visão meramente econômica para explicar a estrutura do Estado capitalista.

> *"Voltando ao Estado capitalista, reafirmo que sua teoria só terá caráter científico se conseguir explicar a reprodução e as transformações históricas de seu objeto nos lugares em que essas transformações estão ocorrendo, nas diversas formações sociais, lugares da luta de classes; e isto se conseguir explicar as formas de Estado segundo os estágios e fases do capitalismo (Estado liberal, estado intervencionista etc.), a distinção entre essas formas e as formas de Estado de exceção (fascismos, ditaduras militares, bonapartismos), formas de regime em países concretos. A teoria do Estado capitalista não pode ser separada da história de sua constituição e de sua reprodução"*. (p.23)

Ainda sobre Estado e relações de produção, Poulantzas afirma:

> *"[...]. A ligação do Estado às relações de produção constitui a primeira relação do Estado com as classes sociais e a luta de classes. No que diz respeito ao Estado capitalista, a separação relativa das relações criadas pelas relações de produção constitui o fundamento organizacional de sua ossatura orgânica e revela sua ligação com as classes sociais e a luta de classes sob o capitalismo".* (p. 24)

Estado capitalista na perspectiva neoliberal apresenta princípios econômicos, políticos e sociais que priorizam o mercado. No âmbito econômico realiza a defesa intransigente do capitalismo, reduz os direitos trabalhistas, opõe-se à intervenção do Estado na economia, defende a liberdade total do mercado. No âmbito político é contra a oferta de serviços públicos gratuitos, contra o Estado de Bem-Estar Social e defende o Estado mínimo. No âmbito social, defesa da desigualdade social, do individualismo, da competitividade, problemas sociais devem ser combatidos com políticas segmentadas, através de ONG's e instituições do terceiro setor e não por políticas universais. Talvez esse princípio justifique a resistência do Estado em não

incorporar as demandas do movimento negro enquanto política de Estado, amortizando apenas como políticas de governo.

Se as políticas segmentadas compõem o cenário do Estado capitalista neoliberal, como refletirmos criticamente sobre a nossa adesão a esse projeto? Esta questão reflete a contraditoriedade do sistema socioeconômico em que vivemos.

O neoliberalismo no Brasil reduz gastos públicos, estimula privatizações, promove ataque aos direitos trabalhistas e defesa de sua flexibilização (aposentadoria); impõe a solidificação de ideias de competitividade, individualismo, educação voltada para o mercado, o ter sobrepõe-se ao ser, enseja a diminuição de políticas universais; oferece maior abertura para o capital estrangeiro e a inserção do país de forma subordinada.

I.1. Concepção de Sociedade Civil

O conceito de sociedade civil a partir de agora terá como fonte primordial a teoria elaborada por Antonio Gramsci, "um dos pensadores políticos mais importantes do século XX" (ACANDA, 2006, p. 160), o qual, ressignificou de maneira crítica o termo "sociedade civil" utilizado pelo ideário liberal no século XIX, transformando-o em elemento central de sua teoria.

Assim como Poulantzas, Gramsci critica o marxismo economicista, mas vale-se das contribuições de Engels e Marx para a construção da ideia de sociedade civil.

> *"Gramsci foi o primeiro teórico a elaborar, dentro do marxismo, um sistema conceitual completo para apreender de forma unitária a complexa fenomenologia do poder nas sociedades capitalistas contemporâneas. [...]"* (ACANDA, 2006, p.172)

Conforme ensina, ACANDA (2006), a ideia "clássica" de sociedade civil surge para atender a interesses específicos de determinado grupo social e político, em processo de constituição, pois:

> *"A ideia de sociedade civil surgiu na ideologia burguesa como expressão do interesse dessa classe de limitar o poder de um Estado ainda não burguês e de delimitar uma esfera de ação legítima e resguardada de sua autoconstituição como classe enquanto sujeito social. A partir de 1848, a posição da burguesia na trama social mudou radicalmente".* (p.166)

O surgimento da burguesia enquanto classe social traz consigo divergências entre a própria classe. Nesse sentido, a burguesia abandona a ideia de limitar o poder do Estado e passa a pensar em dividir esse poder em toda a classe para que o Estado pudesse equilibrar os interesses dos diferentes grupos que compunham a burguesia. Outra razão que a faz repensar essa relação com o Estado é o surgimento da classe operária, utilizando-se do intermédio do Estado para impedir o acesso dessa nova classe às liberdades políticas já alcançadas (ACANDA, 2006, p.167)

Ou seja, a burguesia utilizou-se do conceito de sociedade civil para garantir e expandir seus direitos enquanto isto lhe era conveniente, conforme afirma ACANDA:

> *"[...] Se o conceito de sociedade civil fora uma palavra de ordem da luta da burguesia no período em que defendia seu direito de se associar para resguardar seu espaço de ação e de troca [...] agora, quando se tentava impedir o acesso a esses espaços de associação dos grupos sociais opositores, sociedade civil tornou-se um tema incomodo para essa mesma burguesia. Nesse momento, já não fazia mais sentido identificar a sociedade civil com a sociedade burguesa, como havia ocorrido anteriormente no imaginário do século XVIII".* (2006, p. 167)

A partir de então o Estado passou a garantir os interesses das burguesias e "o liberalismo legitimou a intromissão estatal na própria esfera do civil" com objetivo de restringir qualquer forma de associação que pudesse por em risco ou "desafiar o domínio do capital" (ACANDA, 2006, p.168).

No entanto, o avanço do liberalismo gera alterações nas relações econômicas e civis. As transformações oriundas dos diferentes estágios do capitalismo (mercantil/industrial) também contribuem para a alteração das relações sociais. As relações antagônicas de classe, a partir da compra e venda da força de trabalho atribui ao Estado o papel de mediador dessas relações entre "grupos opositores". (ACANDA, 2006, p.169)

Com o desenvolvimento do capitalismo, em sua fase monopolista ou imperialista apresenta-se o "reposicionamento" do papel do Estado, as relações entre este e a sociedade civil, bem como entre economia e política. Durante o final do século XIX e início do século XX, nos países capitalistas desenvolvidos, é notável o crescimento da sociedade civil, manifestando-se pela defesa de seus direitos sociais, políticos e econômicos. (ACANDA, 2006, p.170).

Como resultado conquistaram direitos de cidadania, incomodando a burguesia que necessitou recompor sua hegemonia mediante um processo que levou à 'politização' da sociedade civil, com o 'deslocamento' da política para outros espaços, antes considerados 'privados'. A expansão da sociedade civil representou reflexos não apenas em sua estrutura social e política, mas também na estrutura do Estado que passa a convertê-la "em zonas privilegiadas de seu interesse" (ACANDA, 2006, p.171).

Segundo ACANDA (2006), Gramsci define sociedade civil como "espaço no qual se produzem e difundem as representações ideológicas", (p.178), ou seja, Gramsci constrói sua teoria baseado na ideia de superestrutura, a qual, para ele é utilizada pela burguesia para garantir a dominação, diferente de Marx que se pautava na ideia de estrutura. Gramsci adverte e critica a concepção unilateral de Estado, pois além de conduzir "a erros graves", ignora o pertencimento, também da sociedade civil na "direção do desenvolvimento histórico". Portanto, considera que o Estado não é apenas o "aparato de governo, o conjunto de instituições públicas encarregadas de ditar as leis e de fazê-las cumprir", Estado e sociedade civil se integram mutuamente. (p.179)

Para SEMERARO (1999), a concepção de sociedade civil em Gramsci fundamenta-se na expansão do entendimento de um *novo tipo de sociedade civil*, partindo da relação dialética acerca de sociedade política e sociedade civil. Tais esferas da "superestrutura" são metodologicamente separadas por Gramsci para melhor compreensão. A sociedade civil, representada pelos "organismos 'privados' e voluntários, como os partidos políticos, as diversas organizações sociais, os meios de comunicação, as escolas, as igrejas, as empresas, etc. – se caracteriza pela elaboração e difusão das ideologias e dos valores simbólicos que visam 'a direção'." A sociedade política representada por "instituições mais públicas, como o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, o tesouro público, etc. – se caracteriza pelo conjunto dos aparelhos que concentram o monopólio legal da violência e visa a 'dominação'." (p. 74). Ou seja, dominação dos adversários e direção dos aliados para o exercício de sua supremacia.

Desse modo, Gramsci inaugura uma visão ampliada de Estado como a conjugação de sociedade política e sociedade civil, pois considera as novas determinações econômicas, políticas, sociais e culturais. Em síntese, Gramsci "considera a sociedade civil não apenas o espaço das iniciativas econômicas, mas também a manifestação das forças ideológicas e culturais". (SEMERARO, 1999, p. 75-76)

No entanto, estando ambos inter-relacionados, a sociedade civil ocupa uma função bem definida, pois, "é o lugar onde se decide a hegemonia, onde se confrontam diversos projetos de sociedade, até prevalecer um que estabeleça a direção geral na economia, na política e na cultura". (SEMERARO, 1999, p.76).

A expansão da sociedade civil expressa o resultado de interesses antagônicos de classes: conquista e manutenção de direitos, por parte de uma classe e proteção de privilégios da outra.

A sociedade civil traz em si uma relação de disputa de projeto e sua expansão culmina num processo de lutas. Essas lutas não são aceitas pelo Estado, mas este não precisa revelar abertamente sua posição e para remanejar a sociedade civil para o seu projeto utiliza-se da cooptação. Ou seja, sociedade civil e Estado integram-se mutuamente.

> *"A maior penetração da sociedade política na sociedade civil não serviu apenas para fortalecer a hegemonia burguesa. Abriu novas possibilidades para um projeto contestatório e emancipador. O conflito social se expressa na sociedade civil. Se alguns de seus componentes transmitem a mensagem da aceitação tácita da subordinação, outros são geradores de códigos de dissenso e transgressão. A sociedade civil tem um duplo aspecto em relação ao sistema hegemônico da classe no poder. Uma parte dela é favorável a essa hegemonia. Portanto, a reflexão política dos grupos empenhados em subverter a hegemonia burguesa não deve centrar-se só na confrontação 'sociedade civil versus Estado', mas também, e principalmente, na confrontação 'sociedade civil versus sociedade civil'."* (ACANDA, 2006, p. 181)

A diversidade de grupos que constituem a sociedade civil promove uma característica heterogênea, pois estes têm interesses e objetivos diferentes:

> *"A sociedade civil é o cenário legítimo da confrontação de aspirações, desejo, objetivos, imagens, crenças e projetos que expressam a diversidade constituinte do social. A habilidade do grupo que detém o poder não reside em tentar impedir as manifestações dessa diversidade, e sim em cooptá-las para seu projeto global de construção da trama social. É a isso que Gramsci chama de hegemonia".* (ACANDA, 2006, p. 181)

Considerando a relação intrínseca, complexa e conflituosa entre os conceitos ora fundamentados, abordaremos a seguir um dos aspectos mais marcantes do Estado capitalista contemporâneo: a promoção de políticas públicas.

CAPÍTULO II - Políticas Públicas e Participação Social

"É a sociedade organizada que define o papel e o espaço do Estado, não o contrário."
(Pedro Demo)

Neste capítulo, considerando a relação Estado e sociedade civil, abordaremos a origem e o desenvolvimento das políticas públicas a partir da ascensão do capitalismo.

II.1 Origens e Desenvolvimento das Políticas Sociais

Situar a origem das políticas sociais implica uma demarcação histórica entre as sociedades pré-capitalistas e capitalistas, considerando as diferentes concepções políticas de seus períodos e as finalidades com as quais estas estabeleceram tais iniciativas.

> *"As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem. Ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais".* (BERING e BOSCHETTI, p. 47, 2011)

Segundo BERING e BOSCHETTI (2011) a discussão sobre a origem das políticas sociais passa pela ascensão do capitalismo, das lutas de classe e desenvolvimento da intervenção estatal, tendo sua generalização na transição entre o capitalismo concorrencial e a fase tardia do capitalismo monopolista, especialmente após a Segunda Guerra Mundial.

No contexto da Europa Ocidental o conjunto de leis inglesas criadas antes da Revolução Industrial apresentava um aspecto punitivo e repressivo, relativos, respectivamente ao "imperativo do trabalho" e à proibição da "mendicância", sem qualquer compromisso com a proteção social.

Com o advento da sociedade capitalista e a nova dimensão atribuída ao trabalho, as leis anteriormente vigentes são "abandonadas" dando origem ao pauperismo, essência da questão social[5]. Tal situação estimula as lutas operárias em busca da redução da jornada de trabalho, as quais "provocaram o surgimento de novas regulamentações sociais e de trabalho pelo Estado". Oscilando ora com a repressão dos trabalhadores ora com regulamentação das relações de produção, através da legislação fabril podemos considerar que esta se tornou a

[5] Compreendida "como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade". (IAMAMOTO, 2007, p. 27)

“precursora do papel que caberá ao Estado na relação com as classes e os direitos sociais no século XX”. (BERING e BOSCHETTI, 2011, p.)

Na segunda metade do século XIX o liberalismo já desabrochava como teoria política capaz de reduzir e desmobilizar as ações do Estado no campo das políticas sociais recém-consagradas. Segundo BERING e BOSCHETTI:

> *“O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unanimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematiza e com caráter de obrigatoriedade”.* (p. 64, 2011)

O final do século XIX, alimentado por algumas ações estatais (reivindicadas pela classe trabalhadora na Alemanha) interpõe o reconhecimento da necessidade de proteção para a incapacidade para o trabalho. As políticas sociais ampliam-se no sentindo da cidadania, extrapolando a ideia de atendimento à pobreza extrema. Tal redirecionamento causa mudanças na relação Estado/cidadão, passando pela preocupação de atendimento às necessidades sociais; reconhecimento legal dos seguros sociais como direitos e deveres; direitos sociais como elementos de cidadania; investimento público significativo com gastos sociais a partir do século XX. (BERING e BOSCHETTI, 2011)

Segundo BERING e BOSCHETTI (2011), no final do século XIX, diversas experiências de seguridade começaram a se expandir pelos países da Europa, no entanto, sem caráter universal. Os liberais na França, por volta de 1838, adotaram o Estado Providência, considerando que, “ao intervir para minorar as situações de pobreza o Estado se atribuía uma “sorte de providência divina.” (p.66) O desenvolvimento das políticas sociais nos países europeus de 1883 a 1920 contemplaram trabalhadores, idosos e desempregados, apesar da predominância do ideário liberal, contrário à intervenção estatal.

O início do século XX traz em seu bojo o desenvolvimento das lutas do movimento operário e sua pressão contra a burguesia; mudanças nas formas de produção (fordismo), concentração e monopolização do capital. Tais processos explicitam os limites do mercado, manifestado através da crise de 1929-1932, mais conhecida como a Grande Depressão, iniciada no sistema financeiro americano, alastrando-se pelo mundo, reduzindo o comércio em um terço do rendimento anterior, responsável por impactos econômicos, políticos e sociais. (BERING e BOSCHETTI, 2011). As políticas sociais ora em desenvolvimento são diretamente afetadas:

> *“[...] As políticas sociais se multiplicam lentamente ao longo do período depressivo, que se estende de 1914 a 1939, e se generalizam no início do período de expansão após a Segunda Guerra Mundial, o qual teve como substrato a própria guerra e o fascismo, e segue até fins da década de 1960.[...]”* (BERING e BOSCHETTI, 2011, p.69)

Esse período de crise econômica desviou a convicção da burguesia em relação ao mercado, logo, do liberalismo ortodoxo, anunciando a “revolução keynesiana” como alternativa, ou seja, um conjunto de medidas, inclusive a generalização das políticas sociais para atenuar os efeitos da crise. (BERING e BOSCHETTI, 2011)

No Brasil, a constituição das políticas sociais reflete a particularidade histórica de sua formação social: os processos de colonialismo, imperialismo, república, tendo o escravismo deixado marcas indeléveis nesta sociedade.

> *“[...] O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. O desenvolvimento da política social ente nós, como se verá, acompanha aquelas fricções e dissonâncias e a dinâmica própria da conformação do Estado”.* (BERING e BOSCHETTI, 2011, p. 75)

A persistência do trabalho escravo no Brasil retardou o processo de organização política operária, vindo a existir apenas no século XX, sendo reprimida através de força “policial e político-militar”, conforme explana BERING e BOSCHETTI:

> *“Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltada ao mundo do trabalho. É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações de classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937-1945 e 1964-1984), que as instituem como tutela e favor: nada mais simbólico que a figura de Vargas como “pai dos pobres”, nos anos 1930. A distancia ente a definição dos direitos em lei e sua implementação real persiste até os dias de hoje. Tem-se também uma forte instabilidade institucional e política permanente, com dificuldades de configurar pactos mais duradouros e inscrever direitos inalienáveis”*. (2011, p. 78-79)

As incongruências do trabalho no passado escravista, bem como os antagonismos das relações de classes na sociedade brasileira, sem dúvida delineou traços singulares que prejudicaram a conformação de uma política social expansiva e abrangente, pois:

> *“[...] Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social. É nesse quadro que se devem observar as medidas esparsas e frágeis de proteção social no país até a década de 1930, embora tais características sejam persistentes e nos ajudem também a pensar os dias de hoje. [...]”* (BERING e BOSCHETTI, 2011, p. 79)

O estudo de BERING e BOSCHETTI (2011) aponta que no ano de 1888 (ano da abolição da escravatura), “há a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública, inaugurando uma dinâmica categorial de instituição de direitos que será a tônica da proteção social até os anos 60 do século XX” (p. 79) e nos anos subsequentes até 1892, outros funcionários públicos (imprensa, ferrovia, marinha) são contemplados com alguns direitos trabalhistas, ou seja, apenas estes foram beneficiários de política protetiva. Faz-se importante observar que neste período não foi implementada qualquer política de proteção social ou indenizatória aos escravizados.

Com a chegada do século XX e toda sua movimentação pela organização dos órgãos de classe (sindicatos), os novos beneficiários de um conjunto de leis trabalhistas, apesar de não devidamente asseguradas, são os imigrantes. A monocultura do café, produto que garantia mais quase que a totalidade do PIB brasileiro, possibilitou o reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários das categorias inseridas nessa cadeia produtiva. No entanto, mais tarde, os efeitos da Grande Depressão rebatem na economia brasileira, paralisando o comércio de café. (BERING e BOSCHETTI, 2011)

Parafraseando o ditado popular “depois da tempestade vem a bonança”, após a Depressão de 1929 inaugura-se “a fase madura do capitalismo”, marcada por um lado pelo lucro, expansão e produtividade para as empresas e, por outro, por políticas sociais para os trabalhadores. No entanto estes “anos de ouro” começam a ruir em meados da década de 1970.

Os fundamentos da generalização das políticas sociais encontram-se no Keynesianismo, fordismo e na Guerra Fria. Tais elementos constituíram as bases materiais da expansão dos direitos sociais aliados a sua base subjetiva: a eficácia da classe trabalhadora no contexto da expansão do socialismo no leste europeu, o qual forçou um pacto social na relação capital/trabalho, mediado pelo Estado. (BERING e BOSCHETTI, 2011, p.82-83)

O keynesiano configurava-se na defesa da intervenção estatal na economia, proposta por John Maynard Keynes (1883-1946), como forma de saída para a crise de 1929-1932, bem como reativação da economia. Essa proposta de Keynes não era bem vista pelos liberais, pois rompia com os princípios do liberalismo clássico. No entanto, no geral, não causaria prejuízos ao sistema vigente, pois,

> *“[...] O Estado, com o keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal conservadora da época. [...]”* (p. 84)

A proposta keynesiana visava, em situações de risco econômico, amortecer a crise, através de mecanismos tais como: planificação da economia; intervenção na relação capital/trabalho; distribuição de subsídios; oferta de créditos e política de juros e as políticas

sociais. Os custos financeiros destas estratégias seriam garantidos pelos períodos de estabilidade e lucratividade, através de política tributária alta, assim:

> *"O Estado, diga-se, o fundo público, na perspectiva keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem-estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portanto, o incremento das políticas sociais"*. (BERING e BOSCHETTI, 2011, p. 86)

Segundo BERING e BOSCHETTI (2011), o fordismo – produção em massa para o consumo de massa - "foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas. [...]." (p.86)

O segundo pós-guerra também promoveu alianças entre classes, assegurando acordos e compromissos que viabilizaram a aprovação de legislações sociais e o chamado *Welfare State*, este último, tendo como eixos centrais a política de pleno emprego, seguridade social e saúde. Cabe ressaltar que o *Welfare State* foi possível em decorrência de elementos favoráveis tais como o crescimento do orçamento social nos países da Europa; o crescimento da mudança demográfica e o crescimento de programas sociais. No entanto, na década de 1960, a fase expansiva do capitalismo começa a entrar em colapso e as políticas sociais em desenvolvimento nos países capitalistas centrais não chegaram a se tornar realidade nos países periféricos. (BERING e BOSCHETTI, 2011)

Como anteriormente abordado, os efeitos da crise de 1929 repercutem no Brasil "uma mudança de correlação de forças no interior das classes dominantes, mas também trouxe consequências significativas para os trabalhadores, precipitando os acontecimentos na efervescente sociedade brasileira daqueles tempos" (BERING e BOSCHETTI, 2011, p.104).

Segundo DRAIBE (2005) a introdução e implementação de reformas nas políticas sociais setoriais e programas na área defesa de direitos de minorias, na qual se insere os negros, considerando os ciclos de reformas do período entre 1985-1990 e 1990 a 1998 manteve-se ausente da agenda todo o período.

As políticas universais (educação, saúde, assistência, entre outras) têm um papel fundamental na redução das desigualdades, porém, são insuficientes para superar os problemas enfrentados pela população negra. Portanto, a implementação de políticas públicas específicas nesse contexto apresenta-se como uma exigência incontornável na construção da justiça social. (JACCOUD, 2008).

> *"As políticas focalizadas são justificadas como meios de reparação. Há uma necessidade de reconhecimento do sofrimento infringido pela escravidão e de tomar medidas que reparem as conseqüências da escravidão que até agora persistem. Trata-se da redução da desigualdade e da integração efetiva dos grupos discriminados, tanto na vida política quanto na vida social, tendo*

> *presente as especificidades dos grupos e da realidade do país. Esse é o papel das políticas de reparação que devem ser desenhadas e implementadas. O problema central é saber se o tema é tratado justa e democraticamente. Para responder a essa questão, é necessário refletir sobre dois pontos fundamentais: se os formuladores de políticas são sensíveis ao tema da iniquidade quando são desenhadas as políticas de desenvolvimento e se existe interesse real em fazer políticas que ofereçam maiores oportunidades aos grupos excluídos".* (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2005, p.118)

A seguir, dados e informações acerca das desigualdades raciais no Brasil ilustram a necessidade de políticas públicas para a população negra, visando equiparar as condições e qualidade de vida entre negros e brancos.

II.2 Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial: uma construção necessária

As desigualdades existentes entre negros e brancos permanecem até hoje em nossa sociedade como comprovam diversos institutos de pesquisas tais como Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD entre outros.

Conforme dados do IBGE, o Brasil no ano de 1991 do total de habitantes, 47,5% declarou-se negros (5,0 pretos e 42,5 pardos); em 2000 esse índice cai para 44,7% (6,2 pretos e 38,5 pardos) e em 2010 volta a crescer com 50,9% (7,5 pretos e 43,4 pardos). Observa-se pelos dados o crescimento da população que se declarou preta entre os anos de 2000 e 2010. Tal fato pode estar atrelado à realização de campanhas realizadas pelo próprio Censo do IBGE para que as pessoas recebam os recenseadores e declarem sua raça/cor.

A população negra[6] ocupa a pior classificação no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH[7]: no ano de 2005 "o 'Brasil branco' estaria situado na 47ª posição se comparado com outros países do mundo, ao passo que o IDH do 'Brasil negro' se situaria na 92.ª posição." (IBASE, 2008, p.16).

Na saúde pública, os negros possuem a menor expectativa de vida ao nascer; as mulheres negras recebem menos orientação e permanecem o menor tempo durante consultas ginecológicas e de pré-natal, além de receberem menos anestesia durante o parto (causando, muitas vezes, complicações tanto para a mulher quanto para a criança):

---

[6] O Estatuto da Igualdade Racial, em seu artigo 1º, inciso IV considera população negra o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.

[7] Indicador sintético composto essencialmente pelas seguintes dimensões: longevidade, educação e renda (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2005)

> *"segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em 2006, 21,8% das mulheres negras atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não receberam anestesia no parto normal. Este percentual cai para 13,5% no caso das mulheres brancas".* (IBASE, 2008, p.17).

Dados do IBGE (2010) apontam que entre as crianças e adolescentes que tiveram filhos, na faixa etária de 10 a 14, 0,32% são brancas e 0,51% são negras; na faixa de 15 a 17, 5,04% são brancas e 8,30% são negras.

Em relação ao mercado de trabalho os negros têm a menor renda salarial, estando a mulher negra na base da pirâmide social, mesmo quando ocupam o mesmo cargo (e tem o mesmo grau de instrução que a população branca), desempenham atividades que exigem menos qualificação.

> *"Comparando os rendimentos de trabalhadores (as) com ensino médio completo ou superior incompleto, no período entre agosto de 2006 e julho de 2007, observam-se no Distrito federal as menores diferenças. As trabalhadoras negras tiveram uma renda mensal de R$ 917 – correspondentes a 52% do rendimento médio dos homens não-negros (brancos e amarelos), com renda de R$ 1.763. Essa relação se apresenta de maneira desigual em Salvador, onde as mulheres negras e os homens não-negros receberam, respectivamente, R$ 589 e R$ 1.341".* (IBASE, 2008, p.18)

Diante do rendimento do trabalho principal da população economicamente ativa, no período de janeiro de 2011, observa-se uma significativa manutenção da diferença salarial entre os grupos raciais, pois a "PEA branca foi de R$ 1.948,96" e "a PEA metropolitana preta & parda obteve um rendimento habitual médio de R$ 1.053,90." (Tempo em Curso, 2011, p.3). Ao analisarmos o rendimento através do recorte de gênero podemos perceber que a mulher negra permanece na base da pirâmide, pois:

> *"O rendimento médio dos trabalhadores brancos do sexo masculino foi de R$ 2.268,15, no mês de janeiro de 2011. [...] O rendimento médio dos trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino, no último mês de 2010, foi de R$ 1.194,63. [...] Na contagem do sexo feminino, em janeiro de 2011, as trabalhadoras brancas tiveram um rendimento habitual médio de R$ 1.580,81. Já as trabalhadoras pretas & pardas perceberam rendimento médio de R$ 876,05".* (Tempo em Curso, 2011, p.3).

Dados de janeiro de 2011 demonstram que o desemprego da população economicamente ativa das seis maiores regiões metropolitanas brasileiras foi de 6, 1%. No entanto, a diferença entre brancos e negros, continua mantendo estes últimos em situação desfavorável em relação aos primeiros, pois, "no que tange à PEA de cor ou raça branca, a taxa de desemprego em janeiro de 2011 foi de 5,1%. [...] A PEA de cor ou raça preta & parda chegou ao mês de janeiro de 2011 apresentando uma taxa de desemprego de 7,1%". (Tempo em Curso, 2011, p. 4-5).

Considerando-se os trabalhadores sem registro em carteira, os brancos representavam 16,33% e os negros 29,7%. Das pessoas de 10 a 14 anos do total da população economicamente ativa, 37,03% são brancos e 60,52% são negros, ou seja, do universo de crianças e adolescentes indevidamente inseridos nas relações de trabalho, a

maioria expressiva são de negros. As oportunidades de trabalho para as mulheres maiores de 16 anos com trabalho formal, também apresentam desigualdades, pois 61,8% são brancas e 47,3% são negras. (IBGE, 2010)

A discrepância entre negros e brancos no mundo do trabalho pode ser observada ainda em relação às ocupações que estes desempenham: enquanto 81,3 de brancos estão dirigentes de empresas, apenas 21,4 de negros ocupam a mesma posição. Já no trabalho doméstico ocorre a inversão: são 3,09 milhões de negros nesta ocupação, enquanto há 1,09 milhões de brancos. Do total de empregadores no Brasil, 80% são brancos e apenas 17% são negros. (IBGE, 2010)

Considerando a distribuição do rendimento per capita, no ano de 2001, *dos 10% mais pobres, os negros compunham 87,2%,* enquanto que os brancos, 27,6%; *já do 1% mais rico, 72,1% eram brancos* e 9,3% eram negros. No ano de 2011, *dos 10% mais pobres, os negros compunham 82,3%* e os brancos 24,4%; e *do 1% mais rico, 74,5 eram brancos* e 16,3% eram negros. (IBGE, 2010). Entre os 10% mais pobres, nota-se um altíssimo percentual de população negra, tendo uma pequena redução deste índice no ano de 2011, talvez pela implementação dos programas de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família.

Na área da educação encontra-se em desvantagem em relação aos brancos considerando os anos de escolarização desde o nível fundamental ao nível superior. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE,

> *"O percentual de estudantes que estão na 4ª. série e se declaram negros (as) é de 46,7%. Na 8ª. série, de 40,6%. Na 3ª. série do ensino médio, esse número cai para 36,1%. No caso de estudantes que se declaram brancos (as), a situação é inversa, e sua proporção aumenta de acordo com os anos de estudo: são registrados, na 4ª. série, 43,3%; subindo para 51,2% na 8ª. série; chegando, por fim, a 57,5% na série do ensino médio. Em 1997, apesar de representar quase metade da população brasileira, apenas 2,2% das pessoas declaradas negras ao IBGE possuíam ensino superior completo. Entre as pessoas brancas, o número era de 9,6%. Dez anos depois, este número passa para 4,0% entre os (as) negros (as) e 13,4% ente os (as) brancos (as). Ou seja, a quantidade de negros formados no ensino superior hoje é menos da metade dos brancos formados há dez anos – o que enfatiza a diferença no acesso ao ensino superior entre os dois grupos e a importância da política de cotas raciais nas universidades, bem como dos mecanismos de manutenção dos alunos cotistas"*. (2008, p. 19-20)

Segundo dados do IBGE (2010) comparando-se a frequência escolar, por rede de ensino, a população negra encontra-se, majoritariamente, tanto no nível fundamental quanto no médio inserida na rede pública de ensino, enquanto que a população branca, em sua maioria, ocupa a rede privada de ensino em ambos os níveis, conforme segue: nível fundamental na rede privada, brancos representam 60,6% e negros 37,9%; nível médio na rede privada, brancos representam 66% e negros 32,3%; nível fundamental na rede pública, brancos 38,2% e negros 60,3%; nível médio na rede pública, brancos 42,9% e negros 55,7%. Em se tratando da frequência escolar no nível superior, considerando a faixa etária de 18 a 24 anos, no ano de

2001 os brancos representavam 39,6% e os negros 10,2%; em 2011, os brancos correspondiam a 65,7% e os negros 35,8%.

Considerando-se as condições de moradia, os negros também ocupam os piores indicadores, pois, do total de brasileiros vivendo em “aglomerados subnormais” (favelas) 3.493.423 são brancos e 7.806.572 são negros. (IBGE, 2010)

Segundo FONSECA (2009), “as discussões sobre ações afirmativas e políticas públicas só começaram a ocorrer na década de 1990, após intensos debates promovidos inicialmente por diversas agremiações dos movimentos paulistas (2009, p. 94)”. Destaca a participação pioneira da Associação Afro-Brasileira de Educação Produtiva, Cultura e Preservação da Vida (Abrevida), do Movimento Negro Unificado (MNU), o Núcleo de Consciência Negra da Universidade de São Paulo (NCN) e o Movimento Reparações Já (MRJ).

A partir de então cresce vertiginosamente a produção de dados estatísticos por parte de institutos de pesquisas e a academia, principalmente acerca da situação de vulnerabilidade social da população negra. Os governos começam a criar coordenadorias, assessorias, departamentos e secretarias. No entanto, tal movimento não é acompanhado por ações por meio de políticas públicas para alteração significativa desses dados. (FONSECA, 2009, p. 101)

Apesar da contribuição que estes órgãos oferecem no sentido de afirmar a existência do racismo, há críticas sobre sua ação, pois esta não representa uma política de Estado, mas sim de governo. Outra crítica pertinente refere-se à ausência de orçamento para que esses órgãos possam, de fato, formular e implementar as políticas públicas.

Ou seja, enquanto o Estado brasileiro não incorporar a responsabilidade da superação do racismo, expressando esse compromisso através de um orçamento adequado para viabilizar políticas públicas capazes de equalizar as desigualdades raciais, tais ações pontuais marcadas por algum nível de conscientização e vontade política, não serão capazes de transformar a realidade social e políticas da população negra deste país. (FONSECA, 2009, p.102-103).

Faz-se necessário refletir, no entanto, que a política deste modelo de Estado neoliberal conduz a intervenções estatais pontuais apenas para amenizar o problema. O debate acerca das políticas de promoção da igualdade racial tem se intensificado, bem como as iniciativas no campo das políticas de governo, porém, majoritariamente são classificadas como esporádicas ou pontuais (JACCOUD, 2008). Ora, enquanto houver uma intensificação do debate sobre o tema na perspectiva da esfera de política de governo não haverá mudança significativa, pois tais políticas precisam representar uma política de Estado, com dotação orçamentária, evitando descontinuidade. Convergindo, Paixão destaca:

> *“[...] é preciso que o problema da promoção da cidadania dos afro-descendentes se torne uma política de Estado, assim como, aliás, já foi uma política de Estado – ao menos durante a primeira metade do século XX – a sua exclusão [...]”* (2003, p. 134)

JACCOUD (2008) considera que a década de 1980 foi marcada pela reorganização do Movimento Negro e o seu comprometimento em “incluir a temática do racismo e da discriminação como uma pauta do debate sobre democracia e igualdade” deu início ao atendimento por parte do Estado às suas demandas, através de um conjunto de ações que inicialmente foram implementadas nos governos estaduais e municipais.

A partir dos anos 1990, com o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, promoveu-se a redução dos gastos públicos, inúmeras privatizações, redução e defesa da flexibilização dos direitos trabalhistas, foco nos ideais de competitividade e individualismo, diminuição de políticas universais, bem como a abertura econômica para o capital estrangeiro. Tal conjuntura apresenta-se como terreno fértil para a reação dos movimentos sociais em suas diversas expressões. Nesse sentido, segundo Paixão: “[...] abriu-se no século XXI um importante momento para o movimento negro organizado ampliar sua esfera de influência e capacidade de organização e pressão junto à sociedade e ao Estado brasileiro”. (2003, p. 134)

Considerando o debate internacional acerca de políticas afirmativas o governo brasileiro conferiu relevância a tais políticas apenas a partir dos anos 2000, a partir da discussão das cotas raciais.

Em 2001, a III Conferencia Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, em Durban (África do Sul), com o objetivo de discutir os conflitos raciais, contou com a participação de 173 países, entre eles o Brasil.

Conforme expõe LIMA (2010), o Programa Nacional de Direitos Humanos II, em maio de 2002, aponta como metas:

> *“apoiar o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de que a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos constituíram violações graves e sistemáticas dos direitos humanos, que hoje seriam considerados crimes contra a humanidade; apoiar o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da marginalização econômica, social e política a que foram submetidos os “afrodescendentes” em decorrência da escravidão; estudar a viabilidade da criação de fundos de reparação social destinados a financiar políticas de ação afirmativa e de promoção da igualdade de oportunidades”.* (p. 81)

No ano de 2003, no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva é sancionada a Lei 10.639, que obriga o ensino da história e cultura africana e afrobrasileira nas instituições de ensino. Há que se ressaltar que foi um passo importante para introduzir o conhecimento de um povo e um continente, a partir de uma das principais dimensões da vida social: a educação formal. No entanto, apesar de estarmos há praticamente uma década de sua criação estamos distantes de sua concretização nos currículos escolares.

No mesmo ano é criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, órgão vinculado à Presidência da República, com status de ministério. O presidente nomeou uma mulher para assumir tal pasta, Matilde Ribeiro, e em discurso na cerimônia de posse da referida ministra atribuiu - além do processo histórico de escravidão - à

ausência de políticas públicas a atual situação de desigualdade vivenciada pela população negra, conforme explicitado abaixo:

> *"Pelo menos metade da população brasileira vem sendo prejudica por essa situação: a metade negra do nosso povo. Ela não é somente negra – é em sua grande maioria pobre. Mais de 64 por cento dos pobres e pelo menos 70 por cento dos indigentes são negros, como também a maior parte dos desempregados e subempregados do país são negros. (...) Essa situação injusta e cruel é produto da nossa História – da escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social -, mas é também resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-la. O estado brasileiro não deve ser neutro em relação às questões raciais. Cabe a ele assegurar a todos os brasileiros e brasileiras igualdade de oportunidades na busca de melhores condições de vida. (...) Ao nascer, a nova Secretaria dá a devida importância à promoção da igualdade racial no nosso país e abre espaço para a efetiva integração de projetos e ações em todo o conjunto do Governo".* (SILVA JR, 2010, p. 22)

A SEPPIR passou então a desenvolver diversas atividades, entre elas algumas de capacitação de gestores nas questões étnico-raciais, bem como de combate ao racismo institucional. A institucionalização do racismo se dá por meio de práticas discriminatórias dos agentes públicos e privados que através de suas atitudes racistas individuais deixam de prestar ou prestam de maneira desigual atendimento à população negra, expressando assim a falha das instituições na prestação de serviço.

Em junho de 2009, através de decreto o Presidente da República aprovou o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR e a instituição de um Comitê de Articulação e Monitoramento.

O PLANAPIR aponta objetivos a partir dos seguintes eixos temáticos: trabalho e desenvolvimento econômico, educação, saúde, diversidade cultural, direitos humanos e segurança pública, comunidades remanescentes de quilombos, povos indígenas, comunidades tradicionais de terreiros, política internacional, desenvolvimento social e segurança alimentar, infraestrutura e juventude.

Em julho de 2010, após quase uma década em discussão no Congresso Nacional, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, posteriormente muito criticado, porém, "destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância" (BRASIL, 2010), passando a vigorar a partir de 20 de outubro do mesmo ano.

Importante ressaltar que o Estatuto não foi implementado pelos governos sob a justificativa de que é necessário a sua regulamentação. Tal falácia vem sendo contestada pela SEPPIR, pois são pouquíssimos os artigos que necessitam de tal procedimento.

Apesar do governo federal estimular iniciativas na temática da promoção da igualdade racial muito ainda há que se desenvolver no campo das políticas públicas de promoção da igualdade racial nas três esferas de governo.

A heterogeneidade da sociedade civil faz com que esta se organize através de movimentos sociais, assunto que trataremos a seguir.

II.3 Movimentos Sociais e Participação Social

O conceito de movimentos sociais nesta dissertação ampara-se na abordagem de GOHN (1997) baseada no acúmulo de vinte e cinco anos de pesquisa deste tema, considerando a relevância de entendê-los teoricamente, suas concepções, categorias, desenvolvimento e principais formas de manifestações coletivas.

GOHN afirma que a noção de movimentos sociais está presente desde o espaço acadêmico até o meio popular e a representação que estes fazem acerca do tema sempre envolve um coletivo de pessoas demandando um bem material ou simbólico (p. 242).

A autora passa a expor sua concepção sobre o tema sem pretensão de considerá-la "a verdadeira" ou "a melhor", mas sim, estabelecendo parâmetros mínimos para uma conceituação teórica (p. 245).

Para a análise dos movimentos sociais aponta quatro diferenças necessárias, quais sejam: diferença entre movimento e grupo de interesses; uso ampliado da expressão 'movimento'; modos de ação coletiva e movimento social, e uma última sobre a esfera onde ocorre a ação coletiva.

Na primeira diferença é importante considerar que interesses comuns são componentes de um movimento, mas não bastam para caracterizá-los, é necessário haver uma identidade e realidade comum que antecedam a aglutinação de interesses. Quanto ao uso ampliado da expressão, GOHN explica que: "designa-se como movimento a ação histórica de grupos sociais, como o movimento da classe trabalhadora", tendo assim "dois sentidos o termo movimento: um ampliado e geral outro restrito e específico". Modos de ação coletiva (protesto, rebelião, luta armada) são formas de estruturação e "poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas, por si sós, não são movimentos sociais". Em relação à esfera onde ocorre a ação coletiva a autora informa que: "trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada, criando um campo político, como observou OFFE (1998)", ou seja, um movimento social "deixa de ser movimento quando se institucionaliza, quando se torna uma ONG, por exemplo, embora possa continuar como parte de um movimento mais amplo, enquanto organização de apoio daquele movimento". Porém, não podemos considerar movimento tudo que está fora do espaço institucional, e, por outro lado, as instituições contribuem com os movimentos sociais somando forças (p. 245-247).

Com base em todas as informações, a autora apresenta duas acepções de movimento social. Uma que se refere à ação humana na história, é amplo e cíclico, envolve sujeitos de

diferentes classes sociais, defende interesses coletivos para a conquista de direitos ou a manutenção de privilégios, estando inserida na categoria da luta social, sendo capaz de promover mudança social. Outra que se refere a movimentos específicos, concretos, datados no tempo e espaço determinado, em que as carências se traduzem em demandas, vindo a se transformar em reivindicações, inserindo-se na categoria de força social (p. 247-248).

GOHN, define:

> *"Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade".* (p. 251).

Os movimentos sociais têm caráter político, agregam bases demandatárias, assessorias e lideranças, têm relações com diversas instituições (partidos políticos, igreja, universidades, ONG's, etc). O estudo acerca do tema considera o angulo interno (demandas e reivindicações, repertório de ações coletivas, composição social, articulações, força social, ideologia, cultura política, práticas, projeto sóciopolítico, identidade, organização) e externo (cenário sócio-político, opositores, conquistas e derrotas). As principais categorias que estão envolvidas na análise dos movimentos sociais são: participação, experiência, direitos, cidadania, exclusão social e identidade coletiva (p. 252-266).

Todo movimento social passa por diversas fases para chegar a sua consolidação, são elas: situação de carência, formulação de demandas, aglutinação de pessoas, demandas transformadas em reivindicações, organização, formulação de estratégias, práticas coletivas (reuniões, atos), encaminhamento das reivindicações, práticas de difusão (jornais, conferencias), negociação com opositores e por fim a consolidação ou institucionalização do movimento (p. 263-267).

Por fim, GOHN apresenta em sua análise cinco tipos e categorias pelas quais os movimentos sociais se expressam. A primeira traz os movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apoia ou abriga suas demandas como, por exemplo, igrejas, partidos, sindicato. A segunda relaciona-se àqueles construídos a partir das características da natureza humana (sexo, idade, raça e cor), inserindo-se aqui o movimento de mulheres, negro, indígena, homossexuais, idosos, etc. A terceira categoria abrange o movimento pela saúde, por creches, ecológico, entre outros que são construídos a partir de determinados problemas sociais. Os movimentos libertários, nacionalistas, enquadram-se na quarta categoria, pois foram construídos em função de questões da conjuntura política. A última categoria apresentada se refere aos movimentos construídos a partir de ideologias, como por exemplo, o anarquismo, o marxismo, o cristianismo (p. 267-271).

Para fins desta pesquisa nos deteremos sobre a segunda categoria, ou seja, àqueles construídos a partir das características da natureza humana (sexo, idade, raça e cor),

abordando as principais demarcações históricas do movimento negro no Brasil. Antes, no entanto, cabe conhecermos as crises e os novos rumos dos movimentos sociais na atualidade.

Segundo GOHN (2008) o protagonismo dos movimentos sociais no Brasil, a partir dos anos 90, teve sua visibilidade política no meio urbano reduzida. GOHN afirma que:

> *"[...] Vários analistas diagnosticaram que houve uma crise nos movimentos sociais urbanos, nos primeiros cinco anos dos anos 90, no sentido de que eles tiveram reduzido, naqueles anos parte de seu poder de pressão direta que haviam conquistado nos anos 80. Isso de seu em função de vários fatos novos, que explicam as alterações que ocorreram em suas dinâmicas cotidianas. [...]"* (p. 79)

Os fatos que alteraram a dinâmica dos movimentos sociais urbanos se relacionam com a sua própria atuação na década anterior.

II.3.1 Movimento Negro: síntese histórica

Em termos históricos, podemos considerar que a própria luta dos negros no Brasil tem origem na luta dos africanos desde o momento em que estes foram compulsoriamente retirados de seu continente, pois tal processo foi marcado pela constante resistência às estratégias de dominação do regime escravista.

No que tange às relações étnico-raciais no Brasil faz-se necessário reportar-se ao processo de escravização dos africanos, que construiu na sociedade brasileira uma gama de desigualdades sociais e raciais entre negros e brancos, constituidoras de efetivos bloqueios de acesso à cidadania, ao bem-estar e à autoestima dos primeiros.

Após séculos inseridos na sociedade brasileira na condição de trabalhadores escravizados, a abolição destinou aos africanos e seus descendentes o campo da marginalização, pois não houve qualquer política de inserção social, restando-lhes a sobrevivência em condições de extrema desigualdade em relação à população branca européia que foi trazida na condição de imigrante, ocupando espaços bem definidos no mercado de trabalho. (HERINGER, 2002). Mais do que isso, a busca de uma identidade nacional no período pós-independência se forjou na construção de uma identidade racial que tendia a eliminar a presença do negro pelo ideal de branqueamento racial e, mais tarde, pelo elogio da mestiçagem. Cabia a essa busca pela homogeneização racial,

> *"concorrer para a formação de um tipo brasileiro, elemento da unidade nacional (que, paradoxalmente, vê comprometida pela 'desarmonia das índoles' decorrentes da mestiçagem). Trata-se de uma construção racial – clarear a pele do brasileiro do futuro, pelo menos - , pois a nacionalidade já tem sua cultura, sua língua e religião".* (MAIO e SANTOS, 1996, p. 51).

Cientificamente provado que não existem raças, mas sim uma única espécie humana, não podemos descartar o conceito de raça historicamente construído para designar grupos

humanos a partir de características biológicas, porém, subdividindo-os em inferiores e superiores para fins de dominação, considerando que:

> *"[...] o conceito 'raça' data do século XVI, e as teorias são ainda mais jovens, tendo surgido em meados do século XVIII. Antes de estar ligada à biologia, a noção compreendia 'grupos ou categorias de pessoas conectadas por uma origem comum'. Foi só no século XXI que os teóricos do darwinismo racial fizeram, dos atributos externos e fenotípicos, elementos essenciais, definidores de moralidades e do devir dos povos. Vinculados à biologia, a grande ciência do século XIX, e por ela legitimados, os modelos darwinistas e as concepções deterministas raciais sofreram, após a Segunda Guerra Mundial e a derrocada dos impérios europeus na África, críticas severas que, ao mesmo tempo em que desmontavam os últimos discursos que falavam de 'boa colonização' e do 'fardo imperialista', revelavam, em contrapartida, o radicalismo diante das diferenças culturais, completa ou parcialmente destruídas, e a incompreensão a respeito destas"*. (SCHWARCZ, 1998)

Por sua vez, a existência do mito da democracia racial[8] no Brasil, o qual é historicamente combatido pelos movimentos sociais negros, dificulta a aceitação por parte da sociedade brasileira em adotar políticas públicas para a promoção da igualdade racial:

> *"[...] e é essa uma das razões que fazem com que as reivindicações de movimentos sociais negros e anti-racistas, especialmente a adoção de políticas públicas específicas para os (as) afrodescendentes, pareçam absurdas para grande parte da população brasileira"*. (IBASE, 2008)

A contradição entre desigualdade real e a suposta existência de uma "democracia racial" no Brasil tensiona os movimentos sociais fundamentados na população negra desde meados do século XX, quando estes se tornaram mais ativos, em virtude sobretudo da urbanização crescente da população negra e do ambiente democrático, somados ao acesso à cidadania política e social por parte de milhões de trabalhadores.

Desde então, o movimento negro brasileiro tem passado por várias fases. A partir da década de 1970, ainda sob a Ditadura Militar (1964-1985), a ênfase tem sido na denúncia da "democracia racial" e na luta pela identidade cultural e por políticas de compensação que permitam superar as desigualdades reais.

O movimento negro utiliza-se do termo raça com a finalidade de "explicitar posicionamento político e como instrumento no exercício de leitura e compreensão dos fatores que geram os indicadores de desigualdade e também como elemento que deve ser levado em consideração na construção das políticas públicas". (CONE, ELAS POR ELAS, NUPE, 2008, p.18).

Segundo GUIMARÃES (2006), as intervenções do Estado a partir da década de 1930 representaram compromissos condensados pela *democracia racial*, os quais se apresentaram em duas vertentes, "uma material e outra simbólica" (p. 276). Em síntese, a vertente material contempla desde a ampliação do mercado de trabalho urbano aos trabalhadores pretos e

---

[8] Na década de 1930, a partir da publicação do livro Casa-Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, diversos intelectuais teorizam sobre a convivência harmoniosa entre brancos, negros e indígenas, criando-se o mito da democracia racial no Brasil.

pardos, promovida desde o primeiro governo Vargas, através da "lei dos dois terços"[9] à criação de legislação de criminalização do racismo. A vertente simbólica abarca a ideia de nação mestiça, o reconhecimento da uma cultura afro-brasileira, bem como "a criação da Fundação Cultural Palmares, em 1988, e a instituição de Zumbi como herói nacional em 1995." (2006, p. 276-277).

Segundo SANTOS (2009) a década de 1970 marcou significativamente o "movimento negro moderno no Brasil" (p.68). As cidades de Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, através de manifestações políticas e culturais expressaram uma contestação nacional contra o racismo no país. Em Porto Alegre, o Grupo Palmares em oposição à comemoração ao 13 de maio (dia a abolição) propôs a substituição desta data pelo 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares.

Nesta época, em meio à Ditadura Militar a juventude negra foi protagonista e demandatária de ações de enfrentamento ao racismo. Do movimento *soul,* enquanto forma de organização política no Rio de Janeiro ao ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em repúdio ao assassinato do jovem negro, Robson Silveira da Luz, cometido pela polícia, a articulação entre estes dois estados fez surgir o movimento negro nacional. (SANTOS, 2009)

O ato em 7 de julho de 1978 fundou o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, um ano mais tarde alterando sua sigla para Movimento Negro Unificado – MNU, denunciando "o mito da democracia racial, a violência policial e a pobreza da população negra" (SANTOS, 2009, p. 72).

A partir de 1985, com o retorno do País à democracia, e, sobretudo após a Constituição de 1988, que permitiu uma série de novos instrumentos de participação política, o movimento negro pôde efetivamente participar da elaboração de políticas públicas.

Os movimentos sociais negros cumprem o seu papel à medida que pautam as desigualdades e pressionam o poder local a dar respostas às demandas apresentadas; porém, é necessário o fortalecimento dos mecanismos de gestão participativa para a consolidação das políticas de promoção da igualdade racial.

Apesar dos avanços alcançados pelos movimentos sociais negros no âmbito do combate ao racismo, principalmente na perspectiva legal e na produção de conhecimento, na questão dos remanescentes de quilombos e na mudança de perfil educacional da militância (inserção na academia), a perspectiva sobre a inclusão da temática racial na agenda governamental ainda era permeada pela insatisfação de sua referência apenas em pleitos eleitorais, não compondo a agenda nacional. (CARNEIRO, 2002).

---

[9] Lei de Amparo ao Trabalhador Brasileiro, assinada por Vargas em 1931, que garantia que dois terços dos empregados em estabelecimentos industriais fossem brasileiros natos. (GUIMARÃES, 2006)

II.3.2 Participação Social

Os itens anteriores dedicaram-se à compreensão da origem e contexto das políticas públicas, bem como da constituição dos movimentos sociais. Faz-se importante observar que para a existência de políticas públicas, tanto de caráter universal quanto segmentada, há um fator determinante: a participação social, enquanto mola propulsora deste movimento.

Segundo DEMO (1993) participação e política social estão atreladas, a primeira é elemento fundante da segunda, em síntese, "do ponto de vista dos interessados é a *conquista da automopromoção*[10]*",* enquanto que para o Estado *"significa o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais"* (p.6).

DEMO (1993) afirma que a política social possui três eixos fundamentais: o socio-econômico, o assistencial e o político. Sem anular a importância dos demais trataremos brevemente sobre seu eixo político, pois este "centra-se no fenômeno da *participação"* (p.7-12).

Segundo DEMO (1993) a participação é responsável pelo movimento entre promoção e autopromoção, pois: "[...] Trata-se de um processo histórico infindável, que faz da participação um processo de conquista de si mesma. Não existe como dádiva ou como espaço preexistente. Existe somente na medida de sua própria conquista". (p. 13)

Ou seja, há uma simbiose entre desenvolvimento socioeconômico e conquista política. Contextualizando esta afirmação, o autor recupera o processo de negociação, enquanto "necessidade vital" na relação capital/trabalho, responsável pelo processo de conquistas dos direitos dos trabalhadores associado ao surgimento de "formas de governo" de cunho social, tais como as "sociais-democracias", as quais viabilizaram e desencadearam "processos de participação popular mais efetivos". (DEMO, 1993, p. 14)

Conforme afirma DEMO (1993), não obstante as diferenças e desigualdades existentes em nossa sociedade é válido ressaltar que o processo de conquista participativa possibilitou mecanismos de controle,

> *"[...] Ainda assim, é essencial perceber o processo de conquista participativa, que gerou, juntamente com o crescimento econômico favorável, capacidade até então desconhecida de controlar o poder, a burocracia pública, os rumos do desenvolvimento, de certa forma impondo a política social, não como concessão econômica ou estatal, mas precisamente como troféu dos interessados. Trata-se de sociedades com forte participação popular, onde a corrupção, a demagogia, o populismo, o abuso econômico se tornaram mais dificultados, porque os interessados sabem expressar-se organizadamente sobre seus interesses. É claro que existe uma história de lutas por trás, sobre cujo chão se constrói a cidadania popular e que a transforma precisamente em conquista popular. [...]"* (p. 15)

Assim sendo, a organização política da sociedade traduz-se em participação que alimenta o *eixo político* da política social, pois:

---

[10] Entendemos por autopromoção a característica de uma política social centrada nos próprios interessados, que passam a autogerir ou pelo menos a co-gerir a satisfação de suas necessidades, com vistas a superar a situação assistencialista de ajuda. (DEMO, 1993, p.67)

> *"Assim, a conquista participativa constitui-se em componente fundamental da política social, que já não pode ser resumida a serviços do Estado ou a propostas das instituições de planejamento, ou a atendimentos compensatórios e assistencialistas. É face fundamental de uma moeda, que tem na outra a dimensão sócio-economica".* (p.16)

O conceito de participação, conforme argumenta DEMO (1993) reflete o *eixo político* da política social, é conquista, pois representa processo, ou seja, algo inacabado, "em constante vir-a-ser" é, "em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual" (p. 18).

> *"[...] participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser processo, não pode também ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimentação fosse previamente delimitado".* (p. 19-20)

O desenvolvimento societário nos demonstra de maneira recorrente a arena de disputa na qual estamos inseridos, considerando as relações de dominação. Assim, existe participação porque existe dominação, pois:

> *"[...] Quem acredita em participação, estabelece uma disputa com o poder. Trata-se de reduzir a repressão e não de montar a quimera de um mundo naturalmente participativo. Assim, para realizar participação, é preciso encarar o poder de frente, partir dele, e, então, abrir os espaços de participação, numa construção arduamente levantada, centímetro por centímetro, para que também não se recue nenhum centímetro".* (p. 20)

DEMO enfatiza que "participação, por conseguinte, não é ausência, superação, eliminação do poder, mas *outra forma de poder*" (1993, p.20). Essa *outra forma* representa o modo de intervenção,

> *"Trata-se de outra forma de intervir na realidade, ou seja, uma forma que passa por dois momentos cruciais: pela autocrítica, que sabe corajosamente reconhecer suas tendências impositivas, e pelo diálogo aberto com os interessados, já não mais vistos como objeto, clientela, alvo".*

Assim sendo, DEMO (1993) afirma objetivos da participação:

> *"A participação possui a característica de ser meio e fim, porquanto é instrumento de autopromoção, mas é igualmente a própria autopromoção. Prevalece, porém, a conotação instrumental, no sentido de que é vista como caminho para se alcançarem certos objetivos, que ressaltaremos aqui de modo preliminar. Se usássemos outra linguagem, diríamos que participação é metodologia, algo comum a todas as políticas sociais redistributivas, porque é o caminho fundamental de todas. Não haveria sentido em imaginar uma determinada política social que fosse participativa e outra não, já que, não sendo participativa, também não seria social".* (DEMO, 1993, p. 66-67)

Segundo AMMANN (1979), são condições para a participação, da perspectiva individual: "a informação, a motivação e a educação para participar, agem sobre os indivíduos, tornando-os mais inclinados ou menos inclinados ao processo participativo" (p. 24). A autora ressalta ainda os mecanismos históricos e sociais que promovem a participação:

> *"[...] a participação opera mediante mecanismos que variam em cada sociedade e em cada momento histórico, os quais funcionam como oportunidades conquistadas pela, ou outorgadas à população em função do processo participativo. O voto, o plebiscito, a representação política,*

> *constituem-se em alguns mecanismos de participação mais frequentes nas sociedades atuais".* (p.24-25)

A dimensão coletiva da participação refere-se as experiências de inserção em grupos, tal como afirma AMMANN:

> *"A participação pode ser ainda propiciada pela incorporação dos indivíduos a grupos e programas que mediatizam o usufruto de benefícios socio-econômicos, a reivindicação, e a contribuição da população no levantamento de problemas e de soluções alternativas, a nível local, regional e nacional. Ocorre, porém, frequentemente que nem toda população é sabedora da existência desses grupos e programas".* (1979, p. 25)

A existência, em si, de mecanismos de participação não é suficiente para validá-los, mas sim o conhecimento, por parte da população, sobre seus benefícios, métodos e objetivos, atribuindo sentido à escolha de aderir ou não a tais mecanismos. (AMMANN, 1979).

AMMANN expõe os motivos fundamentais à geração e impulso do processo participativo, quais sejam: de natureza biológica (estímulo à produção e usufruto dos bens sociais), ética (busca de contato e associação com outros indivíduos), lógica (são movidos à informação) e amorosa (estimula a projeção e a intervenção do sujeito em seu meio). (1979, p. 28-29).

II.4 A população negra no município de São Paulo

No Brasil contemporâneo, os municípios têm sido importantes instâncias de promoção de políticas públicas, sobretudo aquelas que lidam com a vida cotidiana dos cidadãos (transportes e circulação urbana, níveis iniciais da educação, saúde, cultura). Desta forma, muitas das políticas mais inovadoras no sentido da abordagem e da instituição da participação da sociedade civil tiveram início em gestões municipais. O processo democrático posterior ao fim da Ditadura Militar tem sido o palco de muitas dessas políticas.

Desta forma, no nível local representado pelo poder público e pela sociedade civil municipal, têm ocorrido experiências de combate e de busca de superação de um determinante profundamente enraizado em nossa sociedade: o racismo e a desigualdade racial. Suas origens se confundem com a própria criação da sociedade colonial, origem da atual sociedade brasileira.

O dado de relevância apresentado por São Paulo no contexto nacional mais do que justifica sua escolha geográfica. São Paulo é, desde as primeiras décadas do século XX, a maior cidade brasileira, centro da maior região metropolitana, principal núcleo dinâmico do capitalismo industrial e, também, palco de várias experiências políticas e sociais de grande importância para a construção democrática do Brasil contemporâneo.

> *"A história do negro em São Paulo se confunde, durante um largo período de tempo, com a própria história da economia paulista. Os africanos,*

> *transplantados como escravos para a América, viram a sua vida e o seu destino associar-se a um terrível sistema de exploração do homem pelo homem, em que não contavam como e enquanto instrumento de trabalho e capital. Em São Paulo essa regra não sofreu exceção. [...]"* (BASTIDE, FERNANDES, 2008, p. 27)

O negro escravizado desempenhou um importante papel na vida econômica de São Paulo. Na mineração, especialmente na lavoura, pois o "progresso de São Paulo é um produto da expansão agrícola do século XIX, e que ela mesma seria inconcebível sem o negro escravo". (BASTIDE, FERNANDES, p. 41)

> *"À medida que o açúcar e o café disseminavam-se por São Paul, levavam com eles a escravidão. Em 1811, os escravos africanos e afro-brasileiros eram responsáveis por 23 por cento da população de São Paulo, proporção que se elevou para 28 por cento na década de 1830 e permaneceu neste nível por toda a década de 1850, antes de cair para 19 por cento 1872. Em termos absolutos, entre 1811 e 1836, a população escrava de São Paulo duplicou em tamanho – de 38.542 para 78.858 – e depois tornou a duplicar em 1872, atingindo 156.612 [...]. Em meados da década de 1870, São Paulo abrigava a terceira maior população escrava do país, expedido apenas pelas províncias vizinhas de Minas Gerais e Rio de Janeiro".* (ANDREWS, 1998, p.55)

Ao longo do desenvolvimento econômico e urbano da capital paulista, (progresso da agricultura, propagação do café, estradas de ferro, crédito agrícola) os negros estiveram à margem deste processo, pois, conforme afirmam BASTIDE e FERNANDES:

> *"Esses desenvolvimentos se operam de forma acentuada no último quartel do século XIX, sem modificar de modo profundo, contudo, a posição do negro no sistema de trabalho. À medida que se processava a desintegração do acanhado artesanato herdado do período colonial, as ocupações independentes ou rendosas caíam continuamente nas mãos dos imigrantes europeus. É preciso notar que o meio social só começou a comportar a multiplicação de atividades sociais, que garantissem relativa segurança e prosperidade econômica com apoio na aplicação exclusiva de energias pessoais combinadas a reduzidos capitais, num momento em que a escravidão entra em crise e em que a imigração se intensifica. Por isso, as oportunidades criadas pelas tendências de desenvolvimento urbano da economia paulista vão beneficiar os imigrantes europeus e muito pouco os mulatos e negros libertos".* (2008, p. 59)

A citação acima contribui na compreensão de dados relativos à ocupação e rendimentos da população negra manter-se abaixo da população branca. Após a abolição, os negros foram reabsorvidos lentamente no sistema de trabalho, porém, em ocupações "mais humildes e mal-remuneradas" (BASTIDE, FERNANDES, 2008,p. 71)

> *"[...] Durante o último ano de existência da escravidão, 40 mil escravos foram libertos por seus senhores nas regiões cafeeiras do centro e do oeste de São Paulo, mais de um terço da população escrava total do Estado. Em fevereiro de 1888, a escravidão foi formalmente abolida na Cidade de São Paulo, em 14 de março a Assembléia Legislativa unanimemente requereu ao Parlamento a abolição da escravatura no Brasil".* (ANDREWS, 1998, p.73)

Historicamente, a presença da população negra no município se dá de maneiras distintas, conforme as características da divisão do espaço urbano, pois:

> *"A escravidão produziu efeitos sociais, econômicos e culturais também na formação da população do Estado e da cidade de São Paulo. Ao final da*

> *escravidão, os trabalhadores negros – ex-escravos – ficaram desamparados, não foram indenizados pós-Lei Áurea e, principalmente no Estado de São Paulo, foram substituídos pelos imigrantes europeus, só recebendo um novo papel a partir de 1930, como mão-de-obra operária na industrialização. Todos esses fatos resultaram na sua marginalização do processo produtivo, na discriminação racial em vários setores e na persistência das desigualdades das condições de vida".* (São Paulo, 2007)

Em São Paulo, o movimento negro alcançou importantes conquistas, entre elas, na esfera estadual o surgimento do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra - CPDCM, em 1984.

Deve-se notar que, nos anos de 1947 e 1948, a cidade teve um prefeito negro, o advogado Paulo Lauro, nomeado pelo governador Adhemar de Barros.

Nos anos posteriores ao fim da Ditadura Militar, o município vem experimentando uma alternância entre governos considerados conservadores e outros, progressistas.

Anos mais tarde, na esfera municipal, o governo Janio Quadros (1986-1989), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), através do decreto n. 24.986 criou em 20 de novembro de 1987 o Conselho Municipal do Negro, visando seguir o rumo de outras esferas de governo que iniciavam a construção de mecanismos de promoção de igualdade racial no interior de seus órgãos públicos.

Durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1993) pelo Partido dos Trabalhadores, primeira mulher (e de origem nordestina) a assumir esse cargo na cidade, foi criada uma Coordenadoria Especial do Negro, através do Decreto n. 28.074 de 15 de dezembro de 1989, invalidando o decreto do governo anterior. Tal conquista foi fruto da articulação de militantes do Movimento Negro inseridos no Partido dos Trabalhadores (PT).

Após aproximadamente três anos essa Coordenadoria Especial, transformou-se em órgão municipal, a Coordenadoria dos Assuntos da População Negra – CONE, devidamente amparado através da Lei n. 11.321 de 22 de dezembro de 1992, vinculando-se inicialmente à Secretaria de Governo e posteriormente à Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos do Gabinete do Prefeito. (LAIA, 2011, p. 28).

Considerando a relevância deste órgão municipal enquanto representação dos interesses da população negra cabe uma breve exposição de sua finalidade e competências. A legislação supracitada prevê como finalidade e competência desta Coordenadoria a formulação, coordenação, acompanhamento e sugestão de políticas de ação governamental, junto à população negra visando:

I – combater a discriminação racial, defender os direitos da população negra em todas as formas de violência;

II – receber, examinar e efetuar denúncias sobre fatos e ocorrências envolvendo episódios discriminatórios, e

III – promover e apoiar a integração cultural, econômica e política da população negra no desenvolvimento do município de São Paulo, garantindo assentos de representantes em órgãos como Conselhos Municipais na área de Educação Cultura e outros.

Após 20 anos de existência da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, em meados do mês de 2013 foi aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo o projeto de lei 237/2013, o qual, entre outras alterações na estrutura organizacional municipal cria a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Em 1992, Paulo Maluf, pelo Partido Democrático Social (PDS). Este conseguiu eleger seu sucessor, o também negro Celso Pitta, em 1997.

Em 2000, o PT conquistou a eleição da segunda mulher à frente da Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy.

Em 2004, foi a vez de José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Este, em 2006, abandonou o cargo para concorrer ao governo do estado, deixando a prefeitura para Gilberto Kassab, do Democratas (DEM), que se elegeu prefeito em 2008.

Considerando o percentual de população negra na capital paulista, no ano de 2008, durante campanha para o governo municipal os candidatos, Gilberto Kassab e Marta Suplicy, em concessão de entrevista à Revista Afirmativa Plural (2008) discorreram sobre suas ações realizadas em prol destes habitantes em gestões anteriores e propostas de governo, visando possível vitória. Gilberto Kassab, Prefeito de São Paulo e candidato à reeleição afirmou:

> *"Nossa gestão em São Paulo possui diversos programas de interesse específico do negro e ações afirmativas de promoção da igualdade racial. Por meio da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra (Cone), estimulamos o diálogo e o debate sobre a situação do negro na cidade e promovemos o convívio de toda a população com a cultura negra. A influência dessa cultura é marcante na história de São Paulo e do Brasil, por isso, além de valorizar essas tradições pelo seu valor histórico, as políticas públicas desenvolvidas na cidade de São Paulo para a comunidade negra buscam justiça social e desenvolvimento. O negro tem participação ativa na atual gestão e continuará sendo formulador de políticas públicas em nosso próximo mandato".* (p.32)

Observa-se então, que o candidato expressa de maneira superficial as ações desenvolvidas em seu governo. Por outro lado apresenta um ponto de vista restrito à contribuição cultural do negro paulistano e brasileiro.

A candidata, Marta Suplicy, por sua vez recupera ações concretas implementadas em seu governo na gestão municipal e aposta em ações voltadas à educação das relações étnico-raciais:

> *"Na minha administração, de 2001-2004, criei a Coordenadoria Especial de Assuntos da População Negra, que retomou a promoção da igualdade racial na cidade a partir do programa Municipal de Combate ao Racismo e Garantia da Diversidade". Fomos o primeiro governo a implementar um programa articulado entre as diversas secretarias, autarquias e empresas do poder público municipal, capaz de "transversalizar" ações de combate ao racismo, promovendo mudanças significativas na vida de negros e negras paulistanos. Entre as ações que desenvolvemos na área de educação destacam-se:*

> - *Parceria com o Senac e Prodam, instituindo políticas de cotas para acesso da juventude negra aos cursos de aperfeiçoamento e capacitação no trabalho.*
> - *Foi elaborada e lançada a Bibliografia Afro-Brasileira. O acervo municipal foi ampliado com livros, vídeos e gibis para a valorização da cultura e história do negro no Brasil.*
> - *Criamos o Museu Afro Brasil no Parque Ibirapuera e transformei o Dia da Consciência Negra em feriado na cidade de São Paulo.*
>
> *Eleita, darei continuidade e aperfeiçoarei tudo que foi feito para a promoção da igualdade racial na cidade de São Paulo. Pretendo estimular o mercado editorial de material didático e para-didático a produzir livros com conteúdo adequado às Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.*
> *No que diz respeito ao PT nas eleições municipais em São Paulo, dos 52 candidatos, nove são negros (seis homens e três mulheres), o que representa 17%. Hoje, nossa bancada municipal já conta com uma vereadora negra, Claudete Alves".* (p.33)

Além de todas as características econômicas, políticas e sociais que ornamentam a cidade de São Paulo, destaca-se a sua extensão territorial. Devido a sua vastidão, a estrutura político-administrativa a partir do ano de 2003 passou por alterações para facilitar a gestão do território. Desde então, a cidade encontra-se dividida em 96 distritos e 31 subprefeituras (anexo I), respectivamente, conforme Leis n. 11.220/1992 e 13.399/2002 (São Paulo, 2007). O conjunto destes distritos e subprefeituras agregam cinco macrorregiões, quais sejam: Centro, Leste, Norte, Oeste e Sul.

De ora adiante, deterei-me sobre alguns indicadores socioeconômicos que caracterizam a população paulistana, considerando o quesito raça/cor referentes aos anos 2000 e 2010.

Segundo dados do IBGE, o município de São Paulo no ano de 2000 contava com 10.083.895 milhões de habitantes, sendo 3.161.969, ou seja, 30,3%, declaradas pretas e pardas. No entanto, esse contingente populacional não estava proporcionalmente distribuído na cidade, considerando sua densidade demográfica[11], pois:

> *"Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, 11 distritos municipais possuíam mais de 200.000 habitantes, sendo a maioria localizada na região Sul da cidade (Grajaú, Jardim Angela, Cidade Ademar, Capão Redondo, Jardim São Luís, Sacomã e Jabaquara). Os distritos mais populosos, contudo não eram aqueles com as maiores densidades demográficas: o de Bela Vista, na região do Centro, tinha a maior densidade, seguido por República e Santa Cecília, também no Centro. Na região Leste, destacam-se os distritos de Sapopemba, Vila Jacuí e Itaim Paulista; na Sul, os de Cidade Ademar e Capão Redondo e, na região Norte, Vila Medeiros".* (São Paulo, 2007, p. 13)

No mesmo período, considerando os 96 distritos existentes na capital, a população negra encontrava-se distribuída de maneira desigual no território, estando a maioria situada nos distritos periféricos e em menor quantidade nos distritos centrais da cidade (anexo II). Vale

[11] Relação entre o número de habitantes de uma unidade geográfica e a área dessa mesma unidade. (São Paulo, 2007, p.78)

ressaltar que os distritos de Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaim Paulista, Jardim Helena, Lajeado, Vila Curuçá e Vila Jacuí (Zona Leste); Capão Redondo, Cidade Ademar, Grajaú, Jardim Ângela, Jardim São Luís, Marsilac, Parelheiros e Pedreira (Zona Sul) chegavam a somar mais de 40% de população negra, cada um. (SEADE, 2000).

Os dados acima expressam que a população negra estava concentrada em áreas mais distantes em relação ao centro da cidade. Em termos sociais isso representa que a população negra continua submetida às áreas que, conforme dados, apresentam os indicadores sociais mais desfavoráveis.

Analisando-se o período compreendido entre 2005-2006, em relação ao mercado de trabalho, a taxa de participação dos negros no município era significativamente superior a dos não-negros, mas, a taxa de desemprego em relação aos demais grupos raciais também estava elevada:

> *"No Município de São Paulo, de acordo com a Pesquisa de Desemprego (PED), em 2005-2006, a taxa de participação no mercado de trabalho dos negros (74,4%) era superior à dos brancos (68,6%).[...].*
> *[...]*
> *Apesar de participarem com maior intensidade no mercado de trabalho, os negros enfrentam maior desemprego, comparativamente aos brancos.*
> *[...]*
> *A taxa de desemprego total da população paulistana, em 2005-2006, conforme a Pesquisa de Emprego era de 14,8%, sendo de 13,0% para a população branca/amarela e 18,3% para a preta/parda [...]. Em todas as regiões da cidade, as taxas de desemprego dos negros eram maiores do que as dos brancos e amarelos, especialmente nas regiões Norte 1 e Oeste, em que as diferenças eram, respectivamente, de 6,1 e 5,5 pontos porcentuais. Já a menor diferença encontrava-se na região Leste 1 (3,2 pontos porcentuais)".*(São Paulo, 2007, p. 42-43)

Ou seja, os dados acima, comprovam que a intensiva participação do negro no mercado de trabalho neste período não representava sua inserção de maneira formal. A diferença entre estar ocupado e estar empregado reflete também diferenças em suas condições socioeconômicas. Acrescenta-se a este dado a desigualdade de rendimentos, pois:

> *"Além de deterem as maiores taxas de participação no mercado e de desemprego, os negros, quando trabalhando, percebem, em geral, os menores rendimentos. Segundo o Censo Demográfico IBGE, em 2000, no Município de São Paulo, o rendimento médio dos ocupados de raça/cor branca/amarela era de 3,94 salários mínimos, enquanto o da população de raça/cor preta/parda correspondia a 1,61 salário mínimo (ver mapas na p. 47), observa-se que, de modo geral, o rendimento médio dos residentes nos distritos mais periféricos, sejam eles brancos, amarelos ou negros, era inferior ao dos moradores nas regiões mais consolidadas".*

A desigualdade racial no município de São Paulo também se reflete de maneira brusca sobre as mulheres negras, considerando o rendimento auferido em comparação às mulheres brancas e homens brancos e negros:

> *"Em 2000, entre os ocupados de raça/cor branca/amarela e os de preta/parda, as mulheres negras formavam o grupo que auferia os menores rendimentos: em média, 1,04 salário mínimo [...]. Os homens negros percebiam 2,18 salários mínimos, montante inferior ao rendimento médio das mulheres*

> *brancas/amarelas (2,35 salários mínimos). O segmento que recebia os maiores rendimentos era aquele constituído pelos homens brancos e amarelos (5,75 salários mínimos)".* (São Paulo, 2007, p. 43)

Mesmo apresentando uma boa média de anos de estudos há uma diferença em relação aos rendimentos auferidos entre a população branca e negra no município.

> *"[...] Nesse aspecto, também existe desigualdade de situação entre a população branca/amarela e a preta/parda: a média de anos de estudo para os brancos e amarelos é de 8,71, enquanto para os negros é de 6,45 [...]. Assim como o nível de rendimentos, também a escolaridade dos residentes – brancos, amarelos ou negros – nas áreas mais centrais era, em média, superior à dos moradores nas regiões periféricas. De maneira geral, o acesso da população negra à escolaridade superior é muito menor que o da população branca/amarela: em 2000, de um total de 833.513 estudantes que concluíram o ensino superior, 93,5% (779.108) eram pessoas de raça/cor branca/amarela e apenas 6,5% (54.405), da raça/cor preta/parda".* (São Paulo, 2007, p. 43)

Segundo dados do IBGE (2010), o número de habitantes do município de São Paulo era de 11.253.503, representando a população negra 34,63% deste total.

Assim como no panorama nacional, considerando a situação de domicílio, localmente os negros também lideram as estatísticas de população residente em aglomerados subnormais: 776.495 mil e brancos 496.247 mil.

Comparando-se os dados entre os anos de 2000 e 2010, podemos observar que a população negra no município de São Paulo, após 10 anos manteve-se predominantemente nos distritos mais periféricos das regiões leste e sul, respectivamente, quais sejam: Cidade Tiradentes 56,06%, Guaianases 51,49%, Itaim Paulista 54,78%, Jardim Helena 54,73%, Lajeado 56,15%, Vila Curuçá 51,2% e Vila Jacuí 48,95%; Capão Redondo 53,9%, Cidade Ademar 49,97%, Grajaú 49,97%, Jardim Ângela 60,1%, Jardim São Luís 51,3%, Marsilac 48,6%, Parelheiros 56,61% e Pedreira 52,45%. (IBGE, 2010).

Conforme demonstram os dados destaca-se ainda o aumento do percentual de mais de 40% no ano de 2000 para, majoritariamente, mais de 50% em 2010 (ilustração anexo III).

Segundo dados da Fundação SEADE (2008) relacionados à saúde, especificamente de gestantes brancas e negras, notam-se disparidades raciais, pois, conforme aumentam o número de consultas pré-natal (7 e mais), as mulheres brancas representam 75,3%, enquanto as mulheres negras representam 65,5% dos atendimentos em assistência pré-natal. Acrescenta-se a esta informação a realização de partos cesáreos com maior incidência em mulheres brancas 55,7%, estando as mulheres negras com o percentual de apenas 35,9%.

Considerando-se a proporção de registros de óbitos, segundo raça/cor, observa-se que a população branca e negra apresentam praticamente os mesmos índices de morte por complicações do aparelho circulatório, no entanto, há uma maior incidência de morte por causas externas (14%) e infecções (7%) sobre a população negra. Há que se ressaltar que a taxa de mortalidade por idade, em decorrência de causas externadas, incide significativamente sobre os jovens negros: de 15-19 anos, brancos 26,3% e negros 63,8%; de 20-24 anos,

brancos 39,4 e negros 90,1%; de 25-29 anos, brancos 33,5% e negros 80,5%. (Fundação SEADE, 2008)

As mulheres negras representam 5,4% no mercado de trabalho no município, considerando-se os grupos de ocupação na condição de direção, gerência e planejamento, comparando-se aos homens brancos 21,0%, homens negros 6,6% e mulheres brancas 16,9%. Apresenta expressiva participação em cargos de execução 52,1% e apoio 31,2%, se comparada às mulheres brancas 44,8% e 28,6% respectivamente. Em grupos de ocupações mal definidas representa 11,2% perdendo apenas para os homens negros 15,4%. Ou seja, as mulheres negras ocupam as piores ocupações também em âmbito local, acompanhando os dados de nível nacional.

CAPÍTULO III – As Conferências de Políticas Públicas

"[...] a grande coisa que um governo pode deixar, depois que não for mais governo, é a consolidação da relação entre a sociedade e o Estado brasileiro, entre o Estado e a sociedade brasileira, para que os governantes não mudem aquilo que significou conquista da sociedade brasileira".
(Luiz Inácio Lula da Silva)

O patamar de destaque alcançado pelas políticas públicas na década de 1930, fez com que o governo Vargas adotasse medidas importantes, especialmente na área da saúde pública (FONSECA, CMO, 2007). Nesse sentido, criou em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública, conduzida pelo ministro Gustavo Capanema de 1934 a 1945. Em 1937 recebe nova denominação, qual seja, Ministério da Educação e Saúde. Tal Ministério se constituiu como impulsionador da política de saúde enquanto direito universal.

No bojo das ações deste Ministério são instituídas a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde no segundo governo Vargas, por meio da Lei n. 378/1937. Criada para conferir nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, a referida legislação, composta por 144 artigos, em seu art. 90 institui as conferências, conforme texto original:

> *"Art. 90. Ficam instituidas a Conferencia Nacional de Educação e a Conferencia Nacional de Saude, destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das actividades concernentes á educação e á saude, realizadas em todo o Paiz, e a oriental-o na execução dos serviços locaes de educação e de saude, bem como na concessão do auxilio e da subvenção federaes.*
> *Paragrapho unico. A Conferencia Nacional de Educação e a Conferencia Nacional de Saude serão convocadas pelo Presidente da Republica, com intervallos maximos de dois armas, nellas tomando parte autoridades administrativas que representem o Ministerio da Educação e Saude e os governos dos Estados, do Districto Federal e do Territorio da Acre"*. (BRASIL, 1937)

As três conferências realizadas no período de 1941 a 1963 expressavam um caráter técnico, pois "privilegiaram os debates sobre organização sanitária, municipalização e descentralização". Uma condução de cunho democrático inaugurou-se no período do governo João Goulart, no entanto, com a ditadura militar em 1964, retoma à sua origem técnica, gerando insatisfação e desejo de mudança no sistema de saúde pública. Após a abertura democrática, em 1985, o movimento sanitarista alcança importantes conquistas, mudando os rumos da execução da política de saúde. A partir da 8ª. Conferência Nacional de Saúde abre-se um novo horizonte para as conferências, configurando-se "como um espaço de participação da sociedade civil nas deliberações sobre as políticas de saúde". Ou seja, ampliaram-se de mecanismos de controle dos governos estaduais para espaços democráticos de mobilização social. (Portal Ministério da Educação e Cultura)

As conferências públicas nacionais constituem-se em ferramentas de participação política e de deliberação de políticas públicas na relação da sociedade civil com o poder público.

As conferências foram criadas para atender à necessidade de conhecimento do governo sobre as ações na área da saúde. A lei previa a realização das conferências nas três esferas de governo, sob convocação do Presidente da República e participação da sociedade civil, realizadas pelo poder público e apoiadas pelos conselhos de políticas públicas por área. (PETINELLI, 2011).

As conferências são realizadas, através de orçamento do poder público (federal, estadual, municipal), normatizadas por meio de regimento interno elaborado pelos Conselhos e Secretarias das políticas às quais se vinculam. O regimento tem por finalidade direcionar objetivos, eixos temáticos, etapas, datas, composições, dinâmica de deliberações de propostas e orientações gerais para encaminhamentos. Os resultados obtidos nos processos municipais/estaduais são fonte de deliberações nas conferências nacionais. (PETINELLI, 2011, p. 231).

A partir da carta constitucional de 1988 houve um significativo crescimento no número de conferências públicas. Conforme PETINELLI (2011) de 1937 a 2010 ocorreram 111 conferências nacionais, sendo que 99 foram realizadas após 1988.

As principais políticas discutidas nas conferências referem-se à assistência social, saúde, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente e segurança alimentar e nutricional. Dado relevante refere-se ao período de 2003 a 2010, considerando-se que 72 conferências nacionais foram realizadas, aumento atribuído à gestão democrática e participativa do governo Lula. (PETINELLI, 2011, p. 233-234).

III.1 O processo de organização e realização das conferências

As conferências são convocadas pelas três esferas de estado e pelos governos, por meio de decreto do Presidente da República, Governadores e Prefeitos. Os referidos decretos deverão conter as seguintes informações: objetivos, município e data da realização, responsável financeiro e pela organização da conferência, devendo este ser publico em Diário Oficial, bem como nos demais meios de comunicação (jornais, rádio, TV, cartazes, entre outros). Cabe a cada uma das esferas o financiamento e a regulamento do processo de conferências.

Para a organização da conferência é necessário a constituição de uma Comissão Organizadora, a qual deverá ser formada por representantes do governo e da sociedade civil.

A atuação da comissão organizadora poderá ser complementada, através de assessoria e/ou apoio técnico. Suas atribuições referem-se às seguintes questões: orçamento, estratégias de mobilização e divulgação, definição de local, programação, proposição da minuta do regimento interno e consolidação do relatório final para encaminhamento às demais instâncias.

As orientações do conselho nacional da política pertinente oferecerão os subsídios para a etapa de mobilização, assim como as deliberações das últimas conferências serão primordiais para a organização geral da conferência. Todas as decisões desta comissão deverão ser registradas em ata.

A etapa de mobilização inclui um caráter de qualificação para o processo de participação nas conferências. Através da realização de discussões temáticas, os participantes terão a oportunidade se preparar melhor para a conferência. O objetivo central da mobilização é identificar as necessidades relacionadas à política pública discutida, para isso, é possível utilizar-se dos diversos serviços oferecidos à população, especialmente aqueles que tenham relação com a política pública em questão.

O regimento interno é o documento que congrega normas que regem o funcionamento da conferência em relação ao tema, objetivo, local, data, critérios para credenciamento e dinâmica das atividades (painéis, mesas, moções, votação de propostas, eleição de delegados e relatório final). Este documento deverá ser apresentado e aprovado na abertura da conferência, cabendo à plenária realizar os destaques pertinentes e, após discussão colocá-lo em votação para aprovação dos delegados. Os participantes deverão observar, ao longo da conferência, se o regimento aprovado está sendo devidamente cumprido.

> *"[...] As conferências estaduais e municipais pautam-se, necessariamente pelos objetivos e temas da conferência nacional e funcionam como fases preparatórias. É bom lembrar ainda que a inexistência de uma das etapas (municipal ou estadual) não impede a realização das seguintes"*. (BRIANESI, 2003, p.1)

A principal característica das conferências é o estabelecimento de diálogo entre o governo e a sociedade civil para decisão de prioridades nas políticas públicas nos anos seguintes. Da perspectiva do Estado: "[...] é importante destacar que as conferências são, de certa maneira, uma resposta à pressão da sociedade civil organizada pela inclusão de suas reivindicações e sugestões na formulação das políticas". (BRIANESI, 2003, p.1).

A periodicidade de realização das conferências é estabelecida, através do conselho nacional de cada política pública, "o que não impede que os conselhos estaduais e municipais realizem, também, conferências em outros momentos". (KAYANO et al, 2005, p.1). Estima-se o período de duração dos trabalhos das conferências em, no mínimo, dois dias, considerando condições favoráveis de realização para a participação efetiva dos interessados.

Cabe ressaltar a importância da realização das conferências no primeiro ano de governo municipal, pois é a oportunidade para a inserção de suas prioridades de políticas públicas no Plano Plurianual (PPA), documento que define recursos e programas prioritários para os próximos quatro anos de governo.

A participação nas conferências é aberta aos diversos setores da sociedade envolvidos com o assunto, tais como gestores públicos, trabalhadores, empresários, pesquisadores, ONG's, movimentos sociais e sindicais, porém, estes setores necessitam de uma representação proporcional.

A forma de participação nas conferências distingue-se nas seguintes modalidades: delegados, convidados e observadores.

Os delegados são representantes da sociedade civil e governamentais, devidamente eleitos nas plenárias preparatórias (municipal e estadual), responsáveis por levar as propostas discutidas, com direito à voz e voto nas etapas seguintes. Destaca-se que os membros dos conselhos de políticas públicas, bem como representantes indicados de entidades de reconhecida atuação na temática não necessitam participar de eleição para delegado, ou seja, são delegados natos.

Os convidados são pessoas como, por exemplo, pesquisadores, representantes do poder legislativo, executivo e judiciário, universidades, com saberes específicos nas áreas e políticas públicas, os quais poderão contribuir nas discussões e na definição de diretrizes.

Os observadores são pessoas que não desejam atuar ou não foram eleitas como delegadas, de toda forma, mantém o interesse em acompanhar as discussões que acontecem ao longo do processo. Ressalta-se que nestas duas últimas modalidades os sujeitos não têm direito a voto.

No início da conferência é importante que os participantes realizem o seu credenciamento, pois, através deste serão devidamente identificados e receberão o crachá, instrumento a ser utilizado durante as plenárias para votação das propostas. Recomenda-se que, no momento do credenciamento, os participantes recebam material de apoio, contendo a programação, a minuta do regimento interno, ficha para avaliação das atividades, bloco de anotações, caneta, textos de apoio, cópia das deliberações da conferência anterior, bem como de documentos considerados importantes pela Comissão Organizadora.

Os objetivos das conferências relacionam-se com a sua área (saúde, habitação, meio ambiente) e âmbito de atuação (municipal, estadual, federal). As características principais são:

1) *"Definir princípios e diretrizes das políticas setoriais do tema em questão. Os participantes devem traçar um plano estratégico para aquele setor, definindo as prioridades do ministério ou da secretaria para os próximos anos. A conferência também avalia os programas em andamento, identifica seus problemas e propõe mudanças, de modo a garantir o acesso universal aos direitos sociais;*
2) *Dar voz aos vários segmentos que compõem a sociedade e que pensam (de maneiras diferentes, embora todas legítimas) sobre o assunto em questão. Participam usuários e profissionais, gestores públicos,*

> *legisladores e entidades não governamentais. A presença de diversas opiniões e experiências pode facilitar que se concretizem outros objetivos da conferência, pois estabelece uma negociação entre os diversos segmentos;*
> 3) *Discutir e deliberar sobre os conselhos em temas como: formas de participação, composição, proposição da natureza e de novas atribuições. Os delegados das conferências também podem indicar os membros titulares e suplentes, opinar sobre sua estrutura e funcionamento e recomendar a formação de comitês técnicos. Nos casos em que a conferência acontece pela primeira vez, ela pode ainda ser o espaço de formação desse conselho, caso ainda não exista;*
> 4) *Avaliar e propor instrumentos de participação popular na concretização dessas diretrizes e da discussão orçamentária. A conferência é apenas um dos instrumentos disponíveis de participação popular na decisão das políticas públicas. Existem ainda os conselhos e as audiências públicas de elaboração do orçamento e de prestação de contas. Para garantir a participação da sociedade em todas as etapas de execução das diretrizes apontadas pela conferencia, é preciso que esses outros instrumentos existam e funcionem bem"*. (KAYANO et al, 2005, p. 3)

A dinâmica de funcionamento das conferências deve primar pela participação. Assim sendo, a metodologia adotada deve promover momentos de integração e discussão entre os participantes. É comum a realização de temas centrais, articulados entre eixos temáticos e mesas de debates, possibilitando fundamentação, através de dados e informações, os quais alimentarão a construção das propostas e a troca de experiências.

III.2 As conferências mundiais de combate ao racismo e as conferências de promoção da igualdade racial no Brasil

Este item tem por objetivo apresentar um panorama da realização das conferências específicas na temática racial em âmbito mundial e nacional.

O protagonismo na organização e realização de conferências que discutem o racismo em âmbito mundial é da Organização das Nações Unidas (ONU).

Conforme pesquisa de ROLAND (2012), a ONU desde a década de 1970 declarou três décadas de ações voltadas para o combate ao racismo e discriminação racial. Tais períodos foram significativamente marcados por conferências que expressavam objetivos contemporâneos ao movimento histórico das relações raciais no mundo, fruto de uma conjuntura político-econômica que deflagrou vidas e acirrou intolerâncias diversas.

Segundo ROLAND (2012), a primeira década (a partir de 1978) teve como mote a erradicação do preconceito racial, racismo e promoção das liberdades fundamentais, realizando-se a I Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial em 1978; a segunda década (1983-1993) primou pela eliminação do *apartheid* (regime de discriminação racial até mantido pela minoria branca na África do Sul), solicitando inclusive ao Conselho de Segurança das Nações Unidas imposição de sanções mandatórias contra o

governo da África do Sul, realizando a II Conferência de mesmo nome em 1983; à terceira década (1993-2003) coube o reconhecimento de "que o racismo estava longe de ser derrotado", convocando em 1997 a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, a qual realizou-se em 2001, em Durban, África do Sul. (p. 252-254).

A Conferência de Durban foi um marco histórico mundial na discussão das relações raciais, pois, apesar de não obrigar, resultou num compromisso político dos Estados e organismos internacionais em relação aos afrodescendentes. No Brasil sua repercussão teve expressão desde os movimentos sociais até os governos.

A participação do Brasil na Conferência de Durban foi bastante significativa, considerando-se que representou a maior delegação estrangeira entre todos os demais países do mundo, com uma estimativa de 200 a 400 pessoas, além de contar com a presença de uma brasileira na relatoria do documento final. (ALBERTI e PEREIRA, 2007).

A declaração estabelecida em Durban teve como eixos principais a adoção de medidas e práticas para a eliminação do racismo, discriminação racial, xenofobia e outras formas de intolerância.

A relevância deste documento para a temática da discriminação racial e racismo expressa um caráter de compromisso político dos países signatários, pois representa um instrumento internacional de defesa dos direitos dos afrodescendentes, embora o seu cumprimento não seja obrigatório, por parte dos estados destes países. Outra contribuição importante da declaração de Durban foi a definição jurídica do termo *afrodescendente* como a "pessoa de origem africana que vive nas Américas e em todas as zonas da diáspora africana em consequência da escravidão, tendo-lhes sido negado historicamente o exercício de seus direitos fundamentais". (OEA, 2012:81).

III.2.1 As conferências nacionais de promoção da igualdade racial

Em 2004, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial convocou os municípios a realizarem suas conferencias preparatórias para a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – I CONAPIR, realizada entre os dias 30 de junho e 02 de julho de 2005.

Vale destacar que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da cerimônia de abertura, considerando os esforços e a intensa participação social como "uma grande vitória de todos os que lutam pela igualdade racial" (Relatório Final I CONAPIR, 2005, p. 171), além de resgatar as razões históricas que justificam a realização uma atividade deste porte.

Segundo consta no Relatório de Atividades (2005), esta primeira experiência, apresentou como chamariz o tema "Estado e Sociedade Construindo a Igualdade Racial", apresentou uma participação expressiva, resultando em grande número de propostas, pois:

> *"[...] mobilizou 95.573 participantes: 92.750 nas etapas estaduais e 2.823 na nacional, sendo estes 1.019 delegados dos 26 estados da federação e do Distrito Federal; 978 observadores; 296 convidados; 240 artistas, 180 integrantes da equipe de apoio; e 110 jornalistas. Nesse processo foram aprovadas 1.085 propostas que constam no Relatório da Conferência, o qual será à base do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial"*. (p.14)

A representação de delegados nesta I CONAPIR desenhou-se da seguinte maneira: 49,2% sociedade civil; 16,5% governo municipal; 7,4% governo estadual; 10,4% governo federal; 7,1% Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial 4,7%; consulta indígena e 4,7% consulta quilombola. Na perspectiva de gênero, a participação feminina correspondeu a 52%; a masculina 48% e a transgênero de 0,30%. (Relatório de Atividades da SEPPIR, 2005)

A adesão dos Estados e Municípios na discussão dos assuntos de interesse da população negra (com destaque para mulheres negras e jovens negros), indígena, quilombola, romanesa e religiosos de matriz africana representa um avanço na pauta de reivindicações históricas destes grupos sociais.

Destacam-se abaixo os objetivos, norteadores dos processos municipais e estaduais:

- Refletir sobre a realidade brasileira, do ponto de vista da sociedade e da estrutura do Estado, considerando os mecanismos de reprodução da discriminação, do racismo e das desigualdades raciais.
- Avaliar as ações e políticas públicas desenvolvidas para a promoção da igualdade nas três instâncias de governos – municipal, estadual e federal, bem como o cumprimento dos compromissos internacionais objetos de acordos, tratados e convenções.
- Propor diretrizes para a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Étnica, considerando a perspectiva de gênero, cultura e religião. (Relatório Final I CONAPIR, 2005)

Os doze eixos temáticos expressam a necessidade de diálogo e proposição acerca de áreas centrais da vida social, ciclo geracional, gênero e participação social, quais sejam:

- Trabalho e desenvolvimento econômico da população negra
- Direitos humanos e segurança pública
- Juventude negra
- Educação
- Comunidades remanescentes de quilombos – Programa Brasil Quilombola
- Mulheres negras
- Saúde
- População indígena

- Fortalecimento das organizações anti-racismo
- Diversidade cultural
- Religiões de matriz africana – comunidade de terreiro
- Política internacional (Relatório Final I CONAPIR, 2005)

Segundo avaliação da SEPPIR, tanto o processo de realização quanto os resultados da I CONAPIR traduziram-se em fortalecimento institucional, considerando a recente existência deste órgão, culminado com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial, por meio de decreto presidencial, com vistas à construção do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Cabe destacar o reconhecimento, por parte da SEPPIR, da importância da relação Estado e sociedade civil.

A II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – II CONAPIR realizou-se no período de 25 a 28 de julho de 2009 em Brasília.

Conduzida a partir do tema central “Avanços, desafios e perspectivas da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, apresentou os seguintes sub-temas:

1. Análise da realidade brasileira a partir da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
2. Impactos das políticas de igualdade racial implementadas a partir da estruturação do Fipir em estados e municípios;
3. Fortalecimento dos temas prioritários da Seppir: Quilombos (acesso à terra), Educação, Trabalho e Renda, Segurança Pública e Saúde;
4. Compartilhamento da Agenda Nacional com o Plano de Ação de Durban;
5. Participação e controle social - compartilhando o poder de decisão. (Boletim Informativo SEPPIR, Nov/2007, p.1)

Os objetivos estabelecidos para a realização da II CONAPIR sinalizam a preocupação pertinentes à implementação do Plano e da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, conforme segue:

- Mobilizar órgãos governamentais para o desenvolvimento de ações coordenadas, visando consolidar a implementação do Planapir;
- Estimular a participação da sociedade civil na formulação e controle social das políticas de promoção da igualdade racial;
- Consolidar as formas de implementação da PNPIR por meio da transversalidade, descentralização e gestão democrática. (Boletim Informativo SEPPIR, Nov/2007, p.1)

Apesar da permanência da adesão das outras esferas de governo em todo o território brasileiro, esta II CONAPIR apresentou uma redução do número de participantes, cerca de 1.500, considerando que na I CONAPIR houve 2.823 participantes.

Observa-se também que os eixos temáticos apresentam-se de maneira mais enxuta, caindo de 12 da I CONAPIR para nove neste segundo processo. Destaca-se nos eixos a introdução da discussão acerca do controle social e política nacional, conforme abaixo:

- Educação
- Cultura
- Controle Social
- Saúde
- Terra
- Segurança e Justiça
- Trabalho
- Política Nacional
- Política Internacional (RESOLUÇÕES da II CONAPIR, 2009)

O documento de resoluções sinaliza ainda especificidades não abordadas na conferência anterior, tais como as dos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros) e dos judeus e palestinos. Expõe como desafios a concretização das “cotas raciais como política afirmativa de inclusão” e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, enquanto “instrumento legal de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial”. (RESOLUÇÕES da II CONAPIR, 2009, p.5)

CAPÍTULO IV - Impressões e Interlocuções dos Participantes das Conferências Municipais de Promoção da Igualdade Racial

A escolha do tema busca aferir a compreensão do processo de participação da sociedade civil organizada no diálogo com o poder público em relação às políticas públicas de promoção da igualdade racial no município de São Paulo.

Através dos indicadores socioeconômicos da população negra residente nesta cidade, juntamente com a participação social da sociedade civil nos processos de conferências municipais de igualdade racial é possível sinalizar o problema de pesquisa apresentado nesta dissertação.

Vale destacar que as políticas de promoção da igualdade racial constituíram-se de maneira significativa, a partir da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida no ano de 2001, em Durban (África do Sul), conhecida como Conferência de Durban.

Considerando-se a realização de duas conferências municipais de promoção da igualdade racial nos anos de 2004 e 2009, respectivamente, o objetivo foi conhecer sua construção e destacar a participação da sociedade civil.

Cabe ressaltar nesta construção a forma como a sociedade civil e o Estado se relacionam para realizar uma atividade deste porte, ou seja, quais as tensões que se apresentam nesta relação, além da autonomia e do protagonismo, por parte da sociedade civil, na condução deste processo.

Os órgãos municipais e estaduais afirmam seu interesse em realizar as referidas conferências, atendendo à convocação, por meio de decreto federal e posterior regulamentação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR para participação nos processos nacionais.

Neste estudo de natureza qualitativa, além da pesquisa bibliográfica, foram usados como recurso metodológico pesquisa documental, instrumentos de coleta de dados, tais como técnica de entrevista estruturada e questionário, posteriormente detalhados.

IV.1 Sujeitos de pesquisa

Considerando a realização das conferências a partir de forma paritária, governo e sociedade civil, os sujeitos de pesquisa foram divididos em dois grupos: três representantes da sociedade civil (participantes das conferências) e dois representantes da gestão municipal

(coordenadores da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, órgão responsável pela realização das conferências nos períodos estudados), totalizando cinco sujeitos de pesquisa.

O critério de escolha para os três representantes da sociedade civil baseou-se na sua inserção em organizações do movimento negro, contemplando os recortes de gênero e ciclo geracional.

A escolha de organizações do movimento negro justifica-se pela relevante incidência participativa deste segmento no debate acerca das políticas de promoção da igualdade racial. O recorte de gênero justifica-se pela atuação histórica das mulheres negras no interior do movimento negro, bem como pela sua discussão enquanto eixo temático na I CONAPIR. O recorte de ciclo geracional justifica-se pela significativa participação da juventude negra[12] na I CONAPIR, propondo políticas específicas, conforme sinaliza o documento síntese (BRASIL, 2005), bem como pelo fato de sua inclusão enquanto eixo temático desta conferência.

A escolha de dois representantes da gestão municipal justifica-se pela atuação destes enquanto coordenadores responsáveis pela condução da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra – CONE, órgão promotor das conferências nos períodos estudados, ou seja, nos anos de 2004 e 2009. Cabe ressaltar que a CONE ao longo dos seus 20 anos de existência foi conduzida por sete coordenadores e uma coordenadora, totalizando oito gestores neste período.

A aproximação com os sujeitos de pesquisa e o convite para participação foi realizado através de contatos informais, em atividades alusivas à temática racial, via e-mail, posteriormente formalizado com a devida apresentação da pesquisa e solicitação de confirmação de interesse na participação.

Durante a pesquisa de campo, especificamente na fase de análise documental houve a revelação de um dado relevante, o qual se confirmou através da realização das entrevistas, culminando com a necessidade de inclusão de um novo sujeito de pesquisa: mais um representante da gestão municipal. Vale destacar que este gestor coordenou a CONE fora do período estudado, mas realizou uma atividade pertinente à discussão apresentada neste trabalho e recorrentemente citada pelos demais sujeitos de pesquisa.

Foram entrevistados três representantes de organizações do movimento negro (uma mulher, um homem e um jovem) e três gestores municipais (uma mulher e dois homens), aos quais também apliquei questionários. Os questionários foram fornecidos pessoalmente, na data de realização da entrevista, sendo respondido após a concessão desta, considerando o teor complementar e comprobatório às informações prestadas durante a entrevista, bem como dados pertinentes ao perfil pessoal e trajetória política.

---

[12] Representa cerca de 47% da juventude brasileira. Segundo pesquisas, é atingida de maneira significativa pela discriminação racial, desigualdade econômica, falta de acesso a lazer, altos índices de homicídios, entre outros. (ENJUNE, 2007)

IV.1.2 Identificação dos sujeitos de pesquisa

A maioria dos/as entrevistados/as optou pela revelação de seus nomes verdadeiros. Apenas um entrevistado preferiu manter sua identidade em sigilo. Em respeito a esta solicitação atribuí a ele um nome fictício, identificado com um asterisco.

Além da verdadeira identidade daqueles e aquelas que assim permitiram, a tabela abaixo apresenta o perfil extraído dos questionários aplicados.

Tabela IV.1

Nome/Representação	Idade	Sexo	Cor (IBGE)	Formação
Sandra Mariano (Organização da Sociedade Civil)	62	Feminino	Preta	Técnico completo
Samoury Mugabe Ferreira Barbosa (Organização da Sociedade Civil)	34	Masculino	Preto	Superior incompleto
Francisco* (Organização da Sociedade Civil)	60	Masculino	Preto	Superior Completo
Maria Aparecida de Laia (Gestão Municipal)	55	Feminino	Parda	Mestrado em curso
Edmar Silva (Gestão Municipal)	50	Masculino	Preto	Superior Completo
Mário Luis Cortes (Gestão Municipal)	49	Masculino	Pardo	Superior Incompleto

O objetivo da apresentação deste perfil foi conhecer as características dos grupos entrevistados para além do dado de representação institucional. Através deste perfil é possível destacar que entre os dois grupos participantes da pesquisa há uma predominância de homens, bem como de idade igual e/ou superior a 49 anos.

Quanto à identificação raça/cor, majoritariamente, houve afirmação da classificação preto/a. Considerando o grupo de gestores houve maior identificação com a classificação parda, enquanto no grupo de representantes da sociedade civil houve unanimidade de identificação com a classificação preto/a. Cabe ressaltar que durante o preenchimento duas pessoas se queixaram a respeito desta formulação do IBGE, sugerindo o termo negro ao invés de preto e pardo.

Em relação à formação houve uma variação entre ensino técnico completo, superior completo/incompleto e mestrado, demonstrando proximidade de escolaridade entre os grupos.

O questionário abordou ainda perguntas relacionadas à trajetória política dos sujeitos de pesquisa, as quais se encontram apresentadas a seguir.

Sandra Mariano. Participou da I e II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo. Em ambas atuou na condição de delegada e enquanto membro da Comissão Organizadora. Há 20 anos é membro da Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN, organização do movimento negro de representação nacional com engajamento na luta de combate ao racismo e todas as formas de discriminação e intolerância. Essa organização constituiu-se na década de 1990, a partir da articulação de organizações participantes do I Encontro Nacional de Entidades Negras – ENEN realizado na cidade de São Paulo em 1991. A organização a qual representa estabeleceu relação com o governo municipal para a preparação do plano municipal de promoção da igualdade racial (2010) e a organização da Marcha da Consciência Negra (20 de Novembro, desde a primeira edição). Atuou em instâncias de participação tais como a Comissão Municipal de Saúde da População Negra. O motivo que a levou a aderir a essa instância foi o fato de ser profissional de saúde.

Samoury Mugabe Ferreira Barbosa, ao longo das análises será identificado apenas por Samoury**.** Participou da I e II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo. Na primeira atuou na condição de delegado e na segunda como membro da Comissão Organizadora. Há oito anos é membro da Articulação Política de Juventudes Negras, organização constituída em meados do ano de 2005, após a experiência frustrada da Rede Afro Jovem[13] em 2004. A organização a qual pertence estabeleceu relação com o governo municipal, através da realização de atividades tais como o Encontro Brasil Afroatitude (2005) e a produção da cartilha “Somos todas rainhas” (2010). Atuou em outra instância de participação, o Conselho Nacional de Juventude. Destacou a participação da Articulação Política de Juventudes Negras no Conselho Municipal de Juventude, bem como a conquista, por pressão desta organização, de inclusão no texto da lei de criação deste Conselho de reserva de vaga para organizações de promoção racial e idade limitadora de 30 anos para participação no Conselho. O motivo que o levou a aderir as essas instâncias foi o posicionamento coletivo da necessidade de disputa do Estado, através dos espaços políticos que são oferecidos dentro da lógica da sociedade posta.

Francisco*. Participou da I e II Conferência de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo, sendo que em nenhuma delas atou na comissão organizadora. Na primeira atuou na condição de delegado e na segunda apenas como observador. Há 15 anos é membro de uma organização de representação nacional. Afirmou que esta organização mantém relação direta com o governo municipal. Atuou em outras instâncias de participação como, por exemplo, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. O motivo que o levou a aderir a tais instâncias foi a possibilidade de formulação e construção de políticas públicas.

---

[13] Grupo constituído de jovens militantes, negros e negras, de diversos coletivos que se reunia regularmente na Câmara Municipal de São Paulo para propor a construção de políticas para a juventude negra

Maria Aparecida de Laia, ao longo das análises será identificada apenas por Laia. Foi gestora municipal da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra – CONE no período de abril de 2007 a dezembro de 2012. Nesse sentido, no ano de 2009 esteve à frente da organização e realização da II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Esta não foi sua primeira experiência na gestão pública. Ao longo de sua trajetória profissional desenvolveu atividades de coordenação e planejamento nas áreas de assistência social e juventude e assessoria na área de Gênero e Etnias do Governo do Estado de São Paulo. Presidiu o Conselho Estadual da Condição Feminina. Durante sua gestão na CONE desempenhava o papel de vice-presidente de uma organização da sociedade civil a "Elas por Elas Vozes e Ação das Mulheres" há 10 anos. À época de sua gestão matinha vínculo partidário com o Partido Social Democrata do Brasil – PSDB, ao qual se mantém atualmente. Declarou possuir militância articulada com a temática racial há 25 anos.

Edmar Silva. Foi gestor municipal da Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra no período de 2003 a dezembro de 2004. No ano de 2004, através desta Coordenadoria organizou e realizou a I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Informou que esta foi sua primeira experiência na gestão pública. Durante sua gestão na CONE atuava em organização da sociedade civil, pois há 20 anos é membro do CEERT e do Núcleo de Estudantes Negros da PUC/SP. À época de sua gestão mantinha vínculo partidário com o Partido dos Trabalhadores – PT, ao qual se mantém atualmente. Declarou possuir militância articulada com a temática racial há 30 anos.

Mário Luiz Cortes, ao longo das análises será identificado apenas por Mário Cortes. Foi gestor municipal da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2006. Em maio de 2005, ano de realização das conferências estadual e nacional de promoção da igualdade racial, através desta Coordenadoria realizou uma Plenária Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a qual substituiu a I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Informou que esta foi sua primeira experiência na gestão pública. Afirmou não ser membro de organização da sociedade civil à época de sua gestão na CONE, complementando, inclusive, que encontrava-se e permanece afastado das atividades do movimento negro. À época de sua gestão matinha vínculo partidário com o Partido Social Democrata do Brasil – PSDB, ao qual se mantém atualmente. Declarou possuir militância articulada com a temática racial há 30 anos.

IV.1.3 Pesquisa documental

A pesquisa documental, argumenta GIL (2010), também é uma das modalidades mais utilizadas em pesquisa científica tão importante quanto a pesquisa bibliográfica, diferindo-se

desta apenas em sua natureza de fonte, ou seja, "[...] vale-se de toda sorte de documentos com finalidades diversas [...]" (p.30).

Tal pesquisa documental baseou-se na consulta e análise de conteúdo de documentos oficiais, tais como decretos municipais e nacionais, publicações do Diário Oficial do Município (D.O.M), resoluções das conferências municipais e nacionais, bem como processos de instrução para a convocação das conferências, considerando-se a relevância de tais fontes para o desenvolvimento do estudo.

Os decretos municipais e nacionais pertinentes às conferências foram acessados por meio impresso (cópia de páginas do Diário Oficial do Município/União) e/ou eletrônico (documento disponível no portal do governo federal) e através dos processos (no caso municipal). As publicações do D.O.M foram acessadas por meio do portal da Prefeitura de São Paulo. As resoluções das conferências municipais e nacionais foram obtidas por meio de acervo pessoal.

A consulta e análise dos documentos oficiais, especialmente as resoluções das conferências, os decretos municipais e publicações do D.O.M suscitaram dúvidas, às quais foram parcialmente sanadas através da busca das fontes que deram origem a estes documentos: os processos que instruíram tais conferências e decretos municipais.

O acesso aos processos de instrução das conferências de promoção da igualdade racial e decretos municipais foi solicitado junto à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA) da Prefeitura do Município de São Paulo e à Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena (CPPNI)[14] da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC) do Governo do Estado de São Paulo, por meio de documento institucional do CEFET.

A SEMPLA prontamente atendeu à solicitação, disponibilizando um profissional para realizar o levantamento eletrônico das informações em seu Sistema Municipal de Processos (SIMPROC)[15]. Após o levantamento e desarquivamento dos processos pertinentes às conferências e decretos municipais solicitados, foi permitido o acesso, consulta e reprodução dos documentos de interesse, através de cópia.

Segundo informações da CPPNI o gabinete da SJDC negou a solicitação, argumentando que os processos são documentos internos e não podem ser acessados pelo público. Argumentei a importância do acesso às informações para a presente pesquisa, ressaltando o interesse apenas na consulta dos documentos enviados pelo município de São Paulo referente a ambas as conferências, no entanto, a negativa permaneceu. Apesar da existência, frequente discussão e divulgação pela mídia de leis de transparência nas atividades

[14] Órgão responsável pela formulação de políticas públicas de promoção da igualdade racial na esfera estadual.

[15] O SIMPROC é o sistema de gestão dos processos administrativos da Prefeitura do Município de São Paulo. Por meio dele é possível pesquisar e localizar processos através de seu número, do interessado, do endereço da obra, de palavras-chave ou do documento que lhe deu origem.

dos órgãos públicos, através deste ato, o governo do Estado de São Paulo demonstrou que não está cumprindo a lei, inviabilizando o acesso às informações que são públicas.

Por outro lado, a pesquisa documental permitiu explorar novas alternativas, pois, um dos documentos acessados (publicação do D.O.M) sinalizou para a necessidade de inserção de um novo sujeito de pesquisa. Conforme ensina MINAYO devemos "[...] compreender o campo como possibilidade de novas revelações [...]" (1994, p. 56). O documento revelou a realização de uma atividade no ano de 2005, com todas as características de conferência, porém, intitulada de plenária, a qual aconteceu durante a gestão de um representante do governo municipal que não estava selecionado enquanto sujeito de pesquisa, pois a realização da I Conferência foi no ano de 2004.

Através dos documentos de resoluções de ambas as conferências foi possível analisar o formato de sistematização das informações (ou ausência desta), discussões e/ou eixos temáticos fomentadores de propostas de políticas públicas de promoção da igualdade racial, delegação participante (representantes da sociedade civil e poder público), moções e outras informações anexadas.

Ainda em relação a estes documentos destaquei as propostas, as quais foram sistematizadas, a partir dos eixos e/ou discussões temáticas de cada conferência, considerando-se os assuntos mais relevantes, analisando-se os avanços e retrocessos entre as duas conferências. Cabe ressaltar que não foi analisado se tais propostas foram implementadas, pois não se trata do objeto de pesquisa, no entanto, através dos instrumentos de coleta de dados indaguei a existência de mecanismos de monitoramento acionados pela sociedade civil após as conferências. Devido à inexistência de tais documentos por meio eletrônico e esgotamento de material impresso, considerando a importância de seu conteúdo para consulta e análise, o texto integral das resoluções de ambas as conferências encontram-se disponíveis em anexo, por meio de digitalização.

IV.1.4 Instrumentos de pesquisa para a coleta de dados

Os instrumentos de pesquisa utilizados para a coleta de dados foram desenvolvidos para colaborar com a apreensão do contexto histórico e político, bem como das relações entre o poder público municipal e a sociedade civil nos períodos das conferências.

A princípio elaborei dois questionários e dois roteiros de entrevista, visando a coleta de informações junto aos sujeitos de pesquisa. Considerando a necessidade de inserção de novo sujeito de pesquisa elaborei um novo roteiro de entrevista, atendo-me às questões específicas que este sujeito poderia abordar.

Segundo GIL (2010), “por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas pelo pesquisado. [...]” (p. 102). É um importante instrumento de coleta de dados e sua elaboração cuidadosa possibilita produzir dados necessários para o alcance eficaz dos objetivos de pesquisa.

Os questionários constituem-se de identificação do respondente, questões majoritariamente com respostas de múltipla escolha e poucas questões abertas. Tais questões foram elaboradas com o intuito de obter informações sobre os representantes das organizações do movimento negro e gestores municipais, essencialmente acerca da participação e condução na construção das conferências, perfil e trajetória política.

Para análise qualitativa, a técnica de entrevista estruturada apresenta-se do como importante ferramenta de aprofundamento da análise documental e coleta de informações sobre os bastidores da construção, organização, realização e deliberações das conferências.

A técnica de entrevista, frequentemente utilizada em pesquisa é considerada por GIL (2010) como um recurso que apesar de complexo apresenta maior flexibilidade e assume variadas formas. Optei pela forma de entrevista estruturada, ou seja, “[...] quando se desenvolve a relação fixa de perguntas. [...]” (p. 105), a partir de roteiros que abordaram questões capazes de extrair o posicionamento de ambos os sujeitos de pesquisa em relação à construção das conferências realizadas na cidade de São Paulo.

As entrevistas foram realizadas em local previamente combinado, resguardando-se a necessidade de ambiente isento de interferências externas. Inicialmente, me reapresentei enquanto pesquisadora, estabelecendo uma relação amistosa, através de diálogos informais.

Em seguida, reafirmei os objetivos do estudo e as informações contidas no procedimento de pesquisa, anteriormente enviados por *e-mail* ao consultá-los sobre a disponibilidade e interesse na participação. Solicitei autorização de registro de áudio, por meio de equipamento eletrônico e, após a autorização informei que ao final da entrevista seria aplicado um questionário para fins de informações complementares.

O período de duração das entrevistas variou entre 30 minutos e uma hora, de acordo com a característica comunicativa de cada entrevistado/a. O conteúdo das entrevistas foi transcrita por colaboradoras, sob minha supervisão. Todas as transcrições foram analisadas e sistematizadas em articulação com os conteúdos advindos da pesquisa documental e fundamentação teórica.

IV.2 Sujeitos e Ações Políticas em Debate

A parte adiante apresenta a análise de conteúdo da pesquisa documental (resoluções das conferências, decretos municipais, processos de instrução e formalização das conferências), e das respostas obtidas através dos instrumentos de pesquisa para coleta de dados (questionários e entrevistas realizadas com os sujeitos de pesquisa).

A análise encontra-se divida em três partes. A primeira abordou algumas considerações dos representantes da sociedade civil e dos gestores públicos sobre as conferências de promoção de igualdade racial, benefícios, resultados e a importância da participação da sociedade civil nesta construção.

A segunda e a terceira exploraram todas as informações sobre a construção e realização da I e II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, apresentando ao final uma síntese das propostas oriundas de cada uma delas.

IV. 2.1 Considerações sociedade civil x gestores públicos

Inicialmente apresento as respostas que os representantes das organizações da sociedade civil emitiram às questões de número três a seis do questionário apresentado no apêndice II, as quais abordaram as experiências participativas nas conferências de políticas públicas. Apresento ainda as respostas das questões um, dois, cinco e seis do roteiro de entrevista, conforme apêndice IV, tratando especificamente sobre o significado das conferências, benefícios, resultados e a importância da sociedade civil nesta construção.

Em seguida exponho as respostas dos gestores municipais à pergunta de número três do questionário exposto no apêndice III, referente à relevância das atribuições da comissão organizadora, bem como as questões um e dois do roteiro de entrevistas relativas ao significado das conferências e importância da sociedade civil, conforme apêndices V, VI e VII.

IV. 2.1.2 Posicionamento dos representantes de organizações da sociedade civil

Em resposta à questão número três, Sandra Mariano respondeu que entre as atribuições da comissão organizadora considera mais relevante, enquanto sociedade civil, a atuação na programação/metodologia. Samoury considerou a consolidação do relatório final, pois, segundo afirmou todas as demais “é ‘perfumaria’, boa parte é o governo que vai decidir”. Francisco* considerou todas importantes, destacando quatro: as estratégias de

mobilização/divulgação, programação/metodologia, proposição de minuta de regimento interno e a consolidação do relatório final.

A questão número quatro refere-se ao estabelecimento de diálogo entre o governo e a sociedade civil para a decisão de políticas públicas enquanto principal característica da realização das conferências. Sandra Mariano e Samoury responderam acreditar que este aspecto foi satisfatoriamente contemplado durante a construção das conferências, no entanto, Francisco* discordou deste posicionamento.

Os representantes das organizações da sociedade civil foram questionados, através da questão cinco, sobre a autonomia e o protagonismo da sociedade civil nas conferências municipais de promoção da igualdade racial, através da pergunta número cinco. Unanimente concordaram que tais categorias foram desempenhadas de maneira satisfatória.

A questão número seis indagou quais as formas de diálogo estabelecidas entre as organizações da sociedade civil e o poder público ao final da realização das conferências. Sandra Mariano, respondeu da seguinte maneira:

> *"[...] você tem as resoluções, logicamente você queria discutir com o poder público, passo a passo, isso não aconteceu [...] eu sinto falta justamente de ser chamado, do movimento social ser chamado para ver o que nós poderíamos caminhar, o que nós poderíamos construir juntos. Então isso é quase assim, a conferência terminou e terminou tudo. Esse diálogo que deveria ser contínuo não aconteceu [...] a essência daquilo que você falou, para que serve uma conferência, qual o resultado que você tem, isso nós não tivemos não teve resposta".* (MARIANO, 2013)

Em relação a esta questão, Samoury, respondeu que a organização a qual representa utilizou-se do viés da juventude para garantir a inserção de algumas pautas da igualdade racial. Ou seja, incluíram a temática racial, sob o recorte de juventude em outras conferências tais como a de Juventude e de Direitos Humanos, conforme afirmou:

> *"Nós fizemos, mas voltando diversas vezes para conversar sobre os diversos temas e ao mesmo tempo apresentar propostas. Por exemplo, a conferência de juventude mesmo, nós estabelecemos a participação da CONE enquanto parceira na conferência, nós que chamamos a CONE para ser parceira nossa. Nós fizemos isso nos Direitos Humanos e fizemos isso na juventude. Na verdade nos Direitos Humanos, na Juventude, Assistência Social e Criança e Adolescente. É porque eu trabalhei num programa numa organização nesse período, então, eu participei na de Criança e Adolescente e na de Assistência Social, as duas, eu estava lá, liguei para o povo, articulei e propusemos as questões raciais nas duas".*(BARBOSA, 2013)

Francisco* afirmou que a organização a qual representa mantém diálogo permanente com o poder público, mas, ao final de seu argumento redimensiona a ação para as conferências.

> *"Nos estabelecemos com o poder local um diálogo permanente do ponto de vista dos interesses da comunidade negra sejam realizados [...] Porque nós queremos que seja e tenhamos implantada na cidade de SP ferramentas de gestão de política pública. [...] Nós intervimos enquanto sociedade civil do ponto de vista de ajudar na mobilização, ou seja, de mobilização e participação nas conferencias, tanto do ponto de vista de formulação de apresentar*

> *reivindicações referente a implementação da promoção da igualdade racial na cidade de SP".*(FRANCISCO, 2013)

O roteiro de entrevista com os representantes das organizações da sociedade civil apresentou uma pergunta relativa ao significado de uma conferência de políticas de promoção da igualdade racial. Para Sandra Mariano,

> *"É conferir, é o que significa a palavra conferência, conferir aquilo que o Estado está realizando em relação às políticas de igualdade racial. Esse é o mais evidente, aquilo que nós queremos. Se ele está implementando as políticas públicas se ele não está, quais as dificuldades, quais os desafios".* (MARIANO, 2013)

Samoury apresentou um posicionamento mais crítico em relação a essa questão, ampliando seu ponto de vista para além do significado da conferência. Neste ponto incorporou em sua reflexão o lugar das políticas de igualdade racial e o papel dos gestores destas políticas no modelo sócio-economico vigente, bem como o comportamento do Estado nesta relação.

> *"As conferências têm um papel importante de conseguir, geralmente, sai uma radiografia do que é o desejo das organizações negras em relação à promoção das políticas de igualdade racial. As conferências têm um caráter de aproveitar formulações, de tentar incidir na política. Eu acredito que ela tem mais um peso de provocação de incidir na política, por um motivo simples: a política de promoção da igualdade racial no Brasil é uma política que tem o racismo institucional muito forte. Acho que todos os coordenadores que passaram e as pessoas que atuaram, sendo agentes do Estado na condução desses processos fizeram o possível dentro de uma realidade adversa, sempre com as condições mais precárias, sempre com as condições mínimas, porque o intuito não é o que vai ser formulado e pensado e o que vai ser cobrado desse lugar seja implementando...é mais uma radiografia. Eu diria que é mais o Estado, mensurando a força de articulação e de capacidade da sociedade civil do que mesmo de mudança. O que se vai conquistando na política não perpassa, hoje, pelas conferências. As conferências são mais um mecanismo de colocar o Estado na parede, diria que é uma provocação".* (BARBOSA, 2013)

Francisco* ao apresentar sua opinião sobre o significado da conferência de igualdade racial discorreu bastante sobre a relação entre o movimento negro e o governo do Partido dos Trabalhadores no governo federal nos últimos 10 anos.

> *"A conferência ela é no primeiro momento (pausa) do ponto de vista oficial, aonde nós estabelecemos, enquanto sociedade civil e ainda organizada, nos estabelecemos um dialogo com o Estado brasileiro. Então, o significado pra mim é de extrema importância do ponto de vista interno, que significa um avanço que nós tivemos do ponto de vista organizativo, enquanto sociedade civil. Por outro lado uma capacidade de pressão ao Estado brasileiro para que ele efetivamente estabeleça uma linha de dialogo. [...] A importância que eu vejo é que nós estamos protagonizando.*
> *[...]Então, a importância do diálogo, entre nós, o Estado brasileiro, nesse momento é de uma importância vital do ponto de vista da construção da cidadania. 125 anos depois nós estamos aí com essas conferências construindo a cidadania".* (FRANCISCO, 2013)

Francisco* enfatizou a relevância das conferências exemplificando a conquista de uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, no ano de 2013, enquanto produto das conferências anteriores, no contexto de realização da III COMPIR:

> *"Agora que nós construímos de fato um instrumento que está iniciando em 2013, uma Secretaria, que efetivamente nós vamos ter uma ferramenta de gestão que tenha orçamento, que tenha de fato uma capacidade de gestão em nível do primeiro escalão da cidade. Até agora as ferramentas que nós tivemos, que foi da coordenadoria, uma ferramenta de segunda, de terceiro escalão. [...] Então, agora, pela primeira vez, eu vejo a conferencia, isto é, produto da conferencia. Então, a conferência para mim tem num Estado, no município de São Paulo, ela tem essa grandeza, tem essa importância. Isso está mudando essa cidade".* (FRANCISCO, 2013)

Recuperou a importância da atuação da CONE, apresentando críticas à condução dos trabalhos. Os argumentos de Francisco* demonstraram também sua crítica aos governos municipais que antecederam o governo atual, afirmando que não houve abertura de diálogo. Destacou o protagonismo negro na gestão das políticas públicas, mesmo diante de dificuldades:

> *"[...] Tanto é que o que nós estamos construindo na cidade de são Paulo está sendo a duras penas. Vamos ver do ponto de vista concreto como é que se dá a promoção de igualdade racial na cidade de São Paulo: ela tem muitos, bastante altos e baixos. Creio que agora que nós vamos dar um passo, digamos mais significativo, importante. Não querendo dizer que todos os passos que foram dados não tinham importância. Para chegar num nível que chegamos hoje, de construir uma Secretaria de Promoção e Igualdade Racial é porque nós passamos por um período, atravessamos diversas gestões com maior atividade, menor atividade, focos, inclusive diferentes nessas diversas ações no que diz respeito à igualdade racial, ao combate ao racismo, à questão racial, com focos diferentes, mas nós atravessamos diversos momentos. Um longo período, um período digamos de pressão sem diálogo e um período em que num avanço desse processo nós estamos tendo um dialogo, digamos que mais qualificado. Ou seja, o governo organizando, com todo esforço possível, na verdade, seja em que momento que esse diálogo se deu nós temos que ver, eu toco no elemento protagonismo negro, o gestor negro, seja na coordenadoria ou não, houve sempre um esforço, do ponto de vista de pensar e construir formas dialogadas, parâmetros para as políticas públicas de promoção de igualdade racial. Isso é concreto, isso é real".* (FRANCISCO, 2013)

A questão número dois do roteiro de entrevistas indagou o posicionamento sobre a importância da sociedade civil na construção da conferência. Sandra Mariano afirmou prontamente:

> *"É a nossa participação, é justamente o nosso olhar pela implementações das políticas de igualdade racial que ha muitos anos nós temos uma pauta. Se nós formos contar desde 1995 quando nós fizemos a Marcha Zumbi pela vida quando nós entregamos o documento para o presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, que pautava as nossa lutas, nossas revindicações. Depois você pega Durban que é um marco pra nós, então a nossa participação era justamente de ver essa construção. Ver essa construção pra dentro do Brasil, então, a participação da sociedade civil nesse momento era super importante. É poder publico e sociedade civil numa construção de implementações de políticas publicas para a promoção da igualdade racial".* (MARIANO, 2013)

Samoury atribuiu a importância ao diálogo entre a própria sociedade civil no sentido do estabelecimento de pacto político entre grupos que não dialogam, mas são alvos dos mesmos problemas:

> *"Eu acho que na primeira e na segunda foi de podemos dialogar com os diversos grupos que a gente não dialoga, como ciganos, os próprios indígenas, mas o problema foi ficar só no dialogar e não conseguimos criar um pacto político. Há uma necessidade de criar esse pacto. Eu participo da rede ibero-americana de juventude afro-indígena e afro-descendente das Américas. Nos dois encontros que eu fui pude perceber que os mesmos problemas que nós negros enfrentamos no Brasil e os indígenas, são os mesmos que enfrentam nossos irmão afros na Colômbia, Venezuela, Guatemala, em Honduras, na República Dominicana, e a mesma coisa com os povos indígenas. Muitas dessas tribos vivem isoladas, questão da comunicação, distâncias longas, difícil acesso e ao mesmo tempo são vítimas de assassinatos, de ausência do Estado, do racismo institucional, de não haver boa saúde próximo a essas tribos de população como quilombolas, ribeirinhas, a política de não reconhecer e titular suas terras. Ao mesmo tempo nós não conseguimos nos fortalecer porque precisamos fazer debates conceituais no Brasil".* (BARBOSA, 2013)

Segundo avaliação de Samoury, outra questão que imobiliza e dificulta a articulação da sociedade civil entre si e fragiliza essa relação no jogo político é o racismo institucional, conforme afirmou:

> *"O racismo é tão perverso conosco que eu acho que hoje, como nós não temos nenhum bem, não somos donos de terra, não temos grandes empresas na nossa mão, não somos latifundiários, não temos uma qualificação. Tem esse racismo institucional que não nos permite chegar nas grandes chefias de direcionados recursos e posição política do nosso campo [...] faz com que sejamos fragilizados no jogo.*
> *Tanto é que eu diria que nós não conseguimos nesse processo de conferência qualificar o jogo político. As forças conservadoras são muito fortes e a conferência explicita isso. As dificuldades que se estabelecem enquanto infraestrutura é um exemplo disso. É simbólico que a política é simbólica a questão da representação do poder ele é simbólica".* (BARBOSA, 2013)

Em relação a importância da sociedade civil na construção das conferências de promoção da igualdade racial, Francisco* afirma:

> *"Vital, vital. A sociedade civil, no caso especifico, as diversas organizações do movimento negro, vital para a construção da conferência. Sem a articulação, organização da sociedade civil não há possibilidade de construção das conferências, por quê?! Porque o Estado é frágil, o Estado nunca teve nada para a construção das conferências. As conferências elas passam a ser construídas na medida em que nós, elas são construídas, se olharmos no âmbito do município, elas são construídas de cima pra baixo".* (FRANCISCO, 2013)

O conteúdo acima expõe ainda uma crítica aos governos antecessores ao governo Marta Suplicy, bem como à coordenação da CONE no período desta.

Outro ponto de reflexão durante a entrevista foi o que as conferências, enquanto experiências participativas trouxeram de benefícios para o movimento negro local. Sandra Mariano considerou a possibilidade de aprendizagem, interlocução e conhecimento concreto das diversas realidades locais, conforme segue:

> *"[...] Você aprende muito! Primeiro que você tem o dialogo com diversas pessoas. [...] A comissão organizadora tem esse papel, ela tanto organiza a conferência em si como também as regionais, então, isso foi um crescimento muito grande e você vê, percebe as realidades das regionais [...] isso fortalece o movimento daquilo que nós falamos de sair do seu gueto [...] Você vê diversos cenários e um crescimento muito grande para o movimento negro. É o aprender e a conferência ela traz isso. È discutir com o poder público [...] parece fácil, mas não é, mesmo sendo um governo democrático, popular ou outro governo de direita. Na hora de você sentar junto com as outras pessoas, minimamente, tem que ter um conteúdo pra dialogar com esses diversos atores, então isso para nós é crescimento. É uma briga sim, é uma briga saudável".* (MARIANO, 2013)

Samoury, em relação a essa questão respondeu assertivamente que o benefício foi a construção da agenda de juventude negra no país, destacando inclusive, os embates geracionais dentro do próprio movimento negro e a repercussão desta pauta na Conferência Nacional de Juventude.

> *"Trouxe, o de construir a agenda de juventude negra. Teve um momento que o Brasil vinha vivendo de fortalecimento de agenda da juventude negra, foi importante. Como nós tínhamos esse embate interno, geracional, dento do movimento negro, isso nos fortaleceu muito enquanto juventude negra, na época. Nós fortalecendo na perspectiva de sempre lutar ombro a ombro, bem redondinho, foi isso que garantiu pra nós algumas vitórias importantes no macro-político, vou dar um exemplo, a primeira prioridade tirada enquanto política para a juventude, na Conferência Nacional de Juventude, foi a questão do documento do ENJUNE".* (BARBOSA, 2013)

O posicionamento de Francisco* em relação aos benefícios para o movimento negro local:

> *"Sem dúvidas as conferencias trazem benefícios. Primeiro, vamos tocar no processo anterior. Num dado momento nós conseguimos colocar no programa de todos os partidos, isso discutindo o mito da democracia racial, a questão racial. Nesse momento agora das conferencias o que efetivamente nós temos: nós temos que, as políticas públicas generalistas, nós começamos a dar um corte racial. [...]"* (FRANCISCO, 2013)

Cabe destacar que ao complementar sua resposta, Francisco* abordou os impactos de da trajetória do movimento negro enquanto benefícios, tais como o diagnóstico da anemia falciforme, através do exame do pezinho; a inclusão do quesito cor nos questionários da saúde; a lei federal 10.639/03; a implantação do Museu Afro Brasil na cidade de São Paulo; o ganho subjetivo, mas intangível como, por exemplo, a mudança da postura da população negra no país, considerando a população autodeclarada e a elevação de autoestima; o aumento da representação dos negros nas casas legislativas; a instituição do feriado (20 de novembro) em algumas cidades; a expansão e organização dos cursinhos para negros e acesso à universidade, além da ocupação dos espaços de poder por negros e/ou brancos que se voltam para a questão racial.

Talvez uma das questões mais provocativas direcionadas aos representantes de organizações da sociedade civil foi refletir sobre o êxito das conferências, ou seja, quando estes sujeitos consideram que uma conferência atingiu esse patamar. Sandra Mariano,

articulando a construção e resultados das conferências de promoção da igualdade racial no âmbito estadual e municipal sinaliza a ineficácia deste processo no sentido da implementação das políticas públicas.

> *"É difícil viu [...] não avançamos [...]. Agora na terceira que recebemos o relatório da segunda. O Estado não produziu um relatório [...], então isso pra nós é um vácuo. O Estado, se você pensar em na implementação das políticas, tem pouca coisa. Se for fazer uma análise de tudo aquilo que foi construído que nós falamos que foi de 10 anos da igualdade racial no Estado de São Paulo, poucas coisas nós temos.*
> *Está certo que a Maria de Laia ficou dois mandatos, que teve mais foco que ela deu para CONE foram atividades, cursos universitários, algumas atividades com o movimento, uma construção mais geral da educação, teve alguma coisa, mas uma construção com mais amplitude nós não vimos. Nós temos uma avaliação [...] ela é uma parceira está junto conosco no 20 de novembro e tudo, mas as políticas não caminharam naquilo que nós esperávamos que caminhasse".* (MARIANO, 2013)

Indagada sobre o motivo desta falta de avanço atribuiu à falta de vontade política do gestor, ou seja, a omissão do Estado no atendimento às demandas da sociedade civil. Por outro lado, deposita esperanças no resgate e implementação de ações que melhorem a situação dos negros e negras deste município, destacando a dedicação investida na construção de uma conferência, bem como o desgaste que promove.

> *"Tem uma coisa que nós falamos que é a vontade política do gestor [...] o Prefeito Kassab pouco ele tinha de interesse nessas políticas. Uma coisa é você falar outra coisa realmente é implementar ou pensar em melhorar a situação dos negros e negras no município de São Paulo.[...] tinha a Laia, preparando atividades, mas uma resposta efetiva para sociedade civil, muito pouco.*
> *Tudo isso ficou no caminho e nós esperamos resgatar agora [...] mas nós queremos que alguma coisa caminhe. Se agora acontecer, isso para nós vai ser um dado positivo. Vale a pena, é cansativo construir uma conferencia [...] é uma preparação muito grande que tem muito desgaste. [...]"* (MARIANO, 2013)

Samoury processou por alguns segundos a questão, no entanto, respondeu de maneira direta:

> *"Quando as pessoas que vão para a conferência não estão apresentando as mesmas questões da primeira, na terceira. Eu acredito que é o que vai acabar ocorrendo. Mesmo com esse debate que está posto para maquiar o negócio, que é de desenvolvimento, vai aparecer o que não se cumpriu na política nesses 10 anos, de bons anos para o Brasil, não se refletiu na juventude negra".* (BARBOSA, 2013)

O posicionamento de Samoury representa uma perspectiva de manutenção da postura da sociedade civil em relação à omissão do Estado na implementação de políticas de igualdade racial. Nesse sentido cabe problematizar: quais as ferramentas que a sociedade civil pode lançar mão para impedir que os mesmos problemas sejam apresentados de uma conferência para outra, sucessivamente?

Francisco* refletiu por um período médio e revelou insatisfação em relação a este aspecto das conferências:

> *"(Silêncio) Nós precisamos trabalhar mais essa questão. Eu sou insatisfeito com isso! Nós fazemos um esforço e os debates da conferência são riquíssimos que os relatórios finais, com as suas condensações, elas acabam não traduzindo essa riqueza e ao não traduzir essa riqueza enfraquece a nossa luta no ponto de vista de reforma do estado brasileiro. O diálogo das conferencias está nos permitindo de forma coletiva construir uma reforma por dentro do estado brasileiro. Nós precisamos ter o que? Mais marcos legais que permitam que tenhamos rubrica para ter orçamento, orçamento efetivo, então, eu acho que esse é um passo. Acredito também, no âmbito nacional, para que nós não tenhamos um retrocesso do ponto de vista da democracia que nós precisaríamos aproveitar muito mais as contribuições que saem das conferencias municipal, estadual e nacional. Esse esforço nós temos que fazer. O gestor público como ele está envolvido na construção, em realizações imediatas que precisam ser feitas, então, ele toma alguns pontos da conferencia procura traduzir isso em ações, mas essas ações acabam não tendo perenidade porque não se estabelece uma cultura para isso"*. (FRANCISCO, 2013)

Delegou aos acadêmicos e pesquisadores o papel de apontar caminhos para que as conferências atinjam êxito:

> *"[...] Eu avalio, aí vou te devolver a peteca [...] aí a importância da academia, por quê? Gostaria que mais pessoas fizessem isso. O legislador não tem condições de fazer, o gestor também não tem condições, só o acadêmico tem essa possibilidade, só o pesquisador tem a possibilidade de olhar, de ter um distanciamento destes protagonistas e apontar caminhos. Ou os escritos a produção acadêmica que dá um parâmetro e nos ajudar a dar esse grande avanço".* (FRANCISCO, 2013)

Francisco* novamente se reportou à questão partidária ao refletir sobre a experiência de realização de conferências como um dado positivo, apesar de haver manifestado insatisfação em relação a este processo de interlocução entre sociedade civil organizada e poder público:

> *"A minha fala já é nítida eu tenho insatisfação em relação conferência. Por exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial nós metemos um pé na porta do estado brasileiro e falamos 'aqui tem racismo e aqui nós estabelecemos um marco legal para aprofundar o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial', no entanto, nós precisamos regulamentar essa lei [...] não podemos deixar em relação ao que nós produzimos pairar nenhuma dúvida [...] isso arma qualquer indivíduo. Nós temos que estabelecer mais marcos legais. Nós temos conferencia enquanto temos um governo federal gestado pelo PT que tem essa política de dialogar, através das conferências, com os movimentos sociais. Se é um governo de outro partido, o governo do PSDB o faz em nome do pacto administrativo, mas nós tivemos duas gestões do Fernando Henrique que isso não aconteceu. Meu ponto de insatisfação é o aproveitamento desta riqueza de formulação que está sendo pouco aproveitada. Não acho que é papel do gestor nem do protagonista que está no legislativo, mas acho que a academia tem que contribuir um pouco mais com isso também [...]".* (FRANCISCO, 2013)

Este trecho, através de revelações importantes, expressou o posicionamento crítico dos representantes das organizações da sociedade civil, apresentando suas insatisfações, pontos convergentes e expectativas em relação às conferências de promoção da igualdade racial e seus desdobramentos.

IV. 2.1.3 Posicionamento dos gestores municipais

O questionário respondido pelos gestores, através da questão número três também apresentou uma pergunta sobre qual a atribuição da comissão organizadora estes consideravam mais relevante para a atuação da sociedade civil.

A gestora, Laia destacou três atribuições: estratégia de mobilização/divulgação, programação/metodologia e proposição do regimento interno.

O gestor, Edmar Silva entre as alternativas apresentadas considerou duas: elaboração do orçamento e consolidação do relatório final. Cabe informar que acerca da resposta sobre orçamento discorreu brevemente sobre a importância desta discussão para a garantia da efetivação das políticas de promoção da igualdade racial.

O gestor, Mario Cortes destacou que a atribuição mais relevante para a atuação da sociedade civil é a consolidação do relatório final.

Acerca do significado das conferências de promoção da igualdade racial Laia acredita que estas têm a função de dar visibilidade aos problemas enfrentados pela população negra, pois afirmou:

> *"É muito importante à medida que você, numa conferencia, você pode trazer várias discussões e essas discussões serem (pausa) terem visibilidade pra sociedade! Porque é uma conferencia da igualdade racial, mas que embora o foco seja na população negra, mas ela também abrange outras etnias e nesse sentido dar visibilidade às discussões, aos problemas faz com que você possa mostrar à sociedade que a situação da população ou dos segmentos mais vulneráveis não está (pausa) é vamos dizer (pausa) um vírus da democracia racial (risos) nos coloca como sendo algo que está tudo bem. (pausa) nós somos todos iguais! Então isso traz, de uma certa forma, a conferência mostra isso".* (LAIA, 2013)

Ao responder esta questão, Edmar Silva discorreu sobre o contexto político da época, tais como a primeira vitória do presidente Lula e a relação desta com o avanço das reivindicações históricas do movimento negro, bem como a incorporação de quadros importantes das organizações do movimento negro no governo. No entanto, não expôs explicitamente o significado de uma conferência de igualdade racial, mas sim, afirmou pioneirismo na realização da I COMPIR na cidade de São Paulo:

> *"Foi a primeira conferencia municipal de promoção da igualdade racial. Claro que, mas, seria de fato arrogância, presunção da nossa parte, afirmarmos aqui que 10, 15, 20, 30 anos atrás, talvez não tivesse havido outra conferencia na cidade de São Paulo ou em qualquer outra, qualquer outro município nesse país.*
> *Mas, alguma coisa próxima 2004 com certeza nós não tivemos. Nós não tivemos então ela teve muito esse caráter de ser a primeira conferencia municipal de promoção da igualdade racial. E eu não tenho duvida que foi um momento impar para cidade de São Paulo como um todo e pra luta contra o racismo de maneira mais específica.*
> *[...] representou um marco político, alguma coisa que nós podemos apresentar, o que nós tínhamos na época de mais atualizado no que diz respeito às reivindicações para diminuirmos o impacto do racismo".* (SILVA, 2013)

O gestor, Mário Cortes ao posicionar-se sobre o significado das conferências (não apenas de promoção da igualdade racial), amparou-se na legislação brasileira, colocando-as no patamar de direito de expressão da sociedade civil junto ao poder público para apresentar os problemas que lhe cercam. Ao final de sua resposta, Mário problematizou o que se faz com os resultados destas conferências, conforme segue:

> *"A conferência ela vem na verdade consolidar o que foi proposto na ultima constituição. É a articulação da sociedade civil para que isso seja de fato efetivado. Eu acho importante essa mobilização nacional. [...] Eu vi o quanto existem grupos organizados que se interessam, então, eu acho que a importância da conferência é mobilizar as pessoas para as diversas conferências não somente a conferência de igualdade racial, mas estar mobilizando a sociedade civil para que haja uma discussão mais detalhada acerca dos problemas que esses determinados grupos enfrentam em relação aos governos, em relação ao entendimento que o governo tem a respeito do trabalho desses grupos.*
> *A conferência é muito importante e o grande problema que eu penso hoje é a sequencia disso. Você tira um documento e você aponta algum caminho, mas como é que se conquista, como que se chega a um final. Eu acho que hoje o grande problema é essa articulação".*(CORTES, 2013)

Ao refletir sobre a importância da participação da sociedade civil na construção da conferência, Laia diz:

> *"As conferencias, elas são chamadas pelos governos [...] Eu acho que ela é importante, nesse caso a sociedade civil contribui bastante, porque ela traz aquilo que, às vezes o governo não está vendo, ou se esta vendo, não está explicitando (risos). Então, acho que a participação da sociedade civil é fundamental".* (LAIA, 2013)

Neste sentido, Laia (ao encontro da opinião do gestor Mário Cortes) iniciou uma crítica ao desfecho das conferências, observando os custos com essa atividade e esboçando uma proposição a ser considerada pelo poder público:

> *"Eu acho que falta na conferencia algo que é de fato como você vai implementar aquelas ações. Porque a participação da sociedade civil ela é (pausa) de cobrança de (pausa) estímulos o que se tem (pausa) de resistência. Não é nem de cobrar, mas de reivindicar. Mas o governo quando chama uma conferencia, ao meu ver, ele deveria depois fazer uma conferencia muito especifica. Não sei se chamaria de conferencia. Mas, ele deveria fazer algo muito especifico com os resultados das conferencias, com as secretarias, ou seja, ele deveria de fato fazer. Dizer o tanto que ela gasta porque todas as conferencias tem um custo alto. E é um custo que depois você faz o quê?! Então, eu acho que falta na conferencia é você fazer (que eu não sei que nome daria), mas algo que com todas as secretarias participantes ou secretarias afins que pudesse de fato entender que as conferencias tem que ter um canal de políticas ou de construção de políticas ou construção de projeto".* (LAIA, 2013)

Observei que apesar das distintas representações, o posicionamento dos gestores Mário Cortes e Laia vem ao encontro da resposta de Sandra Mariano ao expressar "a conferência terminou e terminou tudo", ou seja, demonstram o não aproveitamento, por parte do governo, dos resultados obtidos com a realização das conferências.

Sobre a importância da sociedade civil na construção da conferência, Mário Cortes refletiu sobre o protagonismo dos grupos organizados, atribuindo a importância destes como

forma de publicização das suas discussões, as quais, por meio das conferências poderiam concretizar-se mais rapidamente:

> *"[...] As Conferências elas acontecem, apesar de serem da sociedade civil, mas elas acontecem a partir do empenho, a partir do que o governo tem à disposição da sociedade civil. Talvez seria até uma forma de controle inverso, não sei se seria isso, mas eu acho que a sociedade civil é muito importante na construção das conferências. Na igualdade racial há muitos anos vem se discutindo uma série de questões que é a voz dessas discussões que perpretaram durante anos e foi se materializar nas conferências. É muito importante porque são coisas que a conferência ajudou a publicizar e sem elas talvez nós não teríamos essa publicização. É caminhado, vamos dizer assim de uma forma mais veloz, para que as coisas acontecessem. A sociedade civil teve uma importância fundamental. Na verdade ela que constrói as conferências, apesar de que já existe uma paridade o governo participa, mas acho que as grandes questões são colocadas pela sociedade civil".* (CORTES, 2013)

Sobre esta questão, Edmar Silva, divagou sobre a representatividade de negros e negras no parlamento, destacando cargos e funções públicas, mas não foi possível identificar uma relação direta com a pergunta apresentada, apenas, segundo ele, a sensação de que a sociedade civil busca o poder público com o sentimento de que este faça-lhe o favor de realizar algo, conforme segue:

> *"[...] Mas de qualquer maneira, essa conferencia foi uma demanda da sociedade civil, que o governo, não tem como ele negar a relevância daquela proposição, da demanda. Nós temos que fazer, porque o povo está batendo na porta com argumento que é muito corente. [...] mas ainda é uma coisa, eu diria assim, a sensação do povo é de que esse poder público está fazendo um favor, gentileza. Então ainda a sensação é um pouco esta".* (SILVA, 2013)

Através deste trecho foi possível conhecer o posicionamento dos gestores municipais sobre o significado da realização das conferências de promoção da igualdade racial, sinalizando suas deficiências e apontando sugestões de melhorias para o avanço deste processo. A discussão desenvolvida sobre a importância da sociedade civil na construção das conferências reservou a esta lugar fundamental.

IV.2.2 A (re)construção da I Conferência de Promoção da Igualdade Racial na cidade de São Paulo

O município de São Paulo, atendendo a convocação feita em 2004 pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, através da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, realizou a I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, de ora em diante denominada I COMPIR, em 31 de julho de 2004.

Através do acesso ao processo que instruiu a oficialização e realização da I COMPIR foi possível analisar os documentos enviados pelo coordenador geral da CONE, à época, Sr.

Edmar Silva. Em ofício encaminhado em 30/06/2004 ao chefe de gabinete da Secretaria do Governo Municipal o referido coordenador solicita à Sr.ª Prefeita, Marta Suplicy, a oficialização do Decreto da I COMPIR, informando a realização desta em 28 e 31 de julho de 2004, bem como anexando uma proposta de minuta do decreto.

Segundo consta no ofício, na data de 28/07/04 se realizaria a abertura, das 19h às 23h, no Teatro Municipal de São Paulo com a apresentação do Balé da Cidade e na data de 31/07/04, das 9h às 17h se realizaria os debates de temas relacionados à educação, saúde, religião e cultura da comunidade negra.

Em relação à minuta do decreto chamou-me a atenção um artigo que justifica a realização da I COMPIR enquanto deliberação do I Seminário de Planejamento Estratégico realizado em 18 de outubro de 2003, na Biblioteca Mário de Andrade, mas na redação do texto final do decreto este artigo foi suprimido. Durante a realização da entrevista com o gestor Edmar Silva este assunto surgiu enquanto contextualização histórica do significado das conferências de igualdade racial.

Através da realização da entrevista, Edmar informou que este seminário tinha por objetivo pensar ações para o ano de 2004, último ano da gestão do governo Marta Suplicy, rumo à tentativa de reeleição. A ideia da realização da conferência, originalmente, era de uma *conferência contra o racismo, a discriminação e o preconceito*. Segundo afirmou, esta informação chegou à SEPPIR e a ministra, Matilde Ribeiro, apoiou a ideia, porém, solicitou que recebesse o nome de Conferência de Promoção da Igualdade Racial.

Observei que esta I COMPIR foi realizada tão logo feita a comunicação pelo Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial. O decreto municipal foi publicado em 08/07/2004 (anexo IV), antes mesmo do decreto federal, publicado em 23/07/2004 (anexo V), o qual recebeu nova redação em 23/02/2005 (anexo VI) em decorrência da alteração da data de realização da I CONAPIR para 30 de junho a 02 de julho de 2005.

. O regimento interno, documento que normatiza a realização das etapas municipais, estaduais e federal foi publicado apenas em 11/08/2004, conforme publicação do Diário Oficial da União n. 154 de 11/08/2004.

Ou seja, a I COMPIR ocorreu com antecedência de aproximadamente 11 meses em relação aos processos estadual e nacional em 2005. Apesar de não haver qualquer documento que proíba esta antecedência na realização dos processos que antecedem a nacional este fato é questionável. De toda forma, as informações acima expostas demonstram que o município não respeitou as normativas federais para a realização da I COMPIR.

O documento publicado enquanto resolução da I COMPIR constitui-se de informações sobre alguns marcos do Movimento Negro, apresentação institucional, discussões temáticas e suas propostas e, por fim, anexos com moções e relação de organizações de combate ao racismo em São Paulo. Cabe ressaltar que este documento não apresenta data de publicação

e não registra as organizações da sociedade civil que participaram da construção desta COMPIR.

O objetivo, conforme consta na apresentação do documento publicado enquanto RESOLUÇÕES da I COMPIR:

> *"[...] com o intuito de construir um Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, propondo um diálogo franco no que tange à igualdade social, econômica e cultural dos povos, na medida em que o racismo é um entrave para a consolidação da democracia. [...]".* (2004, p.1)

Controversamente, o decreto municipal que dispõe sobre a oficialização e realização da I COMPIR, assinado pela Prefeita Marta Suplicy, em seu art. 2º. expõe outro objetivo:

> *"A I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial desenvolverá seus trabalhos pautadas em temas relacionados à educação, saúde, religião e cultura da comunidade negra, com o objetivo de organizar amplo debate, sistematizando demandas, propostas e diretrizes que ampliem e consolidem o processo de políticas públicas para a referida comunidade".* (Decreto n. 44.988 de 8 de julho de 2004)

O objetivo apresentado no decreto, essencialmente aponta a necessidade de conhecer a demanda da população negra para subsidiar a elaboração de políticas específicas. Tal objetivo condiz com um primeiro momento de interlocução direta entre sociedade civil e poder público, através da realização da I COMPIR.

O conteúdo das entrevistas e respostas dos questionários permitiu compreender melhor quais as tensões que acompanharam a realização da I COMPIR.

O gestor, Edmar Silva ao responder a pergunta do questionário sobre a atribuição de objetivo específico para a realização da I COMPIR, a principio não se recordou deste aspecto, mas respondeu que sim e que este havia sido a discussão da educação para as relações étnico-raciais (presença de professores negros, capacitação), justificando sua atuação enquanto professor e atualidade do tema naquele período. Essa resposta, todavia, diverge *tanto do objetivo apresentado no decreto municipal de convocação da I COMPIR*, anteriormente citado (anexo IV) *quanto do objetivo exposto na apresentação do documento publicado enquanto resolução desta conferência* (anexo XI).

Ao descrever a construção da I COMPIR, Edmar se remeteu à realização de um seminário estratégico ocorrido no final do ano de 2003 (anteriormente abordado) enquanto discussão que deu origem à conferência. Destacou que nesta ocasião houve uma ampla participação das organizações do movimento negro nesta atividade, bem como consenso no encaminhamento desta proposta.

> *"[...] A primeira, ela foi, declaradamente dessa maneira, nós convidamos as entidades do movimento negro, a militância de uma maneira mais abrangente possível para conversamos sobre a possibilidade. Falamos num sábado, fomos no auditório da biblioteca Mário de Andrade e atravessamos boa parte do dia. [...] Pois bem, então, vamos realizar uma conferencia municipal contra o racismo. Foi praticamente unânime o desejo de realizarmos a conferencia, entendeu. As pessoas que estavam lá na biblioteca Mario de Andrade naquele dia, ninguém se opôs, ninguém".* (SILVA, 2013)

Prosseguindo seus argumentos afirmou: “a vontade o desejo era fazer, fizemos. Fizemos, claro comunicamos as pessoas que tínhamos que comunicar dentro do governo, enfim, negociamos daqui, negociamos dali, que faz parte de toda conferencia”.

Conforme afirma LAIA (2011) essa I COMPIR ocorreu de maneira conflituosa entre representantes do governo e sociedade civil, causando uma ruptura no processo e posteriormente a realização de outra conferência organizada pelo movimento negro (p. 52).

Sandra Mariano, participante na condição de membro da comissão organizadora da I e II COMPIR na cidade de São, ao ser questionada sobre a construção destas destacou distinções:

> *“(risos) é tem diferenças, na primeira conferência municipal nós éramos um governo popular e democrático [...] nós é que nos debruçamos, mas tiveram conflitos. Nós tivemos um conflito muito grande dentro da conferencia municipal [...] nós fomos [...] nós não estávamos dentro dela. Existiam algumas pessoas que faziam parte dela e ai quando nós da CONEN e outras entidades do Movimento Negro fomos discutir fecharam as porta para nós”.* (MARIANO, 2013)

A entrevistada informa que o motivo do conflito foi a inviabilização da participação dos representantes do movimento negro na comissão organizadora, por parte da coordenação da CONE. No entanto, mesmo assim, ao tomar conhecimento das reuniões preparatórias os militantes participavam, independentemente de convite.

> *“Nós não participávamos da comissão organizadora, havia um conflito de nós participarmos até da própria conferência e nós fizemos uma articulação independente se nós éramos chamados para as reuniões preparatórias da conferência, mas nós estávamos presentes. A todo o momento nós dialogávamos que aquela era a conferência não era de um nem de outro era de toda população negra da cidade de São Paulo”.* (MARIANO, 2013)

A explanação acima demonstra que nesta primeira experiência de conferência de promoção da igualdade racial, espaço democrático que deveria ser aberto à participação popular, a inserção da sociedade civil organizada se deu de maneira forçada. As críticas sobre a organização da I COMPIR também se estendem para questões da infraestrutura e metodologia, pois, além de local inadequado para a sua realização, os resultados das discussões não foram apresentados, pois, conforme afirma Sandra:

> *“Fomos pra conferência propriamente dita num espaço totalmente inadequado, no Hotel São Rafael, onde não cabia se você pensar num tamanho eu não me recordo de quantas pessoas tinham lá, mas nos colocaram numa sala, imagina com toda a cidade de São Paulo. Construímos, fizemos o documento e tudo, mas nós não vimos essas resoluções, as coisas terminaram ali e não teve o relatório”.* (MARIANO, 2013)

Edmar afirmou a participação de 300 pessoas na I COMPIR, a qual, segundo ele contou com uma boa infraestrutura (realizada em espaço adequado, apresentando apenas dificuldades com salas para a divisão de grupos, boa alimentação). Porém, reconheceu que no auditório necessitou improvisar a inclusão de cadeiras plásticas.

Ao iniciar sua resposta sobre a construção da I COMPIR, Edmar declarou ser a organização “uma parte menor”, atribuindo maior importância ao caráter político de pegar as discussões históricas do movimento negro:

> *“Você tem um, digamos uma parte, que ela é uma parte menor da organização, fora claro, da ideia de estrutura local, a comida, bebida, essas coisas enfim. Mas pensar a conferencia, politicamente falando, na verdade nós pegamos a trajetória do movimento negro, as principais discussões, as reivindicações, as propostas na área da educação, na área da saúde, da segurança, habitação (são as áreas que mais nos afetam), então, pegamos um pouco dessa trajetória, das entidades, do movimento negro, e aí junto à CONE nós sistematizamos um pouco essas reivindicações, essas propostas, as discussões. E aí apresentamos”.* (SILVA, 2013)

A declaração acima expõe um ponto controverso entre o posicionamento do gestor e a relevância normativa da organização da conferência, através de uma comissão organizadora, constituída paritariamente por representação da sociedade civil e poder público. Tal posicionamento oferece indicativos sobre a razão dos possíveis conflitos entre sociedade civil e poder público nesta atividade.

Sandra afirma recordou um dos momentos de embate com o coordenador da CONE. Um trecho de sua fala apresenta dúvida quanto ao o que estava sendo questionado como válido ou não, conforme segue:

> *“Na época era o Edmar Silva que era o coordenador da CONE. Ele que conduziu e nós falamos nessa primeira conferência ‘nós vamos participar sim’ e fomos e fizemos. Nós fomos e produzimos porque nós fomos lá não pra discutir se era válido ou se não era válido, se nós ajudamos na organização ou não. Construímos mas esse material se perdeu era o que a Maria de Laia falou ela tomou posse na CONE e não tinha nada”.* (MARIANO, 2013)

Ao perguntar sobre os objetivos desta I COMPIR, Sandra expôs outras questões, às quais se referem a conflitos políticos internos à própria condução da CONE, composição da mesa na cerimônia de abertura, mas no final admite não recordar:

> *“É questão política, é de rivalidade entre um grupo e outro, foi questão política não pra uma construção que era o que nós dialogávamos [...]porque a conferencia pelo poder publico e sociedade civil, então como havia um conflito na coordenação da CONE quem estava quem não estava o Edmar Silva mais quem estava ali, conduzindo a CONE e nós não conseguíamos avançar, não havia diálogo, definitivamente não havia dialogo. [...]a Matilde Ribeiro fala bem claro primeiro que nós estávamos o governo federal construiu a SEPPIR e ai a nossa intenção que era nos estados e municípios também criar uma secretaria, um órgão de governo de Promoção da Igualdade Racial nós tínhamos a CONE que foi criada lá atrás.[...] Não, não recordo”.* (MARIANO, 2013)

Em relação à posse de documentos da I COMPIR afirma:

> *“Não nós não ficamos com nada dessa conferencia. Como nós não tivemos uma participação efetiva nessa construção, então nós não tivemos. Nós sabíamos o que nós queríamos: a pauta do movimento negro, mas não temos nada, nada, nada nem foto, não temos nada, nada dessa o que é ruim para nós porque você perde fica um vácuo porque nós estávamos lá. Então podemos colocar, todo mundo estava lá, o Samoury, pequeno ainda, jovem, eu a Sonia Leite, o Joãozinho de Oliveira da CUT, mas tudo se perdeu, infelizmente”.* (MARIANO, 2013)

Samoury também afirmou a existência de conflitos entre governo e sociedade civil na I COMPIR:

> *"A de 2004 teve um problema, por conta das condições políticas e aquilo outro, e da demora do decreto. Foi feito a conferência antes, sem participação de muitas pessoas não sei se você já ouviu falar isso? Tivemos que fazer uma conferência pela sociedade civil para legitimar a conferência".* (BARBOSA, 2013)

Durante o diálogo sobre o conflito da primeira conferência, Samoury afirmou não saber o motivo do embate, todavia apresentou uma justificativa: "eu não sei, eu não acompanhei [...] ele não permitiu a participação da sociedade civil".

A representante da gestão municipal, Laia, ao fundamentar suas declarações sobre a construção da segunda conferência explanou brevemente seus conhecimentos sobre a primeira:

> *"[...] na primeira conferencia, eu não era gestora, mas participei da primeira conferência. A primeira conferencia ela foi muito tensionada entre a sociedade civil e o governo (silêncio) houve uma crise muito forte.*
> *Olha, acho que foram problemas entre a sociedade civil e o coordenador, pelo menos é a informação que a gente tem, que eu coloco inclusive no nosso livro dos 20 anos da CONE, mas era uma um problema entre as lideranças (e inclusive eram do mesmo partido), mas era entre as lideranças negras e o coordenador. Então, não havia muita sintonia muita é... integração, não sei, mas sintonia de ações, mas houve um rompimento da sociedade civil com o governo. Então o governo fez uma conferencia e a sociedade civil fez outra conferencia.*
> *[...] Então é... só pra você sentir como a sociedade civil não aceitou a condução do jeito que o coordenador estava fazendo. Então houve esse rompimento. A segunda conferência, isso resultou, porque que eu estou fazendo isso, porque isso resultou numa dificuldade de sabe o que tinha saído da primeira conferência".* (LAIA, 2013)

Ao ser indagado sobre a construção das conferências, Francisco* resgatou o contexto político que antecedeu a realização da I COMPIR, principalmente, em relação à gestão da CONE, conforme segue:

> *"Eu participei das duas. [...] O processo como ele se dá inteiramente, como eu não fiquei no comitê organizador, eu tenho uma participação do ponto de vista de ir para as reuniões, de dialogar. [...] Nós temos que olhar o que se dá no governo Marta. O governo Marta para nós é um governo importantíssimo, por que? Porque no governo Marta é onde se estabelecem as coordenadorias e tenta dá um formato na coordenadoria (CONE) para que ela tenha alguma ação mais consistente. Nas gestões anteriores Maluf, Pita, do ponto de vista voltado para a política pública não tinha muita ação voltada pra isso. [...] Mas a CONE, propriamente dita, teve uma gestão bastante enfraquecida nesse período".* (FRANCISCO, 2013)

Ao contextualizar o governo Marta e os impactos deste na CONE, Francisco* destacou a incorporação, por parte de um mandato na Câmara Municipal, dos cargos de confiança da CONE:

> *"No governo da Marta acontece um momento interessante. Há uma melhora nesta relação e a composição que se dá no governo da Marta é uma composição onde, digamos, as diversas representações do movimento social*

> *estão presentes, via partido, dialogando com o PT e consequentemente constrói esse novo formato de gestão que se dá na CONE.*
> *[...] Num segundo ano você tem, inclusive na correlação de forças que se dá na Câmara Municipal, você tem a vereadora Claudete Alves, assumindo como vereadora e como vereadora ela reivindica, isso que é importante entender o processo, os espaços negros para que ela faça as indicações para ocupação destes espaços. Então, você tem uma mudança [...] a vereadora reivindica para si os cargos de confiança e faz indicações no Anhembi, na CONE, muda a gestão da CONE, então ela intervém na gestão municipal, via CONE, entendeu, ela intervém no processo nesses dois últimos anos".* (FRANCISCO, 2013)

Francisco* prosseguiu seus argumentos trazendo dados importantes, os quais, segundo afirmou, desdobrou-se na condução da I COMPIR:

> *"[...] Com a intervenção da vereadora ela não dialoga com as entidades do movimento. Ela faz uma gestão personalista, estabelece uma relação ruim do ponto de vista da política.*
> *[...] Então, o que ocorreu: houve uma manobra no final da gestão dela em relação à conferência. Fez uma conferencia, cumprindo o espaço burocrático, sem diálogo com a sociedade civil organizada, sem o diálogo com as organizações do movimento negro.[...] Como a relação é de cima pra baixo, nós exigimos que fosse feita uma nova conferência com uma participação mais aberta, dirigida para dar cumprimento às datas, à burocracia que foi naquele primeiro momento.*
> *Houve uma quebra de diálogo não pelo governo da Marta, nada a ver, mas pela relação de governo em si, mas uma falta de diálogo com o movimento negro, então nós tivemos essa cisão [...] é a questão básica, o resto, modéstia à parte, é 'firula'. Os argumentos que você pode ouvir, se não tocarem nesta questão não estão falando a questão central. Você está tratando do que? Do diálogo do estado com a sociedade civil organizada. A questão objetiva foi [...] uma vereadora negra ao reivindicar os espaços passa a ter na CONE uma gestão dirigida e estabelece um diálogo segmentado não com a maioria [...] nós temos divergência, temos disputa, mas sempre se estabelece um diálogo de maioria".* (FRANCISCO, 2013)

A ausência de diálogo do poder público com a sociedade civil na I COMPIR, segundo Francisco* se expressou da seguinte forma: "na prática, a forma de mobilização, você dialoga com um e não dialoga com outro, você chama quem você quer".

Ao finalizar seu posicionamento, Francisco* afirmou a não legitimidade da I COMPIR, realizada em 2004, atribuindo significado e validade à Plenária Municipal de Promoção da Igualdade Racial realizada em 2005, por ele chamada de segunda conferência:

> *"A questão política que se deu foi essa. Do ponto de vista temático não mudou o tema porque o arranjo que se deu na cidade de São Paulo foi esse: as entidades não participaram na primeira, depois num outro momento participa da segunda e oficializa-se a segunda. Você pode observar que a conferência que dá o tom é a segunda conferência, a plenária que foi feita. O que o Edmar fez na gestão dele, aquilo ali não há reconhecimento".* (FRANCISCO, 2013)

Indagado sobre a existência de outra questão importante durante a realização da I COMPIR, Francisco* afirmou:

> *"(silencio) Eu sei que tem não sei te explicar rigorosamente o que, mas tem outra questão que deu margem para que fosse feita a segunda conferencia. Houve falhas normativas sim, isso eu sei, do ponto de visto do regulamento da conferência que não foi cumprido".* (FRANCISCO, 2013)

Ao ser indagado sobre dificuldades ao estabelecer comunicação com a sociedade civil, Edmar respondeu:

> *"Muita dificuldade, muita, mesmo entre a militância. Uma coisa foi quando nós apresentamos a proposta que foi muito bem acolhida politicamente. Acabei de falar pra você da unanimidade, [...] fizemos uma votação, super transparente, enfim, depois no decorrer do tempo, no decorrer dos dias, dos meses, as coisas foram mudando [...].*
> *[...] tinha um monte de gente que esteve conosco aquele dia na biblioteca que já não via com os mesmo olhos, não sei o que, vamos adiar e tal, enfim, mas isso faz parte. Um pouco da discussão é política e é meio que inerente à política, entendeu?! Você pensar uma coisa hoje com seis, 12, 20 pessoas, e daqui 15 dias, parte daquelas pessoas já declinarem da intenção inicial, [...] porque tem a ver com, às vezes, passa pelo partido político, por um político especifico que a pessoa esteja comprometida ideologicamente, ou motivo de trabalho, que é legitimo, é absolutamente legitimo, mas quando nós apresentamos a proposta foi aceita, na hora de materializarmos a proposta mudou. Tivemos muitas dificuldades políticas para chegarmos lá, [...] para chegar nesse momento foi uma batalha".* (SILVA, 2013)

Ao solicitar mais detalhes sobre o que de fato aconteceu para a mudança de opinião das pessoas que apoiavam a proposta, Edmar afirmou argumentos que expressam vaidades pessoais e disputas políticas:

> *"[...] isso vai viabilizar nomes, vai viabilizar pessoas, tem pessoas que vão se destacar muito com isso, tem outras que não, entendeu?! É uma coisa que não adianta, tem a ver com a política e a conferência, ela traz isso, você coloca pessoas e obviamente, ideias em alta visibilidade, em detrimento de algumas outras. Pessoas ou ideias, ou as duas, tanto pessoas como ideias, e aí o conflito, a discussão é quase que inevitável. Se todas as pessoas que estiveram na biblioteca naquele dia, três, quatro, cinco, seis meses depois, tivessem com o mesmo espírito, nós teríamos feito certamente uma conferencia, que hoje, praticamente 10 anos depois, todos e todas nos lembraríamos assim, de maneira perfeita, ela estaria viva na memória de todos. De todos porque tinha, quando fizemos a discussão inicial, tinha um ambiente político muito favorável. Tinha naquele espaço, as principais lideranças do movimento negro e eu, acho que eu posso falar em nível do Brasil estavam ali, concordando, topando, querendo, referendando, mas enfim, é isso. Eu posso estar enganado, mas a mim me parece que faz parte um pouco dessa coisa da política, tem a ver com o ego humano".* (SILVA, 2013)

Edmar ao refletir sobre o seu lugar de gestor da CONE naquele período e diante destes conflitos supõe a possibilidade de riscos de preservação de sua integridade física. Porém, de maneira contundente afirma que não mudaria seu posicionamento:

> *"[...] eu me expus ao máximo, as pessoas, algumas pessoas tinham que se conter, porque se não, enfim, a coisa perderia até esses limites que nós conhecemos. Mas se nós pudéssemos, [...] se nós voltássemos, eu faria tudo, absolutamente tudo da mesma forma. Muito rico, eu não tenho duvidas que a luta contra o racismo deu um passo enorme, ali naquele momento, deu um passo enorme, inspirou as outras tantas conferencias e se hoje nós estamos em meio a organização da terceira conferencia municipal de igualdade racial, que vai detonar na estadual, e automaticamente na nacional, nós devemos muito, em parte à primeira conferencia que aconteceu em 2004, não tenho duvida disso. Você vai encontrar um monte de pessoas por ai, negando isso, contrariando essa minha fala, etc, etc..mas talvez, você encontre pessoas que vão ratificar essa minha fala, [...] foi um grande momento, [...] eu acho que foi um momento muito interessante politicamente".* (SILVA, 2013)

Questionado, especificamente sobre a relação com a sociedade civil durante a constituição da comissão organizadora informou que à época havia um conselho político que reunia representantes de entidades do movimento negro, sendo este convocado para a articulação, no entanto, novamente se remete ao seminário de planejamento estratégico. Ao final de sua explanação revelou um dado importantíssimo, confirmando, conforme anteriormente apresentado na análise documental, irregularidade normativa durante a realização da I COMPIR:

> *"Nós tivemos um dos problemas que nós tivemos, é que, por exemplo, a SEPPIR, em Brasília, ela não tinha (pausa) até nós entrarmos na nossa conferência, ela não tinha ainda, não vou lembrar agora a palavra (pausa) especificamente, mas digamos, ela não tinha ainda o estatuto do que seria a conferência, então, nós não pudemos tirar delegados e delegadas. Então, nós entramos numa conferência municipal com um problema político grave, grave!*
> *[...] A SEPPIR não tinha ainda o regimento da conferência. Então, nós não tínhamos um pouco essa autonomia política para tirarmos delegados e nada. Então nos entramos num problema político sério. [...] Então, nós entramos numa conferencia para fazer todas as discussões, as proposições, etc, etc, tanto é que foi isso foi homologado pelo executivo, foi publicado no Diário Oficial do Município.*
> *Pois bem, mas nós adentramos num problema político muito serio e saímos claro, se nós entramos, nós não superaríamos isso no interior da conferência, nós saímos com esse problema político, então, inclusive depois houve uma segunda conferência, quer dizer, uma conferência que tentou substituir a primeira".* (SILVA, 2013)

Os impactos destes conflitos vieram à tona quando da realização da I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, de ora em diante denominada I CEPIR, em maio de 2005, pois o município de São Paulo não havia apresentado qualquer documento com as resoluções da conferência realizada. Neste sentido houve uma nova mobilização das organizações do movimento negro, em articulação com o poder público local para que a cidade estivesse representada nessa primeira experiência de conferências de políticas de promoção da igualdade racial.

Conforme publicação do Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 21 de maio de 2005, por meio da portaria intersecretarial n. 04/SEPP/05, o regimento (anexo VII), informa em seu art. 1º. que nesta data foi realizada uma Plenária Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo, no auditório da Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, das 9h às 17h, com estimativa de participação de 500 (quinhentos) representantes dos movimentos sociais da cidade. Ainda em seu art. 1º. expõe o objetivo:

> *"A Plenária terá por objetivo a implementação do Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo e será preparatória para a realização da I Conferência Estadual de Políticas de Promoção da igualdade racial a ser realizada de 3 e 4 de junho de 2005, em São Paulo-SP".* (D.O.M, 21/05/2005)

O teor da portaria acima citada apresenta todas as características de um documento de convocação de realização de conferência, com informações sobre objetivos, realização, temário, organização e participação, bem como posterior publicação de regimento interno.

O objetivo de realização desta plenária condiz com o objetivo exposto no documento publicado enquanto resoluções da I COMPIR, anteriormente citado.

Considerando a concretização desta plenária, organizada durante a gestão do sucessor do gestor Edmar Silva, é possível afirmar que esta "outra conferência" (LAIA, 2011, p. 52) foi articulada pelas organizações do movimento negro com o governo municipal, visando corrigir uma falha administrativa ocorrida na I COMPIR.

Sandra Mariano abordou este episódio com as seguintes considerações:

> *"[...] precisávamos levar um documento e como a primeira conferência não saiu um edital a Maria de Laia falou assim: 'eu não posso chamar fazer um outro edital pra chamar a segunda conferencia' então, nós fizemos uma plenária, ratificando a primeira conferência e construímos o documento para a conferência estadual [...]".* (MARIANO, 2013)

Na afirmação acima há um equívoco em relação à gestão da CONE que organizou a plenária. No ano de 2005 quem estava no cargo de coordenação deste órgão era o gestor, Mário Luiz Cortes, não a gestora Maria Aparecida de Laia, pois, esta assumiu em abril de 2007. Talvez esse equívoco se deva ao fato de que Maria Aparecida de Laia foi quem **publicou** as resoluções dos conteúdos que encontrou e atribuiu aos resultados da I COMPIR, pois ao planejar a realização da segunda conferência não encontrou a publicação dos resultados da primeira.

Sandra informou que diante de todas as tensões da I COMPIR, a partir de um pacto político, os representantes de organizações da sociedade civil foram inseridos na condução da realização da I CEPIR. Cabe ressaltar que neste período, a SJDC, órgão responsável pela realização da I CEPIR, pela primeira vez era conduzida por um negro no cargo de Secretário de Justiça, o Dr. Hédio Silva, advogado e militante do movimento negro.

> *"[...] a proposta que eles nos apresentaram foi da sociedade civil coordenar a I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Nós tínhamos duas pessoas que foram indicadas: o Prof. Eduardo (que já não está entre nós) e a Sonia Leite (que também que não está mais entre nós). Fizemos um acordo na questão de disponibilidade e a Sonia Leite foi quem assumiu a coordenação da conferencia estadual. Foi um acordo entre o Hédio, o poder publico e a sociedade civil, assim foi construída a conferencia estadual, mas nós precisávamos do documento da municipal".* (MARIANO, 2013)

Durante a entrevista com Laia provoquei assuntos que levassem ao conhecimento sobre a realização desta Plenária em 2005, a qual informou desconhecimento desta realização pelo poder público:

> *"[...] depois do Edmar, quem assumiu a CONE foi o Mario Cortez. [...], mas eu não sei o que ele fez. A única conferência que teve foi essa do Edmar, que o Edmar fez, depois é 2005, eu acho que não teve absolutamente nada das ações do Mario. O que, a única coisa que o Mario fez foi chamar uma discussão sobre as ações afirmativas, focando as cotas nas universidades. Isso sim, depois já veio a segunda conferência".* (LAIA, 2013)

Considerando a sucessão de Mário Cortes na gestão da CONE e a probabilidade de acesso a informações relevantes sobre a construção da plenária realizada em 2005 enquanto

paliativo à ausência de informações da I COMPIR fez-se necessário a inserção deste novo sujeito de pesquisa.

Ao ser questionado por quais motivos realizou a Plenária Municipal de Promoção da Igualdade Racial durante a sua gestão no ano de 2005, Mário Cortes, abordou antecedentes e o contexto histórico e político da época, relacionados à temática racial dentro dos partidos políticos.

> *"Quando o José Serra assumiu a Prefeitura de São Paulo existia uma dúvida muito grande do grupo anterior, ligado ao Partido dos Trabalhadores, em relação ao que iria acontecer com a Coordenadoria. Eu posso dizer que era uma preocupação válida porque era tudo muito nebuloso. Estava assumindo um novo governo e essa discussão, esse tema da igualdade racial a gente sabe muito bem que o Partido dos Trabalhadores, o PCdoB são partidos mais identificados com a esquerda e tem tomado a frente nesses temas, não somente da igualdade racial como outros, mas vamos dizer especificamente da igualdade racial.*
> *[...] Eu me lembro muito bem que no PMDB essas discussões era latentes, dentro do PMDB. No governo Montoro o próprio governador na época também sinalizava para algumas questões nesse sentido".* (CORTES, 2013)

Mário expôs ainda a forma como foi indicado para coordenação da CONE, admitindo não ter este objetivo dentro do partido, mas sua bagagem enquanto militante, apesar de estar afastado do movimento foi determinante para essa indicação.

> *"Então, quando nós assumimos existia uma desconfiança. Eu fui alçado a coordenador, na verdade eu nem tinha esse desejo, eu era uma pessoa que apesar de ser militante estava um pouco afastado do movimento, então não tinha esse desejo. Mas toda vez que chegava um nome para assumir a Coordenadoria eu era consultado [...] a gente precisava apresentar um nome que realmente tivesse conhecimento da questão e que também fosse ligado à ideologia do Partido da Social Democracia do Brasil, o PSDB".* (CORTES, 2013)

Mário justifica a realização da Plenária em decorrência da procura de alguns grupos atrelados ao PT e PCdoB, os quais, tendo em vista a eminente realização da I CEPIR, argumentaram que a I COMPIR apresentou irregularidades normativas, ou seja, foi realizada antes da publicação, pelo governo federal, do regimento interno que orienta a organização e realização das conferências.

> *"Nessa dificuldade toda eu comecei a assumir alguns trabalhos e já tinha essa discussão dessa plenária, porque que tinha essa discussão quando um grupo do PT e do PCdoB me procurou. A ideia era sentir um pouquinho [...] o que nós pensávamos em relação à conferência. Eu me lembro muito bem o que na época eles haviam me dito: que no mês dezembro se eu não me engano [...] dezembro de 2004 [...] mais em dezembro de 2004 havia tido uma plenária ou uma conferência no Teatro Municipal feita pelo coordenador anterior, Edmar [...] no momento eu queria detalhes de porque precisávamos fazer uma outra conferência uma outra plenária. Informaram-me o seguinte: que o edital de chamamento da plenária teria que sair depois que a ministra, Matilde na época, deveria fazer um chamamento anterior. Por fim, quando foi feita a plenária em dezembro em 2004 não existia um edital, convocando a plenária, então foi uma plenária ou uma conferência que aconteceu antes de ter um edital nacional. Então o que ocorreu foi uma plenária que não teve um valor jurídico ou valor nem mesmo histórico. Mas não é por conta de que as pessoas não eram capacitadas, nada disso, muito pelo contrário o Edmar a gente conhece e sabe da capacidade, mas o problema é que não existia um chamamento anterior.*

> *Então, era necessário se fazer uma plenária para praticamente sacramentar o que foi acertado na plenária anterior e fazer alguns ajustes, então foi essa a ideia das pessoas que me procuraram era publicar isso no Diário Oficial e fazer valer".* (CORTES, 2013)

Indagado sobre as pessoas que o procuraram, Mário citou Sandra Mariano e Rafael Pinto, declarando que ofereceu todas as condições para a realização da plenária, bem como destacou a atuação dos estagiários da CONE, constituída majoritariamente por militantes da juventude negra, sendo que neste período, Samoury compunha esta equipe de estagiários.

> *"Na época, que eu me lembre foi o Rafael Pinto e a Sandra Mariano. Imediatamente, nós nunca criamos nenhum problema, muito pelo contrario. Pedi que desse toda a estrutura para que a gente fizesse na CONE um local de centralização das informações. Mandamos colocar telefone, carro à disposição. Nós sempre tivemos muito próximo do processo de construção e também os estagiários que trabalhavam conosco, a maioria dos estagiários eram militantes ou eram da juventude, militantes da juventude. Tinha um grupo na época não sei se existe ainda, mas tinha um grupo lá da juventude [...] eles acabaram ajudando bastante, à medida do possível porque existia uma limitação, o horário era muito curto de trabalho, mas por fim, em todos os momentos a gente foi muito parceiro e mais ainda o local em que foi feita essa plenária, na Faculdade UNICID, o Juarez era o diretor".* (CORTES, 2013)

Mário destacou que não encontrou divergências no diálogo com as organizações da sociedade civil, apesar de em sua maioria pertenceram ao partido opositor. As dificuldades encontradas referiam-se ao diálogo interno no próprio PSBD, em relação à discussão racial.

> *"[...] Nessa plenária foi muito importante nossa participação e, a partir daquele momento, inclusive os grupos viram que a gente, na verdade estava encontrando parceiros. Não existia nenhum problema político. Problema político existia um pouco dentro do nosso grupo porque a gente queria avançar para essas discussões que o movimento negro vem há muitos anos discutindo e a gente encontrava dificuldades dentro do PSDB".* (CORTES, 2013)

As declarações de Mário convergem com o posicionamento de Francisco*, pois ao ser questionado sobre a relação com a gestão municipal durante a realização da Plenária, afirmou:

> *"Sim, no primeiro momento a gestão do Mário [...] procuramos fazer da melhor maneira porque eles estavam bastante enfraquecidos. O Serra cria a Secretaria de Participação e Parceria. O Mário vem como coordenador naquele momento e era um quadro que tinha capacidade de dialogar com todo mundo, mas depois teve problemas na gestão em si, as dificuldades. Mas foi tranquila, ele fez um grande esforço, por isso, eu argumento a gente sempre observa no gestor negro um esforço, isso está acima da sigla partidária, tanto é que nós fizemos essa conferência lá na UNICID.*
> *O Mário fazendo um esforço, imagina um cara de terceiro escalão com um hábito [pausa] quando o gestor da cone falava, o Toninho e o Edmar na gestão da Marta, falava num nível de segundo escalão de governo tinha uma capacidade de gestão, de gerenciamento muito grande, comparado a situação que o Mário ficou. O Mário ficou fazendo uma luta interna na Secretaria de Participação e Parceria visto que os tucanos não têm acúmulo da questão racial [pausa] olha o peso que nós temos, do ponto de vista partidário o peso que nós temos no PT, e o que temos nos tucanos? A negrada tucana nunca conseguiu eleger um deputado em São Paulo".* (FRANCISCO, 2013)

Ainda em relação a esta questão, Francisco* refletiu sobre os avanços da discussão sobre a temática racial, considerando os governos de direita e esquerda. Sublinhou a atuação

do governo Franco Montoro que estabeleceu linhas de participação, através da criação de conselhos e destacou o protagonismo dos governos de esquerda na criação de órgãos tais como coordenadorias, secretarias e ministério.

Mário destacou o protagonismo e a importância dos representantes das organizações da sociedade civil na construção da plenária, enfatizando a participação de algumas pessoas:

> *"Foi uma plenária completamente realizada por obra do movimento social [...] eu estava fora da militância e até foi bom que eu retomei alguns trabalhos, mas eu posso te dizer que as pessoas que tomaram a frente trabalharam bastante, com muita seriedade. A Sandra, eu me lembro também que algumas vezes era muito companheira, nossa Sonia Leite também esteve ajudando e o Rafael que ficava numa espécie de coordenação. Rafael, na verdade ele era a pessoa que fez essa aproximação, o Rafael teve um papel muito importante. [...] Eu posso te dizer, com certeza, que foram essas pessoas que construíram aquela plenária. Foi uma plenária bacana, participativa, tinha bastante gente! [...] Eu acho que a plenária municipal foi um passo muito importante e, mais uma vez, eu gostaria de registrar que a sociedade civil teve um papel fundamental nessa construção e essas pessoas que eu citei o nome principalmente".* (CORTES, 2013)

Sobre a ocasião da realização da plenária, Samoury declarou: "eu fui pela Articulação de Juventudes Negras brigar pelas vagas de juventude, tinha 120 vagas. Eu tinha a missão de ir lá e tirar 40 (silêncio) saí com as 40 vagas".

Além do conflito entre o movimento negro e o governo na realização da primeira conferência em 2004, na ocasião da realização da Plenária em 2005 houve uma tensão geracional entre os representantes da sociedade civil, suscitada pela discussão na disputa pelas vagas existentes e sua distribuição, conforme declarou Samoury:

> *"Uma discussão tensa que até hoje muitos dos "nego veio" não gosta de mim, sou meio que abusado, teve um lá que falou assim: 'nem te conheço nem conheço essa articulação pela juventude negra'. Eu respondi: 'nem eu muito menos você e esse grupo que você diz que representa'. O pessoal até hoje me odeia por causa disso. E com o dedo na cara, falando ríspido comigo e eu também, com o dedo na cara. Ainda um baixinho de um metro e meio ficou mais engraçado ainda. Hoje o pessoal diz: 'você colocou o dedo na cara de fulano'. Como diz o Sabotagem 'respeito é pra quem tem'. O que eu disse foi o seguinte: 'ou vocês me dão as 40 vagas ou nós vamos lá na conferência no dia, é simples, levamos nossos buzão, nossas forças e vamos ver quem tem mais, aqui eu só estou pedindo 40, mas lá, se nós que tivermos muito mais que vocês nós vamos levar tudo, é simples, vocês optam pelo caminho que vão escolher'. Eles optaram por nos dar as 40 vagas ali mesmo".* (BARBOSA, 2013)

Samoury explicitou que naquele período o grupo ao qual representa estava em processo de constituição, mas contava com apoio de outros grupos juvenis:

> *"Na UNICID foi assim, a gente estava em construção da Articulação pela juventude negra, a gente estava em construção. Tinha diversos grupos [...] não era só pela articulação da juventude negra, tinha diversos grupos, a Unegro, EDUCAFRO [...] Força Ativa, Afro Mack do Mackenzie, CEERT, [...] tinha jovem do PT [...] tinha mais uns dois grupos que não estou lembrado agora, jovens feministas. Tinha todo esse entorno que orbitavam meio que dentro da Articulação pela juventude negra, foi bem bacana".* (BARBOSA, 2013)

Samoury afirmou que apesar do acordo político com o governo para representar a cidade, após essa tensão interna na plenária municipal, durante a realização da I CEPIR, novamente por causa das vagas ressurge o desentendimento entre o movimento negro e a juventude negra, culminando com a não participação deste segmento na esfera federal:

> *"A organização nós fizemos vista com o governo num acordo político para ter a conferência. Foi um dia meio atabalhoado onde nós só entregamos mais simbólicas as propostas que já tínhamos tirado antes, não teve tanto assim um debate conceitual, político, não, foi mais a guerra fratricida para ir para o estadual. Como nós tínhamos 40 fomos em muitos para a estadual, acho que 18 ou 16 representantes dos 40, ou 22, uma coisa assim, foram de 16 a 22 fomos de jovens para a estadual. Depois disso não foi nenhum para a nacional, pelo menos de São Paulo nenhum. A retaliação deles. Ficou engasgado o dedo na cara. Mas foi bacana, foi bacana, talvez a gente não se recupere dessas coisas que a gente fez. Tanto é que depois que queimamos o crachá eles ficaram mais doidos. Queimamos os crachás e saímos, cantando "juventude unida jamais será vencida". Eles fizeram uh uh uh. Estou lembrando na época porque isso é engraçado e o que isso gera de rancor nas pessoas, mas o engraçado é que nossas propostas colocaram todas sem cortar nada e foi até o nacional".* (BARBOSA, 2013)

Sobre a realização da Plenária Municipal em 2005, Francisco* discorreu:

> *"Nos envolvemos muito mais com a questão política em si, as bandeiras que queremos estabelecer: juventude, estatuto, ou seja as demandas fomos estabelencdo. Atuei preocupado com a questão política em sim, as deliberações foram e estavam dentro do consenso da maioria, então nós encaminahamos e com a presença de todas as entidades do movimento negro: CONEN, UNEGRO, APN's.*
> *Eu não fiz o diálogo direto.*
> *Na verdade começamos todo esse trabalho, a partir do percentual de população negra, foi a sociedade civil que propôs essa metodologia".* (FRANCISCO, 2013)

Indagado sobre algum tipo de conflito na realização desta plenária, Mário afirmou que não houve.

> *"Não teve conflito [...] eu não acompanhei do começo ao fim, mas tinha gente nossa lá. Mas, na verdade era uma consolidação do que aconteceu anteriormente no mês de dezembro, então, era uma coisa vamos dizer assim, uma coisa mais pró-forma para sair no Diário Oficial para validar, mas foi importante por que o documento passou a circular com mais força".* (CORTES, 2013)

Subentende-se deste argumento que o consenso do processo de construção da plenária alinhou-se ao desejo da sociedade civil em formalizar a participação do município na etapa estadual.

Mário considerou o contexto atual, enfatizando a criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial enquanto concretização de uma deliberação apresentada na plenária, bem como a relevância da participação social e envolvimento dos governos para efetivação das políticas específicas, apontando defasagens de seu partido:

> *"[...] a CONE virou secretaria por deliberação dessa plenária de dois mil e cinco [...] essas coisas vão tendo voz, aos poucos, com uma participação da sociedade civil e também com o entendimento dos governos mais democráticos mais afetos à questão, ao tema e as coisa vão caminhando. Isso veio ser consolidado agora, não porque nós não queríamos, a gente queria que*

> *fosse no PSDB, mas foi difícil, não tinha como essa negociação se dá. A gente também, o grupo do PSDB, é um grupo que está sempre em construção. Aparecem sempre pessoas novas e muitas pessoas, não é uma critica é uma constatação, muitas pessoas que não tem acúmulo".* (CORTES, 2013)

O conteúdo apresentado buscou compreender, através dos diversos sujeitos envolvidos, as tensões existentes entre sociedade civil e poder público durante a construção da I COMPIR.

Os reflexos das divergências decorrentes de um processo como este se ampliaram em diversos aspectos.

A seguir apresento brevemente um dos aspectos prejudicados, do ponto de vista documental, em decorrência da ausência do cumprimento de normas administrativas básicas.

IV.2.2.1 Dúvidas quanto às resoluções

Considerando que foram realizadas duas atividades, a I COMPIR em 2004 e a Plenária Municipal de Promoção da Igualdade Racial em 2005, mesmo havendo apenas um documento de resoluções restou a dúvida quanto à sua origem. As entrevistas realizadas não foram capazes de elucidar esta questão, pois, conforme segue, os gestores apresentaram respostas diversas e divergentes.

O gestor Edmar Silva respondeu positivamente a questão sobre a publicação do relatório final quando do encerramento da I COMPIR, informando que este foi publicado, através de publicação no Diário Oficial do Município. Há que se ressaltar a permanência de dúvida relativa a este relatório, pois, após buscas junto ao D.O.M *online*, através do portal da Prefeitura de São Paulo não localizei esta publicação para confrontação das informações.

Edmar não soube informar se o relatório final foi encaminhado para a CEPIR, pois não acompanhou esta etapa, mas acredita que sim. Confessa que não quis participar da "segunda conferência, quer dizer, uma conferência que tentou substituir a primeira".

Sobre o conhecimento da existência de documento com as resoluções da I COMPIR ao assumir a CONE, Mário Cortes, afirmou que não existia, enfatizando que mesmo se houvesse não teria validade devido à ausência de regimento quando de sua realização:

> *"[...] Não tinha documento, não existia documento nenhum em relação da anterior. Mas, mesmo se existisse me parece que era um pouco de normativa, um edital do governo federal, do governo estadual, a conferencia municipal não poderia ter acontecido por que não dava para ser primeiro que o próprio edital, então eu acho que o conflito foi exatamente do ponto de vista da norma e foi o que nós resolvemos com a nossa plenária".* (CORTES, 2013)

Uma das questões apresentadas no questionário referia-se à publicação do relatório final da conferência, conteúdo abordado também durante a entrevista. Neste caso da plenária, Mário respondeu não se recordar de haver publicado: "é não me recordo [...] eu não me recordo, mas eu acho que deva ter sido publicado sim, eu não tenho certeza".

Em resposta ao questionário afirmou que o relatório não foi encaminhado para a esfera estadual. Neste sentido há uma contradição: se o objetivo da plenária era validar as discussões da I COMPIR, se não houve publicação e, principalmente, o encaminhamento destas para a CEPIR como se deu esta validação?

A gestora, Laia, ao ser indagada sobre a resolução da primeira conferência, expôs:

> *"O que eu encontrei foi apenas o que tinha sintetizado da conferencia que a coordenação ou que a coordenadoria fez. Eu não tive acesso aos documentos que saíram da outra parte, que era especificadamente da sociedade civil. Os dois documentos foram encaminhados! Mas nós tivemos acesso apenas ao primeiro que foi a base inclusive pra gente fazer a nossa segunda".* (LAIA, 2013)

A respeito dos relatórios (resoluções) Laia prosseguiu:

> *"Então, o documento que foi pra Brasília, foram os dois documentos o dele e o da outra conferencia que eu não tenho acesso, não teve acesso, não sei, eu tive acesso ao que estava na CONE quando eu cheguei que fui procurar. Então, aí que eu achei o documento da conferencia. [...] E aí nós publicamos, que não tinha publicado, um verdinho. [...] Esse foi o documento que nós achamos oficialmente, da CONE. O outro eu não conheço, desconheço".* (LAIA, 2013)

Lamentavelmente, apesar da existência da lei de acesso à informação, a negação de acesso aos documentos que instruíram a construção da I CEPIR, por parte da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Governo de Estado de São Paulo, inviabilizou a elucidação das dúvidas acerca dos documentos enviados pelo município, oriundas das controvérsias acima apresentadas.

IV.2.2.2 Discussões temáticas e síntese das propostas da I COMPIR - 2004

O documento sistematizado identificado como Resoluções da I COMPIR aponta as seguintes discussões temáticas:

- saúde da população negra;
- religião;
- cultura afro-brasileira;
- educação.

O fruto destas discussões temáticas foi um conjunto de 45 propostas, sendo 11 na temática de saúde da população negra; três na de religião; 19 na de cultura afro-brasileira e 12 na temática de educação.

Destaquei brevemente o teor das propostas mais relevantes. Tais propostas, no entanto, não foram alvo de análise sobre sua efetiva implementação, considerando não tratar-se do objeto de estudo em questão, bem como haver trabalho na área de gestão de políticas

públicas que trata especificamente deste tema[16]. Reitero que para fins de consulta o documento de resoluções encontra-se disponível no anexo XI.

As propostas apresentadas na discussão temática **saúde da população negra**, predominantemente, referem-se à discussão sobre anemia falciforme[17], requerendo a capacitação de profissionais da saúde e o estímulo à pesquisa acadêmica sobre o tema, a veiculação de campanhas e a criação de Dia Nacional da Anemia Falciforme. De forma mais abrangente houve a proposição de aumento de recurso público para a área, a ampliação de políticas públicas voltadas à questão do aborto, gravidez na adolescência, saúde mental e saúde integral da mulher, por fim a introdução de referência bibliográfica sobre saúde da população negra nos concursos públicos.

A temática **religião** abarcou propostas voltadas à promoção de campanhas de solidariedade às religiões de matrizes africanas, bem como a construção de um espaço de memória cultural. Apesar de deslocada, destaca-se neste eixo a proposição da transformação da CONE em uma Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

A maioria das propostas da temática **cultura afro-brasileira** refere-se ao samba: criação de exposições, promoção de oficinas culturais nas escolas de samba, criação de cooperativas, proteção aos componentes das Velhas Guardas nos locais dos desfiles, presença de sambistas na esfera de decisão da gestão do carnaval. Outra expressão musical e cultural considerada nas propostas é o *hip-hop*, requerendo o reconhecimento, de maneira remunerada, da função de produtor(a) cultural. Faz-se importante citar que neste eixo aparece uma proposta de criação de uma ouvidoria, na CONE, para acompanhar a execução de políticas públicas de igualdade com o princípio da transversalidade. Algumas propostas apresentadas são de competência da esfera federal.

A discussão sobre **educação** apresentou propostas voltadas à sensibilização, capacitação e formação de acervo pertinente à lei 10.639/03, bem como a atenção do poder público para a ampliação do número de vagas na educação infantil, aumento de verba e permanência da discussão de gênero nas escolas. (da I COMPIR, 2004).

IV.2.3 A construção da II Conferência de Promoção da Igualdade Racial na cidade de São Paulo

No período de 08 a 10 de maio de 2009 a cidade realizou a sua II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a partir de agora denominada II COMPIR, na

---

[16] Ver SANTOS, Natália Neris da Silva. **Estudo sobre a I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial em 2004: análise da efetivação das propostas na cidade de São Paulo.** Projeto de Iniciação Científica Curso de Gestão de Políticas Públicas. Universidade de São Paulo, 2009.

[17] Doença hematológica que causa malformação das hemácias, hereditária, de incidência predominante na população negra.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, com a participação de mais de 600 pessoas entre representantes do governo e sociedade civil. (Resolução II COMPIR, 2009).

A partir do tema “Avanços, desafios e perspectivas para a construção de políticas de promoção da igualdade étnico-racial no município de São Paulo” foram trabalhados os seguintes eixos temáticos:

I. Educação, Cultura, Lazer e Esporte;
II. Saúde;
III. Trabalho e Renda;
IV. Moradia e Terra
V. Segurança e Acesso à Justiça

O regimento interno que normatizou a realização da II COMPIR, bem como o regulamento definindo as regras de funcionamento desta foi devidamente publicado no D.O.M de 1º. de maio de 2009, através da portaria n. 49/SMPP/CONE.

O documento que apresenta as resoluções da II COMPOR apresenta-se como fonte primordial de dados e análise, assim como os documentos extraídos dos processos de formalização e realização da conferência e depoimentos através da realização de entrevistas.

Segundo consta no documento de resoluções da II COMPIR, os eixos temáticos apontam a perspectiva de transversalidade nas questões de gênero, direitos humanos, religiosidade e geração. O conteúdo das propostas dos referidos eixos temáticos será brevemente tratado mais adiante.

O documento é constituído de breve apresentação institucional; eixos temáticos acima apresentados com as propostas relacionadas; apresentação de comissão de relatoria; propostas para a composição do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial - PLAMPIR (a partir dos mesmos eixos temáticos); lista de delegados representantes da sociedade civil e do governo municipal; relação de nomes dos membros da comissão organizadora; portaria municipal que institui Grupo de Trabalho Intersecretarial para Elaboração e Monitoramento do PLAMPIR e ao final o perfil dos participantes, considerando as questões de gênero, orientação sexual, cor, região de moradia, participação nas plenárias regionais e grupos temáticos. (RESOLUÇÃO da II COMPIR, 2009).

A redação do documento apresenta diversas falhas, tais como propostas em duplicidade e/ou com a mesma essência nos eixos temáticos, ausência de exposição da metodologia de sistematização adotada pela comissão organizadora.

Em relação às propostas, o documento encontra-se dividido em duas partes: uma contendo propostas para submissão à Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial e outra com propostas para a construção do Plano Municipal da Promoção da Igualdade Racial, conforme ratifica LAIA:

> *“As discussões da COMPIR resultaram tanto em 50 propostas encaminhadas para a II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR)*

> *como em subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Promoção da igualdade Racial (PLAMPIR)".* (2011, p. 67)**.**

A lista de delegados apresenta 130 representantes da sociedade civil e 44 representantes do governo municipal.

A comissão organizadora constituiu-se de forma paritária, contando respectivamente com 14 representantes da sociedade civil e 14 representantes do governo municipal. A identificação das organizações da sociedade civil, bem como as secretarias envolvidas nesta comissão organizadora pode ser consultada ao final do trabalho, através do anexo XII.

A partir do conteúdo das entrevistas foi possível conhecer a construção desta II COMPIR e estabelecer uma análise em relação à I COMPIR.

Considerando que os sujeitos de pesquisa participaram da I e II COMPIR, indaguei-os sobre a construção da II COMPIR, Sandra Mariano declarou:

> *"Foi super tranquilo. Nós tivemos uma coisa nessa segunda que foi o seguinte: nós tínhamos a Comissão Estadual e quem estava nesta comissão, a qual nós chamamos de COE foram as mesmas pessoas que participaram da comissão municipal. Nós entendíamos que não era uma discussão isolada, até isso ajudava na construção da conferencia estadual. O dialogo foi super tranquilo tanto na conferencia estadual como na municipal. Fizemos aquilo que deveria ter sido feito na primeira, então, transcorreu tranquilamente, sem problema algum".* (MARIANO, 2013)

Acrescentou seu posicionamento sobre a nova relação estabelecida, destacando a bagagem que a construção da I COMPIR, apesar de árdua, ofereceu ao movimento enquanto experiência participativa, bem como recordou os objetivos de ambas, apresentando críticas aos resultados da II COMPIR:

> *"Bom, primeiro que nós já estávamos experientes, principalmente a maioria do Movimento, do que era a conferencia. Na primeira conferencia foi essa construção de secretaria [...] transformar a CONE em Secretaria. Na segunda, veio uma pauta, o Nacional chamou uma pauta que era o plano nacional de saúde da população negra (de promoção da igualdade racial) e nós já discutíamos com a Maria de Laia de criar um plano municipal. O plano nada mais é do que os objetivos, as metas, os responsáveis e prazo para realizar todo esse processo. A Laia me convidou, enquanto CONEN, na construção desse plano que também não continuou não foi efetivado, mas está lá, nós fizemos várias reuniões com as secretarias de governo, mas ele não teve continuidade, por problemas jurídicos que ela (Laia) fala".* (MARIANO, 2013)

Samoury também expressou que houve uma boa fluidez na construção desta II COMPIR, destacando o protagonismo e articulação da sociedade civil na condução dos trabalhos, inclusive garantindo a realização com baixo custo para o governo municipal, segundo informou, em meio ao contexto de dificuldades financeiras da CONE:

> *"A segunda eu posso falar melhor porque nós, a Articulação que cuidou da relatoria. Nós fizemos a relatoria da Conferência. Eu tinha uma articulação boa com a Comissão Municipal de Direitos Humanos, a gente trouxe eles para o processo junto conosco.*
> *Nós fizemos a conferência, fizemos articulação pela juventude negra. Nós fizemos a conferência mais barata, na maior cidade do país. Devia ter umas duas mil a três mil pessoas. Foi na Universidade em Santo Amaro, foi grande. Organizamos tudo, cuidamos da organização e da relatoria. Na de juventude*

> *(conferência) a gente era responsável pela organização e cuidamos da relatoria também, cuidamos também da relatoria da de Direitos Humanos.*
> *Por conta disso conversamos com a Laia e cuidamos da Conferência da Igualdade Racial também. Eles (CONE) não tiveram condições financeiras, nós cuidamos de todos os grupos, fizemos a relatoria de todos os grupos junto com a Comissão de Direitos Humanos, era a Cintia a grande parceira nossa".* (BARBOSA, 2013)

No entanto, a declaração acima em relação ao número de participantes e local da realização diverge das informações colhidas nos documentos oficiais analisados.

Sobre a sua participação na II COMPIR, Francisco*, conforme resposta ao questionário participou apenas como observador. Considerando a realização desta II COMPIR num governo de direita afirmou a consistência das bandeiras e a unidade política do movimento negro como justificativa de permanência do debate neste governo:

> *"Participei, mas com menos intervenção. Foi no auditório Franco Montoro a documentação foi interessante. Divergência sempre tem. Algo que ocorre de maneira muito consistente é que nós hegemonizamos na política, o movimento negro hegemoniza quando afirma as ações afirmativas, o estatuto da igualdade racial, a questão da saúde, educação, então, você tem todo um acúmulo de formulação que estabelece uma linha de atuação. Se você observar tem diferencial de formas de gestão, mas não das bandeiras. O movimento negro no Brasil tem unidade política. Essa é a avaliação que eu tenho.*
> *Como nós somos a maioria da população e começamos a trabalhar com o conceito de maioria e também somos plurais, temos unidade nas bandeiras. Temos 'a dança das cadeiras', disputa de espaço um pouco como o processo que está estabelecido no país. Mesmo a gestão mais à direita não nega as ações afirmativas, o estatuto, o feriado de Zumbi".* (FRANCISCO, 2013)

A gestora da CONE à época da realização da II COMPIR, Laia, ressaltou a condução pacífica entre poder público e sociedade civil durante essa construção, considerando os antecedentes desfavoráveis, os quais serviram de exemplo para estabelecer uma relação de proximidade e abertura com as organizações da sociedade civil, ratificando a participação desta, afirmando:

> *"A segunda conferência foi muito tranquila! Por quê? Porque nos chamamos a sociedade civil. Articulamos com a sociedade civil como isso, como seria esse trabalho, como tinha já esse antecedente [...] eu consegui constituir, politicamente, um trabalho que pudesse dar um resultado na conferência.*
> *Então, as entidades, nós fazemos uma reunião com a sociedade civil, eles indicaram seus representantes. Seus representantes fizeram parte da comissão junto com os indicados do governo e essa comissão então trabalhou os vários temas, as várias ações. Tanto é assim que a nossa, todo nosso documento, as propostas tiradas das conferencias o grupo que trabalhou essas propostas era além do pessoal da Coordenadoria também da sociedade civil que fizeram a relatório, então [...] a sociedade civil atuou efetivamente nessas relatorias isso ajudou muito as condições que nós tínhamos do ponto de vista também da conferencia [...]".*(LAIA, 2013)

Sobre a relação entre sociedade civil e governo na comissão organizadora sinalizou uma breve tensão em relação ao conteúdo do regimento interno, questão logo resolvida conforme declarou:

> *"A única tensão que nós começamos a ter foi em relação com o regimento interno. Por que? Porque a sociedade civil queria modificar o regimento interno. Nós discutimos no sentido de que nosso regimento era a cópia do regimento*

> *nacional. Na comissão tinham pessoas que faziam parte do Conselho Nacional e, então, a nossa discussão foi muito no sentido de que 'se vocês mudarem o regimento nacional nós mudamos o municipal', porque se lá foi aprovado e as pessoas, muitas delas eram do conselho como é que aqui não seria aprovado?! Isso barrou e então todo mundo aprovou todo o regimento e não teve mais problemas".* (LAIA, 2013)

O êxito da relação estabelecida entre sociedade civil e governo durante a construção da II COMPIR Laia atribuiu à sua trajetória de militância, bem como ao diálogo aberto com os representantes das organizações da sociedade civil, os quais conheciam seu pertencimento a partido oponente ao deles e, após acordo, não fizeram disto um motivo de disputa política dentro da conferência:

> *"Porque outra coisa que eu [...] mas isso também que acho que tem muito a ver por causa da minha militância. Então, eu conhecia todas as lideranças, as lideranças também me conheciam, isso facilitou muito em entendimento de como fazer uma conferência sem grandes atritos [...] Nós tivemos uma discussão, não discussão, na realidade algumas lideranças eu chamei pra conversar para que a gente tivesse de fato uma conferência que construísse, tendo em vista que a outra foi um horror. Que a gente conseguisse construir realmente um documento ou fizesse uma boa conferência porque São Paulo merecia, não só São Paulo como também o movimento negro e que isso era importante. Não era importante pra mim, pra outro, mas todos da sociedade. Isso foi tranquilo, isso foi acertado, então não houve para dentro da conferência uma disputa política e isso nós discutimos que não seria.*
> *A discussão era em cima das questões que eram importantes para os negros, então, não teve uma disputa política nessa, que houve na outra. No fundo tudo era uma disputa política, mesmo dentro do mesmo partido, então, embora eu não fosse do mesmo partido, várias pessoas da comissão, mas eles entenderam muito bem que a comissão tinha que avançar e que tinha construir essa conferencia".* (LAIA, 2013)

Laia considerou que outro ponto passível de entrave entre governo e sociedade civil dentro da comissão organizadora é a participação e deliberação em relação à infraestrutura da atividade.

> *"Uma outra questão que eu percebi em outras conferências nas falas das pessoas é que, às vezes a comissão, ela quer entrar na mesma comissão de infraestrutura. Isso dá sempre grandes problemas, porque eles apresentam uma infraestrutura que muitas vezes você não tem como viabilizar ou você não tem como aquilo e nem é da competência da sociedade civil isso. Então, isso também eu tirei, nós não vamos ter comissão de infraestrutura, expliquei, porque comissão de infraestrutura é papel do governo. Então, o governo tem que assumir isso. Nas outras comissões, relataria e outras, toda a sociedade participou junto. Então, houve uma sintonia nesse sentido".* (LAIA, 2013)

Tal posicionamento em relação ao assunto acima discutido converge com a resposta à questão de número três do questionário dos gestores municipais, na qual Laia respondeu que considera como atribuição mais relevante para a atuação da sociedade civil na comissão organizadora as estratégias de mobilização e divulgação, programação e metodologia e proposição do regimento interno.

As questões de número 2, 4 e 5 referiam-se, respectivamente, ao objetivo específico atribuído à II COMPIR, publicação do relatório final e encaminhamento deste para a II CEPIR.

Em relação à questão dois Laia respondeu afirmativamente à atribuição de objetivo específico para a realização da II COMPIR, informando que este foi a construção do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial – PLAMPIR.

O acesso ao processo de formalização do regimento da II COMPIR possibilitou a análise de alguns documentos. Em um deles o objetivo atribuído à II COMPIR, embora encaminhado pela própria gestora, apresenta-se de maneira mais ampla que a da afirmação acima: "construir políticas públicas de promoção da igualdade racial que integrem as políticas públicas municipais e possibilitem aos gestores executar ações específicas direcionadas à população negra e aos segmentos correlatos, buscando sua plena cidadania". (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2009, p. 10)

Neste mesmo documento, a elaboração de um plano de igualdade racial nas ações do executivo municipal aparece enquanto uma das atividades planejadas para esta conferência.

O objetivo apresentado no decreto que dispõe sobre a convocação da II COMPIR expõe em seu parágrafo único:

> *"A Conferência abordará a temática 'Avanços, Desafios e Perspectivas das Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Município de São Paulo', tendo como objetivo analisar e repactuar as prioridades de políticas públicas para a construção do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial". (*Decreto n. 50.545 de 06 de abril de 2009)

O objetivo afirmado pela gestora e o objetivo apresentado no decreto não são opostos, mas no primeiro a construção do PLAMPIR é desencadeador de ações, no segundo é consequência de ações anteriores. Ambos são divergentes do objetivo apresentado no documento de formalização do regimento interno anteriormente citado.

Na questão quatro afirmou que ao final da II COMPIR publicou o relatório final, por meio impresso. Afirmou na questão cinco o encaminhamento do relatório final para a etapa estadual, II CEPIR.

IV.2.3.1 Eixos temáticos e síntese das propostas da II COMPIR - 2009

O documento de resoluções da II COMPIR apresenta cinco eixos temáticos, conforme abaixo descritos:

1. Educação, cultura, lazer e esporte;
2. Saúde;
3. Trabalho e renda;
4. Terra e Moradia;
5. Segurança e acesso à justiça

Os eixos temáticos resultaram em 52 propostas, sendo 10 relativas à educação, cultura, lazer e esporte; 10 referentes à saúde; 12 sobre trabalho e renda; 10 acerca de terra e

moradia e 10 pertinentes à segurança e acesso à justiça. Através do documento é possível identificar que as propostas destes cinco eixos foram reagrupadas para a composição do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, em outra parte, transformando-se num conjunto de 127 propostas (ver anexo XII).

As propostas apresentadas no eixo **educação, cultura, lazer e esporte** refletem a necessidade da implementação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008 e a questão dos povos ciganos. Cabe observar que neste eixo apresentaram-se propostas de criação de uma Secretaria Municipal de Igualdade Racial, bem como a criação de uma coordenação para população indígena.

O eixo **saúde** abrangeu propostas relacionadas ao investimento, ampliação, criação e cumprimento de programas de saúde, bem como a capacitação de profissionais.

As questões abordadas no eixo **trabalho e renda** referem-se a criação de comitês, implementação de leis municipais, investimento em ensino técnico e profissionalizante, além de questões pertinentes ao combate ao racismo institucional nos órgãos públicos municipais, políticas para imigrantes, linhas de crédito. Assim como na I COMPIR aparece a proposta de criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Neste eixo cabe considerar o registro de propostas repetidas.

Em relação à discussão sobre **terra e moradia** as propostas requerem a garantia de demarcação de terras para a população indígena e quilombola; moradia para população de área de risco; habitação para a população de rua e, especialmente para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

As propostas relativas à **segurança e acesso à justiça** abordam a juventude negra; a realização de campanhas de combate ao racismo e contra o extermínio da juventude negra; a capacitação de servidores. Também neste eixo há proposta de criação órgãos e novamente, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Considerações Finais

O presente estudo sobre as conferências municipais de promoção da igualdade racial na cidade de São Paulo oportunizou o conhecimento e aprofundamento de aspectos complexos desta temática na gestão pública municipal.

A primeira parte de análise dos resultados apresentou as respostas dos representantes da sociedade civil e dos gestores municipais em relação às seguintes questões: 1) atribuição mais relevante, enquanto sociedade civil, na constituição da comissão organizadora das conferências; 2) diálogo entre a sociedade civil e o poder público durante as conferências; 3) autonomia e protagonismo da sociedade civil nesta construção; 4) formas de diálogo após as conferências; 5) significado; 6) benefícios e 7) êxito na realização das conferências.

Em relação à atribuição mais relevante observei correspondência nas respostas entre os representantes da sociedade civil e gestores municipais. Sandra Mariano e Maria Aparecida de Laia concordaram em relação à programação/metodologia. Samoury Mugabe, Edmar Silva, Mário Luiz Cortes e Francisco* (apesar de também indicar outras opções) em relação à consolidação do relatório final.

No que diz respeito ao estabelecimento de diálogo entre o governo e a sociedade civil, Sandra Mariano e Samoury responderam acreditar que este aspecto foi satisfatoriamente contemplado durante a construção das conferências, porém, Francisco* discordou deste posicionamento.

Todos os representantes da sociedade civil concordaram que sua autonomia e protagonismo foram satisfatoriamente desempenhados.

A entrevistada, Sandra Mariano, ao ser indagado sobre as formas de continuidade de diálogo da organização a qual representa e o poder público após a realização das conferências afirmou haver dificuldades e proferiu que “a conferência acaba e termina tudo”. Complementou sua conclusão, delegando ao poder público a responsabilidade por não chamar a sociedade civil para o diálogo. O posicionamento de Sandra Mariano acerca da ausência de diálogo após a realização das conferências supõe uma dependência, por parte da sociedade civil, do chamamento do poder público. Os demais representantes afirmaram que houve continuidade de diálogo, porém, de formas distintas.

O significado da realização das conferências se expressou de maneira distinta tanto entre os representantes da sociedade civil quanto para os gestores municipais. Os primeiros atribuíram-lhe desde o termo conferir como o próprio nome diz até o estabelecimento de correlação de forças entre sociedade civil e estado e avanço/protagonismo do movimento negro. Os gestores aplicaram o lugar da visibilidade e do direito de expressão, este último, constitucionalmente garantido.

Os benefícios da realização das conferências de promoção da igualdade racial sinalizados pelos representantes da sociedade civil referem-se ao aprendizado proporcionado, bem como à possibilidade de construção de agenda específica, tal como da juventude negra no país.

A questão sobre o êxito da realização de uma conferência surpreendeu os entrevistados, pois, os levaram a refletir durante alguns segundos sobre a reposta. Duas respostas demonstraram imediata insatisfação, considerando que efetivamente não foram promovidas políticas públicas de igualdade racial. Uma resposta, apesar de chamar a atenção da sociedade civil em relação à omissão do estado, converge com as respostas anteriores.

Os resultados da análise documental sinalizou incompatibilidade de objetivos entre os documentos internos da gestão pública municipal e dificuldade de identificação de documentos, devido à ausência de dados. As divergências entre os objetivos apresentados no texto do documento identificado enquanto resoluções da I COMPIR e a redação do decreto de convocação, assinado pela Prefeita Marta Suplicy, causou dúvidas sobre a origem deste documento. Estas contradições demonstram a falta de organização interna e sistematização dos resultados das ações realizadas pela CONE, em consequência de inexperiência de gestão e/ou ausência de visão administrativa no processo de trabalho.

Através da articulação da análise documental e conteúdo das entrevistas foi possível identificar irregularidades normativas e conflitos entre o poder público e a sociedade civil na condução da I COMPIR.

A análise documental confirmou a inexistência de regimento interno na realização da I COMPIR. Além disso, divergências políticas entre sociedade civil e poder público somadas à inexperiência dos gestores na gestão pública, meandros políticos, administrativos e organizativos dificultaram o processo.

De acordo com os argumentos expostos durante as entrevistas estes conflitos tiverem como foco central divergências político-partidárias. O posicionamento de alguns gestores públicos apontou que a participação da sociedade civil na I COMPIR esteve permeada por vaidades pessoais e partidárias, entre o próprio movimento, apesar do pertencimento ao mesmo partido. Além desta questão houve uma irregularidade normativa. A I COMPIR foi realizada antes da publicação do regimento interno pelo governo federal, ou seja, sem as devidas orientações para as demais esferas de governo sobre a forma de condução e realização do processo de conferência.

O gestor responsável pela realização da I COMPIR, Edmar Silva, afirmou ter sido esta um marco histórico para a cidade de São Paulo na discussão racial. No entanto, os representantes da sociedade civil e o gestor, Mário Cortes declararam o não reconhecimento e legitimidade da I COMPIR.

As organizações da sociedade civil, não satisfeitas com o desfecho desta I COMPIR, considerando a iminente realização da I CEPIR, se rearticularam junto ao governo municipal na gestão Serra, em meados de 2005, requerendo a realização de outra conferência. Neste sentido, o gestor da CONE, Mario Cortes, atendendo à solicitação da sociedade civil convocou a realização da chamada Plenária Municipal de Promoção de Igualdade Racial, aproximadamente 10 dias antes da I CEPIR. A realização desta Plenária validou a participação do município de São Paulo na I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial rumo à I CONAPIR.

Durante a entrevista houve um equivoco, por parte da representante da sociedade civil, Sandra Mariano ao afirmar que a Plenária Municipal de Promoção da Igualdade Racial foi promovida pela gestora, Laia. Na verdade, esta gestora publicou o documento com resoluções atribuídas a I COMPIR, mas, apesar de todas as buscas por precisão deste dado não foi possível identificá-lo.

Considerando a realização da I COMPIR e da Plenária Municipal, restaram dúvidas quanto à origem das propostas publicadas no documento identificado como resolução da I COMPIR, sendo que esta não pode ser sanada através das entrevistas devido à divergência de informações, por parte dos gestores, bem como pela negativa do governo do Estado de São Paulo no acesso aos documentos relativos à I CEPIR para avaliação das propostas enviadas pelo município de São Paulo. Tais constatações sugerem maior rigor para a publicação dos resultados advindos das conferencias.

Cabe ressaltar que todos os representantes das organizações da sociedade civil entrevistados teceram críticas em relação às gestões da CONE, tais como a descontinuidade das ações, embora tenham observado os desafios enfrentados pelos gestores, como a falta de recurso e a dificuldade de inclusão desta discussão no interior do governo.

Os argumentos apresentados tanto pelos representantes da sociedade civil quanto pelos gestores municipais referem-se a divergências naturais do processo de construção política, mas estas não podem traduzir-se em prejuízos para o coletivo. O ex-presidente Lula, durante discurso na ocasião da realização da I CONAPIR revelou um conselho que, sabiamente, ofereceu à ministra Matilde Ribeiro:

> *"[...] Enquanto a gente fica discutindo as nossas diferenças, vamos tratar de fazer o que tem que ser feito em nível de políticas públicas para este país. Não vamos permitir que as divergências conceituais existentes entre nós façam com que a gente atrase para levar os benefícios para as pessoas mais pobres da periferia deste país, para as comunidades quilombolas, para as comunidades indígenas. Vamos fazer uma política de dois tempos, ou seja, vamos ter o tempo da discussão, o tempo de filosofar, o tempo de divergir, e vamos ter o tempo de construir coisas muito concretas, que é isso que o nosso povo está precisando".* (RESOLUÇÕES I CONAPIR, 2005 p.175)

Conforme os resultados das entrevistas, a realização da II COMPIR, transcorreu de maneira pacífica entre sociedade civil e poder público. De acordo com Laia, houve apenas

uma breve discordância em relação à proposição do regimento interno, fato imediatamente resolvido.

Ainda em relação ao cordial diálogo estabelecido, Laia destacou o protagonismo da participação da sociedade civil ao responsabilizar-se pela relatoria desta II COMPIR, sob acompanhamento da equipe interna da CONE. Samoury em suas declarações também afirmou a relevância deste fato, considerando que foi a conferência mais barata e contribuiu sobremaneira para a condução das atividade, visto a ausência de recursos financeiros para maiores investimentos neste processo. Considerando a importância da participação da sociedade civil na organização do documento de resoluções, cabe nesta análise a sugestão de melhor acompanhamento técnico para sistematização das informações e propostas, visando facilitar o entendimento da metodologia de exploração dos resultados.

Em relação às propostas apresentadas na I e II COMPIR não foi possível delinear uma comparação, considerando a diferença de composição entre os eixos temáticos estabelecidos nos dois processos.

A I COMPIR apresentou um conjunto de 45 propostas a partir de quatro discussões temáticas: saúde da população negra, religião, cultura afro-brasileira e educação. A II COMPIR consolidou 52 propostas para encaminhamento à I CEPIR e 127 para composição do PLAMPIR, ambas organizadas a partir de cinco eixos temáticos muito amplos: educação, cultura, lazer e esporte; saúde; trabalho e renda; moradia e terra e segurança e acesso à justiça.

É possível sinalizar que na I COMPIR as propostas originárias dos debates apresentaram questões mais específicas, tais como especialização profissional na doença falciforme, na área da saúde; realização de campanhas em solidariedade às religiões de matriz africana na questão da religião; realização de exposições e oficinas na área da cultura, com destaque ao samba; preocupação acerca da implementação da Lei Federal n. 10.639/2003, na área da educação, mesmo no contexto recente da lei.

Na II COMPIR no eixo educação, as propostas referiam-se à Lei 10.639/03; no eixo saúde, de maneira mais generalista à política de saúde, destacando questões pertinentes à capacitação de profissionais; o eixo trabalho e renda, abarcou propostas amplas, tais como a criação de comitês e discussão sobre o racismo institucional; no eixo terra e moradia, a demarcação de terras indígenas/quilombolas, além de recorte, considerando a questão da diversidade sexual; no eixo segurança e acesso à justiça, relação com a juventude negra.

As propostas apresentadas tanto na I quanto na II COMPIR, traduzem majoritariamente demandas históricas do movimento negro ao longo de sua trajetória. No entanto, leva à indagação sobre a concretude destas demandas no contexto local, ou seja, de que maneira essas discussões postas sistematicamente no interior da gestão pública municipal alteram as condições objetivas da população negra no município de São Paulo?

A convergência em relação às propostas oriundas das duas conferências encontra-se no desejo de criação de uma Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, tendo sido apresentada uma vez entre as discussões temáticas na I COMPIR e de maneira recorrente na II COMPIR. No ano de 2013, com a nova gestão municipal essa proposta se tornou realidade. Com a aprovação do projeto de lei n. 237/2013, na Câmara Municipal, em meados do mês de maio a cidade de São Paulo formalizou a criação da Secretaria Municipal de Promoção da igualdade Racial - SMPIR, a qual desde janeiro atuava a partir dos recursos (humanos e financeiros) de uma coordenadoria. Desde 1992 havia na estrutura municipal uma Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, órgão responsável pela formulação e articulação de políticas para a população negra.

Paralelamente à finalização desta dissertação, após convocação através do decreto municipal n. 54.011 de 17 de junho de 2013 (anexo X), respeitando as normativas do governo federal, a cidade de São Paulo realizou a III Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial – III COMPIR organizada pela recém-criada SMPIR. O referido decreto apresenta quatro grandes objetivos, quais sejam:

I – atualizar o Plano Municipal de Promoção da igualdade Racial;

II – propor recomendações para o enfrentamento ao racismo e o fortalecimento da promoção da igualdade racial no âmbito do Poder Executivo e de outros poderes;

III – discutir os mecanismos de institucionalização da promoção da igualdade racial, à vista da implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR;

IV – avaliar os avanços e os desafios a serem enfrentados após 10 (dez) anos de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Realizada por intermédio de assessoria organizativa, a III COMPIR ocorreu de forma descentralizada, através de etapas regionais, abrangendo as oito regiões do município de São Paulo. Esta estratégia possibilitou a participação de mais de mil pessoas, entre representantes da sociedade civil, do poder público, observadores e convidados. Efetivou a eleição de 125 delegados para participação na etapa estadual. O relatório final consolidou 583 propostas.

Este trabalho não tem por objetivo esgotar a discussão, no entanto, poderá contribuir para um balanço das necessidades apontadas pelo movimento negro local, através das conferências realizadas, visando a efetivação de políticas públicas de promoção da igualdade racial que contemplem as demandas da população negra da cidade de São Paulo.

Os resultados apresentados nesta dissertação sinalizam a necessidade de melhor sintonia entre o poder público e a sociedade civil para a organização e realização das conferencias, bem como estratégias de monitoramento dos resultados obtidos através desta ferramenta de participação social.

Referências Bibliográficas

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2006, p. 159-184.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo (orgs). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro, Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

AMMANN, Safira Bezerra**. Participação Social.** São Paulo: Cortez & Moraes Ltda, 1977.

ANDREWS, Georg R. **Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988).** Bauru: Edusc, 1998.

Banco de Dados IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/05/2013.

BARBOSA, Samoury M. F. **Entrevista concedida a Naiza Bezerra dos Santos**. São Paulo: julho, 2013.

BASTIDE, Roger. FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. 4. Ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Politica Social: fundamentos e história.** 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011, 2.v.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: DF. Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010.

_____. Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937.

BRIANESI, Thais. **Repente 18: Conferências de Políticas Públicas**. São Paulo: POLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, Set, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Movimento Negro no Brasil:** novos e velhos desafios. Caderno CRH. Salvador, n. 36, 2002, p. 209-215.

CONE, ELAS, Elas por, NUPE. **Políticas públicas étnicorraciais e de gênero**. n. 1. São Paulo, 2008.

CORTES, Mário Luiz. **Entrevista concedida à Naiza Bezerra dos Santos**. São Paulo: julho, 2013.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. 2 ª Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Departamento de Direito Internacional. **Manual para a formação de líderes afrodescendentes nas Américas**. Secretaria de Assuntos Jurídicos, Organização dos Estados Americanos, Washington, D.C., 2012.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Ciclo de reforma de políticas públicas em ambiente de consolidação da democracia: a experiência brasileira recente de reforma dos programas sociais**[1]. Caderno n. 63, UNICAMP/NEPP, 2005.

FONSECA, Dagoberto José. **Politicas Públicas e Ações Afirmativas.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

FRANCISCO. **Entrevista concedida à Naiza Bezerra dos Santos**. São Paulo: agosto, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos Movimentos Sociais na América Latina**. In: *Teoria dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Depois da democracia racial. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo: 2006, p. 269-286.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas.** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2002.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** 21ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 16ª Ed. São Paulo, Cortez; Celats, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 11º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IBASE, 2008. **Cotas raciais, por que sim?** 3.ed. Rio de Janeiro, 2008.

JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: O desafio das politicas públicas de promoção da igualdade racial**. In: THEODORO, Mário (Org.). *As Politicas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. pp. 135-522.*

KAYANO, Jorge et al. **Repente 23: Conferências de Políticas Públicas**. São Paulo: POLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, Ago, 2005.

LAIA, Maria Aparecida de (org.). **Coordenadoria dos Assuntos da População Negra**: 20 anos de contribuição para as políticas étnicorraciais no município de São Paulo. Prefeitura de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

_____. **Entrevista concedida à Naiza Bezerra dos Santos**. São Paulo: julho, 2013.

LIMA, Márcia**. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula.** Novos Estudos 87- CEBRAP, julho, 2010. P. 81.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MARIANO, Sandra. **Entrevista concedida à Naiza Bezerra dos Santos**. São Paulo: julho, 2013.

Município em Mapas, *diversidade:* **um enfoque nas desigualdades de gênero, cor e geração.** São Paulo: SEMPLA, 2007.

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de campo como descoberta da criação.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. pp. 56-60.

PAIXÃO, Marcelo. **Os negros e os determinantes das desigualdades sociais no Brasil**. (In) PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e as relações raciais**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003, p. 97-134.

PETINELLI, Viviane. **As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de politicas públicas do Governo Federal (2003-2010)***;* Pós Graduação; Universidade Federal de Minas Gerais; Minas Gerais, 2011.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 2000.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Regimento da II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.** SIMPROC – Sistema Municipal de Processos, 2009.

_____. **Resoluções da I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.** São Paulo: 2004.

_____. **Resoluções da II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.** São Paulo: 2009.

ROLAND, Edna Maria Santos. **Politicas Internacionais e questão racial no inicial do século XXI.** RIBEIRO, Matilde (Org.). **As Politicas de Igualdade Racial: Reflexões e Perspectivas.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2012. p. 245.

SABDSC - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural. **O negro na gestão do governo paulista**. Revista Afirmativa Plural. São Paulo, 2008, p.32-33.

SANTOS, Ana Elisa De Carli dos. COSENTINO, Tatiane Rodrigues. **O governo FHC e o reconhecimento das desigualdades raciais no Brasil.** XI Congresso Brasileiro de Sociologia, UNICAMP, Campinas, SP. 1 a 5 de set/2003.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SÃO PAULO. Decreto n. 44.988 de 8 de julho de 2004. I COMPIR

_____. Decreto n. 50.545, de 6 de abril de 2009. II COMPIR

_____. Decreto n. 54.011, de 17 de junho de 2013. III COMPIR

_____. Lei n. 11.321 de 22 de dezembro de 1992.

SCHWARCZ, Lilian (org.). **História da vida privada do Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEADE. *Curso de Capacitação:* **Indicadores de Desigualdade Racial**. São Paulo: 2011.

SEMERARO, Giovanni. A concepção de sociedade civil. In: **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, Vozes,** 1999, p. 69-100.

SEPPIR. **Boletim Informativo da II Conapir:** Conferência nacional de promoção da igualdade racial. Brasília: Nov. 2007.

_____. **I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial**- Relatório Final. Brasília: 2005.

_____. **Relatório de Atividades 2005**, Brasília, 2005.

_____. **Resoluções da II CONAPIR***,* Brasília: 2009.

SILVA, Edmar. **Entrevista concedida à Naiza Bezerra dos Santos**. São Paulo: julho, 2013.

SILVA JR, Hédio. **Conceito e demarcação histórica***.* In: SILVA JR, Hédio; SILVA BENTO, Maria Aparecida; SILVA, Mário Rogério (Orgs.). **Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial***.* São Paulo: Ceert. 2010. pp. 55-25.

SILVA SANTOS, Natália Neris da. **Estudo sobre a I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial em 2004:** análise da efetivação das propostas na cidade de São Paulo. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Relatório Final de Atividades (Outubro/2008 - Novembro/2009), São Paulo: Nov. 2009.

THOMAS, Claudio. ZIMBWE, Thais. **Relatório final ENJUNE - Encontro Nacional de Juventude Negra: novas perspectivas na militância étnico-racial.** Bahia, 27 a 29 de julho de 2007.

APÊNDICE I - Procedimentos de Pesquisa

Este é um estudo sobre as conferências municipais de promoção da igualdade racial na cidade de São Paulo. Caso você decida participar, será convidado a preencher um questionário e/ou conceder uma entrevista que abordará os seguintes aspectos: 1) o seu perfil e trajetória política em organizações da sociedade civil e/ou na gestão pública; 2) conhecimentos e experiências de participação social, autonomia e protagonismo da sociedade civil; 3) relação com o poder público municipal no período da(s) referida(s) conferência(s); 4) condução e/ou participação na construção da(s) conferência(s) de promoção da igualdade racial realizada(s) no município de São Paulo e 5) conhecimento sobre as etapas preparatórias das conferências de políticas públicas.

A entrevista terá duração média de 30 minutos e acontecerá em local de sua preferência e/ou conforme prévio acordo. As entrevistas serão gravadas com a sua permissão, e você poderá solicitar o desligamento do gravador no momento que desejar, ou para desgravar partes da entrevista, sem que isso afete sua participação na pesquisa. As entrevistas gravadas serão transcritas e somente a pesquisadora e/ou pessoas autorizadas poderão escutá-las ou ler as transcrições, para uso na pesquisa.

Riscos

A participação nesse estudo não implica em nenhum risco ou a abordagem de questões íntimas. Se você sentir algum desconforto para responder quaisquer questões sinta-se à vontade para sinalizar este incômodo. Para proteger a confidencialidade, todas as formas de gravação, transcrição e questionário serão identificadas apenas pelo número da entrevista. Informações sobre você e a organização a qual você representa serão tratadas com a devida confidencialidade. Quando o resultado da pesquisa for publicado ou apresentado todas as identidades serão preservadas. Caso decida pela publicização de sua identidade e/ou organização a qual representa comunique no momento da entrevista.

Benefícios

Os benefícios dessa pesquisa são de ordem acadêmica. Os resultados deste estudo poderão ter impacto na elaboração, gestão e monitoramento das políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Reembolso

Não haverá reembolso e ofereceremos água e uma alimentação leve durante as entrevistas.

Confidencialidade

As informações obtidas durante este estudo serão guardadas em rigorosa confidencialidade, sob responsabilidade da pesquisadora. Embora todo o esforço razoável seja feito para proteger a confidencialidade de seus registros, não podemos garanti-lo.

Participação Voluntária

Sua participação neste estudo é completamente voluntária. Você pode recusar-se a participar ou decidir desligar-se da pesquisa em qualquer momento. Havendo necessidade dispõe-se a conceder um segundo momento de entrevista para esclarecimento de dúvidas. Ao assinar esse termo de consentimento você não abre mão de nenhum de seus direitos legais.

Informações Adicionais - Perguntas

Caso você tenha alguma pergunta adicional, por favor, faça, tentaremos responder da melhor forma possível. Caso você tenha alguma pergunta adicional no futuro, você poderá procurar o orientador da pesquisa, Alvaro de Oliveira Senra, que pode ser encontrado no seguinte endereço: Av. Maracanã, 229 – Bl. E, Sala 506 - 20271-110 Rio de Janeiro – RJ; Tel.: (21) 2569.4495; e-mail: cocpg@cefet-rj.br - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ - Diretoria de Desenvolvimento Educacional - Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação.

Acredito ter sido suficientemente orientado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo **Políticas públicas de promoção da igualdade racial: as conferências municipais na cidade de São Paulo (2004/2009).**

Eu discuti com a pesquisadora sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso ao produto desta pesquisa. Concordo, voluntariamente, em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Assinatura

_____ Data ___/___/___

_____ (Testemunha) Data ___/___/___

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTAS

DADOS DE INDETIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA OU RESPONSÁVEL

1.Nome: _____

Documento de identidade n.: _____ Sexo: F ( ) M ( )

Data de nascimento: ____/___/___

Endereço:_____n._____ Complemento_____

Cidade:_____ Telefone: ( ) _____

DADOS SOBRE A PESQUISA

1. **Título do protocolo de pesquisa:** Políticas públicas de promoção da igualdade racial: as conferências municipais na cidade de São Paulo (2004/2009).

2. **Pesquisadora:** Naiza Bezerra dos Santos
Cargo/função: Mestranda do Programa de Relações Étnico-raciais do CEFET/RJ
Orientador: Prof. Dr. Alvaro de Oliveira Senra

3. **Avaliação do risco de pesquisa:**
Risco mínimo (X) Risco médio ( )
Risco baixo ( ) Risco maior ( )

4. **Duração da pesquisa:** Dois meses

APÊNDICE II – Questionário Representantes de Organizações do Movimento Negro

Nome: _____

Experiências participativas nas conferências de políticas públicas:

1)Considerando a construção das conferências municipais de promoção da igualdade racial na cidade de São Paulo, de qual (ou quais) e em qual condição você participou?

( ) I Conferência em 2004 ( ) observador/a ( ) convidado/a ( ) delegado/a

( ) II Conferência em 2009 ( ) observador/a ( ) convidado/a ( ) delegado/a

2)Durante a(s) etapa(s) preparatória(s) da(s) conferência(s) de promoção da igualdade racial, no âmbito municipal, você participou enquanto membro da comissão organizadora?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, de qual (quais):

( ) I Conferência em 2004

( ) II Conferência em 2009

3)Dentre as atribuições da comissão organizadora, expostas abaixo, qual você considera mais relevante enquanto sociedade civil:

( ) elaboração do orçamento

( ) estratégias de mobilização/divulgação

( ) infraestrutura

( ) programação/metodologia

( ) proposição de minuta de regimento interno

( ) consolidação do relatório final

4) O estabelecimento de diálogo entre o governo e a sociedade civil para decisão de prioridades nas políticas públicas nos anos seguintes é a principal característica da realização das conferências de políticas públicas. Você acredita que este aspecto foi satisfatoriamente contemplado?

( ) Sim

( ) Não

5)Sobre a autonomia e o protagonismo da sociedade civil nos processos de conferências municipais de promoção da igualdade racial na cidade de São Paulo você considera:

( ) satisfatórios

( ) pouco satisfatórios

( ) insatisfatórios

6)Considerando as conferências enquanto ferramenta metodológica de participação, ao final da sua realização, quais as formas de continuidade de diálogo que a organização a qual você representa estabeleceu com o poder público?

Perfil:

1) Qual sua idade?

2) Qual o seu sexo: ( ) masculino ( ) feminino

3) Considerando a classificação do IBGE, qual cor/raça você declara?

( ) branco/a ( ) preto/a ( )pardo/a ( ) amarelo/a ( ) indígena

Formação:

1) Qual o seu nível de instrução:

( ) fundamental incompleto ( ) fundamental completo

( ) médio incompleto ( ) médio completo

( ) técnico incompleto ( ) técnico completo

( ) superior incompleto ( ) superior completo

( ) mestrado

( ) doutorado

Trajetória política:

1) Você é membro de alguma organização do movimento negro?

( ) Sim ( ) Não

Qual?

Há quanto tempo?

2) Há uma relação (direta ou indireta) estabelecida entre a organização a qual você representa e o governo municipal?

( ) Sim ( ) Não

Qual?

3) Você foi ou é membro de instâncias de participação tais como:

Conselho Setorial (saúde/educação/outros)	( ) Sim	( ) Não
Conselho de Direitos (mulher/negro/criança)	( ) Sim	( ) Não
Conselho Gestor	( ) Sim	( ) Não
Comissão	( ) Sim	( ) Não
Comitê	( ) Sim	( ) Não

Outras. Especifique

4) Quais os motivos que a(o) levaram a aderir a essas instâncias de participação social?

APÊNDICE III - Questionário Gestores Municipais

Nome: _____

Experiência de gestão nas conferências de políticas públicas:

1) De qual Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo você foi o(a) gestor(a) responsável pela organização e realização?

( ) I Conferência em 2004

( ) II Conferência em 2009

2) Você atribuiu algum objetivo específico para a realização dessa conferência?

( ) Sim ( ) Não

Qual?

3) Dentre as atribuições da comissão organizadora, expostas abaixo, qual você considera mais relevante para a atuação da sociedade civil:

( ) elaboração do orçamento

( ) estratégias de mobilização/divulgação

( ) infraestrutura

( ) programação/metodologia

( ) proposição de minuta de regimento interno

( ) consolidação do relatório final

4) Ao final da conferência o relatório final foi publicado?

( ) Sim Por qual meio?

( ) Não Por qual motivo?

5) O relatório final foi encaminhado para a esfera estadual?

( ) Sim

( ) Não

Perfil:

1) Qual sua idade?

2) Qual o seu sexo: ( ) masculino ( ) feminino

3) Considerando a classificação do IBGE, qual cor/raça você declara?

( ) branco/a ( ) preto/a ( )pardo/a ( )amarelo/a ( ) indígena

Formação:

1) Qual o seu nível de instrução:

( ) fundamental incompleto ( ) fundamental completo

( ) médio incompleto ( ) médio completo

( ) técnico incompleto ( ) técnico completo
( ) superior incompleto ( ) superior completo
( ) mestrado em curso ( ) mestrado concluído
( ) doutorado em curso ( ) doutorado concluído

Trajetória política:

1) A gestão da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra foi sua primeira experiência de gestão pública?

( ) Sim ( ) Não

Se não, discorra brevemente sobre qual ou quais foram suas experiências anteriores.

2) À época de sua gestão, você era membro de alguma organização da sociedade civil?

( ) Sim ( ) Não

Qual?

Há quanto tempo?

Qual é (foi) sua forma de atuação nessa organização?

3) À época de sua gestão, você mantinha alguma vinculação partidária?

( ) Sim ( ) Não

Com qual partido?

4) Você tem militância articulada com a temática racial?

( ) sim Período:

( ) não

APÊNDICE IV - Roteiro de Entrevista Representantes de Organizações do Movimento Negro

1. Qual é o significado da realização de uma conferência de políticas de promoção da igualdade racial?

2. Qual a importância da participação da sociedade civil na construção da Conferência Municipal de Promoção da igualdade Racial?

3. Descreva a construção da(s) conferência(s) a(s) qual (quais) você participou.

4. Considerando as etapas de preparação (convocação, constituição da comissão organizadora, planejamento, mobilização e divulgação) e realização (período, credenciamento, aprovação de regimento interno) da(s) conferência(s), houve alguma discordância significativa durante a condução das etapas preparatórias e/ou de realização?

5. Essas conferências enquanto experiências participativas trouxeram benefícios para o movimento negro local? Quais?

6. Quando você considera que uma conferência de políticas públicas atingiu êxito?

APÊNDICE V - Roteiro de Entrevista Gestor Municipal Edmar Silva

1. Qual é o significado da realização de uma conferência de políticas de promoção da igualdade racial?

2. Qual a importância da participação da sociedade civil na construção da Conferência Municipal de Promoção da igualdade Racial?

3. Descreva a construção da conferência municipal de promoção da igualdade racial a qual você organizou.

4. Como foi a relação do poder local com a sociedade civil durante as etapas de preparação (convocação, constituição da comissão organizadora, planejamento, mobilização e divulgação) e realização (período, credenciamento, aprovação de regimento interno) da conferência?

5. Houve alguma discordância significativa durante a condução das etapas de preparação e realização da conferência que você realizou enquanto poder público?

6. Em caso afirmativo da questão anterior, você tem conhecimento se tal discordância resultou em algum processo paralelo à conferência organizada pelo poder público?

APÊNDICE VI - Roteiro de Entrevista Gestora Municipal Maria Aparecida de Laia

1. Qual é o significado da realização de uma conferência de políticas de promoção da igualdade racial?

2. Qual a importância da participação da sociedade civil na construção da Conferência Municipal de Promoção da igualdade Racial?

3. Descreva o processo de construção da conferência municipal de promoção da igualdade racial a qual você organizou.

4. Como foi a relação do poder local com a sociedade civil durante as etapas de preparação (convocação, constituição da comissão organizadora, planejamento, mobilização e divulgação) e realização (período, credenciamento, aprovação de regimento interno) da conferência?

5. Houve alguma discordância significativa durante a condução das etapas de preparação e realização da conferência a qual você organizou enquanto poder público?

6. O relatório final da I conferência foi utilizado durante a construção e realização da conferência organizada na sua gestão?

APÊNDICE VII - Roteiro de Entrevista Gestor Municipal Mário Luiz Cortes

1. Qual é o significado da realização de uma conferência de políticas de promoção da igualdade racial?

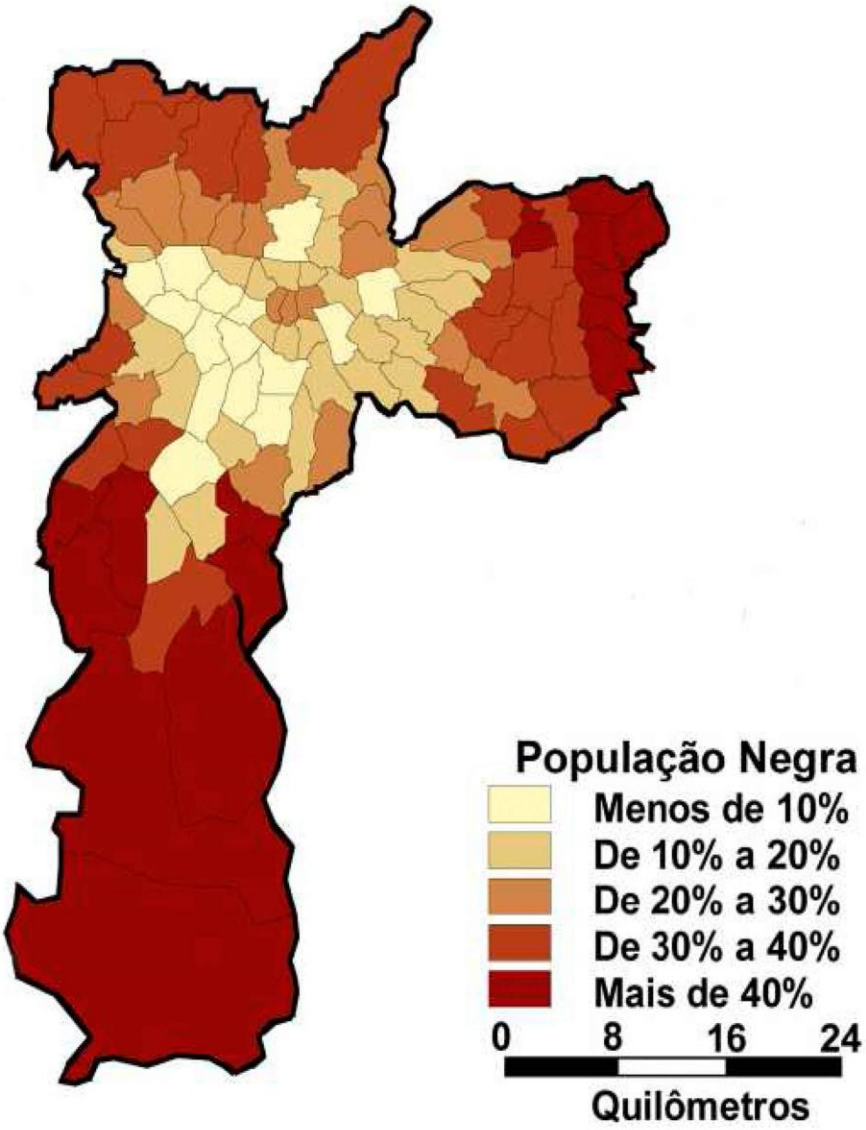
2. Qual a importância da participação da sociedade civil na construção da Conferência Municipal de Promoção da igualdade Racial?

3. Por quais motivos você realizou uma Plenária Municipal de Promoção da Igualdade Racial durante a sua gestão no ano de 2005?

ANEXO I – DISTRITOS MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

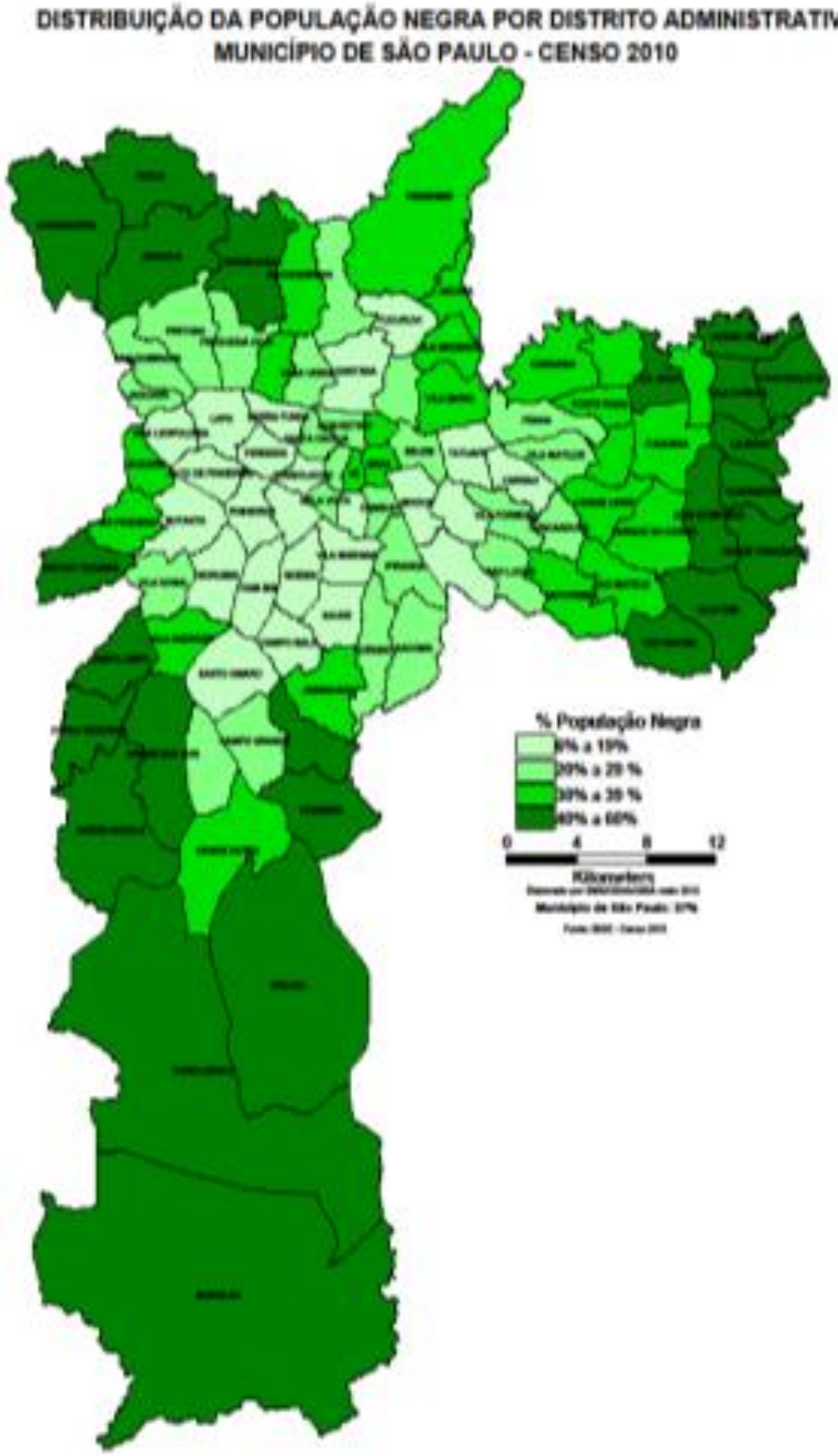


ANEXO II - Distribuição da População Negra por Distrito Administrativo
Município de São Paulo – Censo 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Fundação Seade.
(1) Inclui população parda e negra.

ANEXO III


DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA POR DISTRITO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - CENSO 2010
% População Negra
0
4
8
12

ANEXO IV – DECRETO N. 44.988 DE 08/07/2004

Folha nº

DECRETO Nº 44.988, DE 8 DE JULHO DE 2004

Dispõe sobre a oficialização e a realização da I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica oficializada a I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a realizar-se nos dias 28 e 31 de julho de 2004, evento preparatório, no âmbito deste Município, da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Art. 2º. A I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial desenvolverá seus trabalhos pautada em temas relacionados à educação, saúde, religião e cultura da comunidade negra, com o objetivo de organizar amplo debate, sistematizando demandas, propostas e diretrizes que ampliem e consolidem o processo de políticas públicas para a referida comunidade.

Art. 3º. Fica a Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra - CONE, da Secretaria do Governo Municipal, responsável pela organização e convocação da conferência.

Parágrafo único. Caberá, ainda, ao CONE a coordenação da conferência, facultada a inclusão de representantes de outras esferas de Governo.

Art. 4º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 8 de julho de 2004, 451º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA

LUÍS FERNANDO MASSONETTO, Secretário dos Negócios Jurídicos - Substituto

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 8 de julho de 2004.

JILMAR AUGUSTINHO TATTO, Secretário do Governo Municipal

ANEXO V – DECRETO DE 23/07/2004

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 2004.

Vide texto compilado

Convoca a Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

~~Art. 1º Fica convocada a Primeira Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a realizar-se de 11 a 13 de maio de 2005, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo da construção do Plano Nacional de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial.~~

~~Art. 1º Fica convocada a Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a realizar-se de 30 de junho a 2 de julho de 2005, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, com o objetivo da construção do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.~~ ~~(Redação dada pelo Decreto de 23 de fevereiro de 2005)~~

Art. 1º Fica convocada a Primeira Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a realizar-se de 30 de junho a 2 de julho de 2005, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo da construção do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. (Redação dada pelo Decreto de 11 de março de 2005)

Art. 2º A Primeira Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial terá o tema "Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial", com os seguintes subtemas:

I - reflexão sobre a realidade brasileira, do ponto de vista da sociedade e da estrutura do Estado, considerando os mecanismos de reprodução da discriminação, do racismo e das desigualdades raciais;

II - avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas para a promoção da igualdade racial nas três instâncias de governo: municipal, estadual e federal, bem como aos compromissos internacionais objeto de acordos, tratados e convenções, formalmente assumidos pela República Federativa do Brasil; e

III - proposição de diretrizes para a política nacional de promoção da igualdade racial e étnica, considerando as perspectivas de gênero, cultura e religião.

Art. 3º A Primeira Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial será presidida pelo titular da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República ou, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário-Adjunto daquela Secretaria.

Art. 4º O Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial expedirá, mediante portaria, o regimento interno da Primeira Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre a organização e funcionamento da Primeira Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, inclusive sobre o processo democrático de escolha de seus delegados.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO VI – DECRETO DE 23/02/2005

DECRETO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2005.

Revogado pelo Decreto de 11 de março de 2005

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto de 23 de julho de 2004, que convoca a Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto de 23 de julho de 2004, que convoca a Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 1º Fica convocada a Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a realizar-se de 30 de junho a 2 de julho de 2005, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, com o objetivo da construção do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de fevereiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Dirceu de Oliveira e Silva

ANEXO VII – REGIMENTO DA PLENÁRIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – D.O.M. 21/05/2005

PARTICIPAÇÃO E PARCERIAS

Secretário: **Gilberto Tanos Natalini**

REGIMENTO DA PLENÁRIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS

DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I
DO OBJETIVO

Art. 1º. A Plenária Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo, convocada pela portaria, de 20 de maio de 2005, a ser realizada no dia 21 de maio de 2005, das 9h às 17h, no auditório da Universidade Cidade de São Paulo, sito a rua Cesário Galeno 448/475 Tatuapé
..
A Plenária terá por objetivo a implementação do Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo e será preparatória para a realização da I Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial a ser realizada de 3 e 4 de junho de 2005, em São Paulo-SP.

CAPÍTULO II
DA REALIZAÇÃO

Art. 2º. A realização da Plenária Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo, na qual será debatido o temário proposto para as conferências estadual e nacional.

Parágrafo 1º. Os/as participantes da Plenária serão convidados através dos movimentos sociais que desenvolvam ações de promoção da igualdade racial.

Parágrafo 2º. O relatório final deverá ser encaminhado à Comissão Organizadora da Conferência Estadual.

Art. 3º. A Plenária Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo deverá ser realizada até 10 (dez) dias antes da realização da Conferência Estadual.

Parágrafo Único. A Plenária Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo será realizada pela Comissão Organizadora composta por entidades dos movimentos sociais que desenvolvam ações de promoção da igualdade racial, com a participação da Secretaria Especial de Participação e Parcerias da Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra - CONE .

CAPÍTULO III
DO TEMÁRIO

Art. 4º Nos termos deste Regimento, a Plenária Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo terá como tema central: "Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial", a partir dos seguintes eixos temáticos:

I - reflexão sobre a realidade brasileira, do ponto de vista da sociedade e da estrutura do Estado, considerando os mecanismos de reprodução da discriminação, do racismo e das desigualdades raciais;

II - avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas para a promoção da igualdade racial nas três instâncias de governo: municipal, estadual e federal, bem como o cumprimento dos compromissos internacionais objetos de acordos, tratados e convenções;

III - proposição de diretrizes para as políticas estadual e nacional de promoção da igualdade racial e étnica, considerando a perspectiva de gênero, cultura e religião.

Art. 5º. A Plenária deverá garantir a participação ampla e democrática de todos os segmentos representados e a elaboração do Relatório Final.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º. A Plenária Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial desenvolve-se sob a forma de palestras, painéis e debates, focalizando em todos os temas a perspectiva étnico-racial.

Parágrafo Único. O debate ocorrerá através de propostas encaminhadas pelas/os participantes da Plenária, por escrito, aos/as debatedores.

Seção I
Da Comissão Organizadora

Art. 7º. A Comissão Organizadora será composta pela ABPN - SP AFUBESP ,COORDENADORIA DE ASSUNTOS DA POPULAÇÃO NEGRA , CUT - SP , FALA NEGÃO , FORUM DE MULHERES NEGRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO , GELEDÉS , GRUPO DE NEGROS E POLÍTICAS PÚBLICAS DA ALESP , GRUPO SER HUMANO , ORIASHE e UNEGRO .

Parágrafo único. O Relatório Final será elaborado através das propostas encaminhadas pelas mesas de debate da Plenária Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo à Comissão Organizadora, com a finalidade de elaborar o Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial na cidade de São Paulo.

Seção II
Da Atribuição da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora junto com a Coordenadoria dos Assuntos da População Negra compete:
I - organizar, acompanhar e avaliar a realização da Plenária;
II - acompanhar o cumprimento do Regimento da Plenária;
III - deliberar sobre:
a) as propostas de elaboração de termos de referência para o tema central e eixos temáticos, visando subsidiar a apresentação dos expositores das mesas;
b) os critérios de composição das mesas principais e escolha dos expositores;
c) os critérios para participação e a definição de convidados;
d) a metodologia de elaboração do relatório da Plenária;
IV - publicar o relatório final da Plenária.

CAPÍTULO V
DA PARTICIPAÇÃO

Art. 9º. A Plenária Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo terá a participação de (500) quinhentos representantes dos movimentos sociais da cidade de São Paulo, comprometidos com a promoção da igualdade racial.

Parágrafo único. A representação da Plenária estará composta pela: população negra; povos indígenas; grupos étnicos raciais representados por: ciganos, judeus, árabes e palestinos; grupos étnicos socialmente discriminados por: amarelos e latinos americanos; assim como a população branca, comprometidos com a promoção da igualdade racial.

Art. 10º. Para participação na Plenária, deverá ser assegurada à representatividade étnico-racial e a proporção de gênero.

Art. 11º. Serão convidados para a Plenária, autoridades e representantes de entidades nacionais.

Art. 12º. A Plenária Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo terá início às 8h, finalizando às 18h.

Art. 13º. O credenciamento dos/as participantes da Plenária será realizado até às 14h.

CAPÍTULO VI
Art. 14º. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da Plenária Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo.

Gilberto Natalini
Secretário
Secretaria Especial de Participação e Parceria

ANEXO VIII – DECRETO N. 50.545 DE 06/04/2009

DECRETO Nº 50.545, DE 6 DE ABRIL DE 2009

Dispõe sobre a convocação da 2ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, preparatória da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica convocada a 2ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a ser realizada nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2009, na Cidade de São Paulo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Participação e Parceria, por meio da Coordenadoria de Assuntos da População Negra e seu respectivo Conselho de Gestão, bem como da Comissão Municipal de Direitos Humanos, preparatória, no âmbito local, da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Parágrafo único. A Conferência abordará a temática "Avanços, Desafios e Perspectivas das Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Município de São Paulo", tendo como objetivo analisar e repactuar as prioridades de políticas públicas para a construção do Plano Municipal da Promoção da Igualdade Racial.

Art. 2º. A Coordenadoria de Assuntos da População Negra e seu respectivo Conselho de Gestão, da Secretaria Municipal de Participação e Parceria, ficarão responsáveis pela organização da Conferência de que trata este decreto.

Art. 3º. Fica instituída Comissão Preparatória da 2ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a ser composta por representantes dos seguintes órgãos do Governo Municipal:

I - Secretaria Municipal da Saúde;
II - Secretaria Municipal do Trabalho;
III - Secretaria Municipal de Educação;
IV - Secretaria Municipal de Cultura;
V - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;
VI - Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras;
VII - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
VIII - Secretaria Municipal de Habitação;
IX - Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização;
X - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida;
XI - Secretaria Municipal de Segurança Urbana;
XII - Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos;
XIII - Secretaria Municipal de Finanças.

§ 1º. O representante e respectivo suplente de cada um dos órgãos referidos nos incisos do "caput" deste artigo deverão ser indicados à Secretaria Municipal de Participação e Parceria no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contadas da publicação deste decreto.

§ 2º. Poderão participar da 2ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, bem como do seu processo preparatório, os movimentos sociais étnicos organizados, o movimento negro organizado, as organizações não-governamentais, as entidades e associações que trabalhem com a temática étnica/racial, o funcionalismo público municipal em geral, todas as cidadãs e cidadãos que vivem e trabalham na Cidade de São Paulo e demais segmentos da sociedade civil interessados.

Art. 4º. O Regimento Interno da 2ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial será objeto de portaria do Secretário Municipal de Participação e Parceria.

Art. 5º. As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de abril de 2009, 456º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, PREFEITO

JOSÉ RICARDO FRANCO MONTORO, Secretário Municipal de Participação e Parceria

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 6 de abril de 2009.

CLOVIS DE BARROS CARVALHO, Secretário do Governo Municipal

ANEXO IX - DECRETO N. 50.560 DE 08/04/2009

DECRETO Nº 50.560, DE 8 DE ABRIL DE 2009

Confere nova redação ao "caput" do artigo 1º do Decreto nº 50.545, de 6 de abril de 2009, que dispõe sobre a convocação da 2ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, preparatória da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º. O "caput" do artigo 1º do Decreto nº 50.545, de 6 de abril de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica convocada a 2ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a ser realizada nos dias 8, 9 e 10 de maio de 2009, na Cidade de São Paulo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Participação e Parceria, por meio da Coordenadoria de Assuntos da População Negra e seu respectivo Conselho de Gestão, bem como da Comissão Municipal de Direitos Humanos, preparatória, no âmbito local, da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

....." (NR)

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 8 de abril de 2009, 456º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, PREFEITO

JOSÉ RICARDO FRANCO MONTORO, Secretário Municipal de Participação e Parceria

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 8 de abril de 2009.

CLOVIS DE BARROS CARVALHO, Secretário do Governo Municipal

ANEXO X – DECRETO N. 54.011 DE 17/6/2013

DECRETOS

DECRETO Nº 54.011, DE 17 DE JUNHO DE 2013

Dispõe sobre a convocação da 3ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, preparatória da 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a 3ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a ser realizada nos dias 1 e 2 de agosto de 2013, na Cidade de São Paulo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, preparatória, no âmbito local, da 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

§ 1º A Conferência abordará a temática "Democracia e desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo", tendo como objetivos:

I – atualizar o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

II – propor recomendações para o enfrentamento ao racismo e o fortalecimento da promoção da igualdade racial no âmbito do Poder Executivo e de outros poderes;

III – discutir os mecanismos de institucionalização da promoção da igualdade racial, à vista da implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR;

IV – avaliar os avanços e os desafios a serem enfrentados após 10 (dez) anos de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

§ 2º A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Promoção da Igualdade Racial ou, na sua ausência, pela Secretária Adjunta.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial ficará responsável pela organização, convocação e coordenação da Conferência de que trata este decreto, bem como das Plenárias Regionais Temáticas e Preparatórias.

Parágrafo único. As Plenárias Regionais a que se refere o "caput" deste artigo deverão ocorrer até a data de 15 de julho de 2013.

Art. 3º Poderão participar da 3ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, bem como do seu processo preparatório, as instituições, o movimento negro organizado, o movimento de mulheres negras e demais movimentos sociais, os representantes de órgãos do governo, o funcionalismo público municipal em geral, todas as cidadãs e cidadãos que vivem e trabalham na Cidade de São Paulo e demais segmentos da sociedade civil interessados.

Art. 4º O Regimento Interno da 3ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial será objeto de portaria do Secretário Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Art. 5º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 17 de junho de 2013, 460º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

JOSÉ DE PAULA NETO, Secretário Municipal de Promoção da Igualdade Racial

ANTONIO DONATO MADORMO, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 17 de junho de 2013.

ANEXO XI – RESOLUÇÕES DA I COMPIR

MARCOS DO MOVIMENTO NEGRO

Alguns Marcos da luta negra em São Paulo – O Maior Município Negro do Brasil com 3 milhões de negros que representam 30,2% da população:

‘’Em 1916, ocorre a criação do Centro Cívico Palmares;

‘’Em 1931, foi criada a Frente negra Brasileira;

‘’Em 1945, ex militantes da Frente Negra Brasileira, fundam a Associação do Negro Brasileiro;

‘’Em 1975, o Movimento Articula apoio às lutas de libertação nacional travadas no continente africano e surgem varias entidades de combate ao racismo como centro de cultura, federação das entidades afro-brasileiras do estado de São Paulo, Associações e grupos teatrais;

1978 – Nos meses que precederam esta data ocorreram manifestações de revolta pelo assassinato de Robson S Luiz e pela discriminação sofrida por quatro jovens atletas negros do Clube de Regatas do Tietê. Nos rastros deste incidente é que surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU), em 7 de julho daquele ano, que, em sua Assembléia Nacional, no Rio de Janeiro, fora aprovado da Consciência Negra em homenagem à memória do herói negro ZUMBI DOS PALMARES, mantendo o 13 de maio enquanto referência a negros e brancos que lutaram em favor da Abolição da Escravidão;

Em 1984 apareceu, entre nós, o primeiro órgão, dentro do aparelho do Estado para cuidar das questões relacionadas com o racismo e a discriminação racial que ficou conhecido por Conselho de Participação e desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, fato este que se transformou num novo marco na historia de lutas e de conquistas dos afro-descendentes inclusive, do Brasil;

‘’Posteriormente outros órgãos foram criados na cidade de São Paulo, dentre eles a CONE (Coordenadoria de Assuntos da População Negra) em 1992 com a função de formular, coordenar, acompanhar, sugerir e implementar políticas públicas não governamentais, suprir as necessidades específicas da população negra, visando acabar com a desigualdade racial no município;
‘’Também se destaca a implementação do quesito cor pelo grupo de profissionais da área da saúde da mulher, no sistema de informação da secretaria municipal de saúde, por meio da portaria 696/90;

APRESENTAÇÃO

A **Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)** conjunto com **Conselhos Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)** convocou os municípios a realizarem suas Conferências preparatórias para a Conferência Nacional. Com este compromisso, a **Coordenadoria de Assuntos da População Negra – CONE** da Prefeitura de São Paulo realizou a I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial que ocorreu no dia 31 de julho de 2004. Naquela ocasião reuniu negros, índios, judeus, ciganos entre outros, com o intuito de construir um Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, propondo um diálogo franco no que tange à igualdade social, econômica e cultural dos povos, na media em o racismo é um entrave para a consolidação da democracia. Neste sentido, a Conferência veio com o compromisso de promover a interlocução direta da sociedade civil com o Estado, bem como fortalecer a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Esta Conferência foi o início, de algo que tem e precisa ter continuidade, como a implementação de políticas publicas e a aprovação do estatuto da igualdade racial.

A II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial será em 2009, para dar continuidade a este diálogo democrático. Assim, divulgamos nesta publicação o resultado da I Conferência da Promoção da Igualdade Racial de 2004, para a partir dela avançarmos na discussão de 2009.

Maria Aparecida de Laia
Coordenadora

DISCUSSOES TEMÁTICAS

SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Houve um consenso no grupo de que sejam acrescidas ao relatório final as resoluções aprovadas na Conferência Municipal da Saúde da População Negra e as resoluções aprovadas sobre a saúde da mulher negra na II Conferência Municipal de Mulheres realizada no Palácio das Convenções do Anhembi.

PROPOSTAS:

a) Como a Prefeitura não implementou a formação na área de relações de gênero e etnia para os gestores públicos, se faz necessária uma referência bibliográfica nesta área dentro do concurso publico;

b) Fazer concursos públicos regionalizados;

c) Aumentar as verbas destinadas à saúde, ampliando o número de unidades básicas com especialidades nos bairros mais carentes da cidade com ampliação do programa Médico de Família e do atendimento na anemia falciforme, com mapeamento de casos existentes e acompanhamento genético;

d) Ampliação das políticas públicas de saúde nas questões de gênero, principalmente no que se refere ao aborto, gravidez na adolescência, saúde mental e saúde integral da mulher e também nos outros segmentos vulneráveis da sociedade: idosos, portadores de necessidades especiais, GLBTTT, índios e juventude;

e) Estimular a pesquisa na área acadêmica, tecnológica, estatística sobre a anemia falciforme e saúde da população negra, para que auxiliem na formação e capacitação dos profissionais de saúde;

f) Reconhecimento dos terreiros religiosos como espaço multiplicador e disseminador de informações na área da saúde, principalmente na prevenção de doenças;

g) Criar, através de projeto de lei, o Dia Nacional da Anemia Falciforme;

h) Investir em medicina preventiva;

i) Criar campanhas regulares de sensibilização e informação através de outdoors, programas de radio, TV e jornais sobre a anemia falciforme e outras doenças mais recorrentes na população negra;

j) Sistematizar dados para estabelecer metas e diretrizes para a criação de um Centro de Referência da Saúde da População negra;

k) Ampliação do centro de referência do trabalhador em empresas para facilitar o trâmite do trabalhados.

A RELIGIAO CONTRIBUINDO PARA

A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

O grupo composto por 33 pessoas de diversas religiões. Reconhecendo que os terreiros de religiões de matrizes africanas são territórios negros e que vem sofrendo uma grande campanha de desconstrução dos seus ideais de solidariedade e humanidade, propôs:

a) Promover campanha de solidariedade às religiões de matrizes africanas com a participação dos diversos setores religiosos, ajudando a desconstruir o caráter demoníaco que tem sido atribuído;

b) Construção de um espaço de memória para as religiões de matrizes africanas, para que o espaço de terreiro seja reconhecido como espaços de cultura e educação;

c) Transformação da CONE – **Coordenação dos Assuntos da População Negra – CONE** em **Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.**

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA

PROPOSTAS:

a) Reconhecimento da função de produtor e produtora cultural de jovens do movimento Hip Hop, com salário compatível à responsabilidade dos que trabalham em centros culturais, escolas e CEUs;

b) Criar exposições itinerantes sobre o samba na cidade de São Paulo com palestras, mostras de vídeo, literatura e artes plásticas em locais públicos culturais e educacionais da cidade. Resgate da história do samba com a participação da Velha Guarda e Embaixada do Samba no processo de preservação da memória do principio da ancestralidade;

c) Abertura de Escolas de Samba durante o ano com atividades de oficinas culturais subsidiadas pelos setores públicos e privados, transformando as Escolas de Samba em verdadeiros Centros Culturais, com sistema de fiscalização dos recursos

aplicados e com gestores para a interlocução das comunidades com o governo, potencializando o samba enquanto cultura;

d) Estimula a criação de cooperativas de geração de renda com participação das comunidades;

e) Ampliação do Programa Fome Zero nas Escolas de Samba, através da instalação de cozinhas industrias, com distribuição de refeições (café da manha, almoço e jantar) para comunidades carentes e cursos de reaproveitamento de alimentos com ênfase nos direitos humanos, no que se refere à cultura negra, cidadania, gênero e etnia;

f) Incluir nas bibliotecas e equipamentos da prefeitura, livros de contos, poemas, ensaios artigos e romances de escritores negros contemporâneos e antigos;

g) Ampliar a oferta de centros esportivos em substituição aos campos de várzeas e estimular a inclusão das mulheres nos programas esportivos e de lazer;

h) Garantir a presença de sambistas, com representação autentica, na esfera de decisão da gestão do carnaval;

i) Garantir um local digno nos desfiles carnavalescos realizados no sambódromo para abrigar os componentes da Velha Guarda das Escolas de Samba;

j) Promover Desfiles das grandes escolas de samba nos bairros, inclusive o de origem da Escola, visando contemplar um público diferenciado;

k) Promover debates sobre as resoluções da Conferência Municipal de Cultura nos locais onde foram realizadas as pré-conferências (CEUs);

l) Estimular a produção de imagens e textos de negros e negras sob uma nova e natural estética de inclusão social, divulgando em espaços públicos, quebrando os padrões estereotipados, preconceituosos, tradicionais e históricos;

m) Criar ouvidoria na Coordenadoria **dos Assuntos da População Negra – CONE** sobre aplicação de políticas publica de promoção da igualdade, com observância do

principio da transversalidade, contemplando o corte racial, seja no campo dos direitos humanos, religiosidade, saúde, educação, cultura e trabalho, implantando o atendimento, formação e orientação jurídica descentralizadas nas subprefeituras;

n) Estimular a reflexão sobre a cultura americana do Hip Hop para desenvolver um espírito crítico na aproximação com a nossa realidade cultural;

o) Revitalizar a relação dos equipamentos institucionais da cultura com os seus reais produtores (comunidades), identificando e mapeando as tendências culturais regionais, evitando que o movimento cultural seja apenas extensão do pensamento do governo;

p) Inserir nos currículos escolares de todos os níveis, estudos sobre ancestralidade e história africana e da história afro-brasileira, transcendendo as questões religiosas refletindo sobre o pensamento do conceito de Identidade Negra, sem confundir com a Identidade Brasileira e reforçar a educação e identidade cultural com o olhar negro para a visibilidade social em atenção a Lei nº 10.639/03;

q) Reconhecer o segmento de negros e negras gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no Movimento Negro e realizar seminários através da Secretaria de Cultura com a temática: ‘’GLBTTT também são negros e negras’’. Realizar manifestações culturais através de biografias, dissertações, apresentações teatrais e exposições de arte, dando visibilidade ao tema;

r) Revitalização das Ruas de Lazer e Feiras Culturais com inclusão de artesanato, música, dança, poesia e comidas típicas de origem afro-brasileira;

s) Criação de incentivos para a produção literária, cinematográfica, teatral e das linguagens artísticas em geral, potencializando obras de autores afro-descendentes, criando oportunidades para publicação e divulgando de suas obras.

EDUCAÇÃO DO NEGRO: AVANÇOS E DESAFIOS

PROPOSTAS:

a) Cumprimento da Lei de Diretrizes e bases (LDB) no disposto da Lei Federal 10.693/03, que torna obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos estabelecimentos de educação infantil, fundamental, médio e universitário, público e privado, observando as diretrizes do Conselho Federal de Educação, aprovado em março de 2004;

b) Aumento da verba de 3% para 7% do PIB, vinculada à verba da educação;

c) Que a Bibliografia Afro-brasileira (elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e a **Coordenadoria dos Assuntos da População Negra – CONE**) seja ampliada em nível nacional, pelo governo federal (MEC) e estadual em cumprimento a Lei Federal 10.639/03;

d) Sensibilização e formação dos especialistas, professores e funcionários da educação nas questões de orientação sexual (GLBT), dando continuidade às ações praticadas pelo governo municipal;

e) Formação e capacitação específica para os membros do conselho tutelar, visando à implementação da Lei Federal 10.396/03;

f) Que a História da África seja implantada como disciplina obrigatória na grade curricular nos cursos de História das universidades, como são a História da América, História do Brasil, História da Grécia/ Roma, Moderna, Contemporânea, etc.;

g) Aplicar o princípio da transversalidade da Lei Federal 10.639/03 nas outras disciplinas;

h) Ampliação de vagas para negros na educação infantil de zero a seis anos;

i) Incentivo e ampliação da pesquisa e produção acadêmica na área das questões da população negra;

j) Garantir a continuidade da formação universitária de professores da rede municipal de ensino, contemplando os professores negros;

k) Implementação de cotas para estagiários nas empresas públicas e ou terceirizadas, nas empresas envolvidas no Programa 1º Emprego;

l) Garantir a continuidade da discussão das questões de gênero nas escolas.

ANEXO I

TEXTO DE MOÇÃO APRESENTADA POR INÁCIO TEIXEIRA NETO, NA PRIMEIRA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, REALIZADA EM SÃO PAULO E APROVADA EM PLENÁRIO A 31 DE JULHO DE 2004.

a) DA PROPOSTA DE MOÇÃO

Os conferencistas presentes, representando a população negra paulistana, reunidos em sessão plenária realizada no Hotel São Rafael, em São Paulo, a 31 de julho de 2004, face à proposta sustentada em intervenção do conferencista Inácio Teixeira Neto, advogado e militante do Movimento Negro, resolvem aprovar, por unanimidade, moção à Conferência Estadual Preparatória da I Conferência Nacional de Políticas de promoção da Igualdade Racial, para que seja colocado em pauta, no âmbito estadual e, posteriormente, nos trabalhos a serem desenvolvidos em Brasília de 11 a 13 de maio de 2005, em espaço especifico á ser reservado de painel, tendo por tema as históricas reivindicações do Movimento Negro no que se refere ao acesso aos postos de trabalhos, consideradas as discussões hoje pautadas no Congresso Nacional por conta das reformas sindicais, trabalhistas e judiciais, bem como da luta pela aprovação do estudo da igualdade racial. Implica a proposta o desenvolvimento de iniciativas que, pertinentes, venham atingir lideranças do movimento social e sindical, parlamentares, professores, profissionais liberais, magistrados e demais setores das carreiras jurídicas que, como tais, estejam ligados à promoção e distribuição da justiça, à

aplicação dos direitos sociais, a implantação de políticas e ações afirmativas de promoção da igualdade racial (Anexo I).

b) A JUSTIFICATIVA PARA A MOÇÃO, OS DIREITOS FUNDAMENTAIS, AS CONQUISTAS SOCIAIS E OS AFRODESCENDENTES.

Em consonância às definições contidas nos artigos 6º, 7º, 8º e seguintes, do Capitulo II, Titulo II, da Constituição Federal, deverá o resgate dos direitos sociais fazer incursão aos tratados internacionais, aos preceitos constitucionais e infraconstitucionais pertinentes, bem como o levantamento dos precedentes jurisprudenciais relacionados com os invocados avanços conquistados no curso do século XX, guardando especial atenção para com as questões do mundo do trabalho que, juntamente com a educação, sempre primaram como os pontos centrais apontados pelo movimento social como responsáveis pela centenária marginalização do povo negro, desde a colonização e ultrapassando o marco formal da cidadania acenado com o advento da abolição.

A questão dos direitos sociais insista-se, sempre guardada a sua direita relação com as lutas e históricas reivindicações do Movimento Negro, pelo acesso à educação e aos postos de trabalho com as garantias constitucionais para a sua concreta efetivação, resta de flagrante atualidade, conforme demonstrado no curso da sustentação oferecido pelo formulador da presente moção na sessão plenária de encerramento da I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, sobretudo se considerado que irrealizada, ainda nos dias atuais, a postulada integração do negro na sociedade capitalista implantada no período imediatamente posterior à extinção do trabalho servil.

E o que é mais grave: posta a não conclusão da tarefa inclusiva do negro na realidade social moderna, vez que estatisticamente incontroversa a sua posição de maioria esmagadora nos segmentos excluídos da sociedade brasileira, como fica o resgate dessa histórica dívida social, vez que hoje se tentar pautar, exatamente, a discussão sobre o fim do trabalho assalariado e do estado de bem estar social? Cometer-se-ia aqui o paradoxo de se proclamar o fim do Estado de Bem-estar Social para um segmento que jamais

experimentou dos seus benefícios. A intangibilidade dos direitos sociais enquanto direitos fundamentais inalienáveis ao ser humano, fica posta de forma contundente; diante da questão levantada, deve representar contribuição inadiável ás questões contemporaneamente relacionadas com o mundo do trabalho. Sem dúvida, a proposta a ser formulada terá por preocupação considerações que envolvam a permanência, ou não, do emprego como a relação de trabalho básica na sociedade brasileira contemporânea. A afirmação, ou não, do que popularmente se convencionou denominar “trabalho de carteira assinada”, implicando como corolário da resposta encontrada, o aprofundamento das análises sobre o que se tem colocado como alternativa à tradicional forma de emprego: o cooperativismo, as sociedades em parceria, o trabalho social junto ao denominado terceiro setor, enfim, das várias possibilidades pretensamente viáveis. Seriam as referidas alternativas soluções, ou apenas paliativos à preocupante realidade de desemprego De fundamental importância responder-se, ainda, se a crescente diminuição dos postos de trabalho subordinado seria ou não estrutural?

(TRECHO EXTRAÍDO DE JUSTIFICATIVA PARA MOÇÃO IGUALMENTE APRESENTADA PELO ORA PROPOSITOR NO XXIII CONGRESSO ESTADUAL DOS ADVOGADOS TRABALHISTAS DE SÃO PAULO, REALIZADO NA CIDADE DE CABREÚVA NOS DIA 21 A 23 DE OUTUBRO DE 2004, E QUE SERVIU DE PLANO / PROGRAMA DE TRABALHO PARA O CURSO DE MESTRADO NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO).

ORGANIZAÇÕES DE COMBATE AO RACISMO EM SÃO PAULO

ABC Sem Racismo – http://www.afropress.com

Afrobrás – *http://www.afrobras.com.br*

Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs)- http://www.acessa.com/direitoshumanos/arquivo/colabore/2006/04/04-pastoral/

Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiro do Estado de São Paulo (CEABRA) – *http://www.ceabra.com.br*

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) – *http://www.ceert.org.br/principal.php*

Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB) – E-mail: cnbnacional@gmail.com

Conad – *http://www.conad.adm.br/index.php*

Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra – (CNDCN) – http://www.conselhos.sp.gov.br/comunidadenegra

Educafro- http://www.educafro.org.br

Organização de Mulheres Negras (FALAPRETA)- *http://www.portalafro.com.br/entidades/falapreta.htm*

Instituto de Mulheres Negras (GELEDES)- http://geledes.org.br/

Instituto do Negro Padre Batista- http://www.portalafro.com.br/entidades/insnegropdbatista.htm

Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial (INSPIR)- *http://www.prtalafro.com.br/entidades/inspir.htm*

Portal Afro- *http://www.portalafro.com.br*

Quilombhoje- *http:/www.quilombhoje.com.br*

S.O.S Racismo- *http://sosracismo.blogspot.com*

SOWETO- *http://www.soweto.com.br*

UNEGRO- *http://www.unegro.org.br*

ANEXO XII – RESOLUÇÃO DA II COMPIR

Participação é o caminho da democracia

A Participação popular, apontando caminhos e definido políticas públicas é algo inerente á democracia e configura seu estágio superior, quando a população é chamada para, sem a medição de interlocutores, fazer-se representar.

Participar das decisões públicas é um direito que não pode ser limitado a créditos de gênero, idade, cor, credo ou condição social. É universal e deve ser garantido nas decisões que norteiam a definição de verbas e de políticas públicas.

Isso cria laços que são indissolúveis, pois cada um torna-se parceiro da ação.

O poder público não pode ter a pretensão de tudo saber. Mas tem a obrigação de saber ouvir.

E são das discussões setoriais, onde os diversos atores sobem ao palco, para colocar seus problemas e prioridades, que podem nascer as soluções que se fazem necessárias para que façamos de São Paulo uma cidade mais humana, mais inclusive e que respeita as diferenças.

A edição das resoluções da Segunda Conferência Municipal da Igualdade Racial, separadas por eixo de trabalho, chega quando a cidade de São Paulo começa a construir o seu Plano de Igualdade Racial.

A proposta de construção de Plano encontra eco nas discussões internacionais de inclusão racial e que têm como pano de fundo, o respeito pelas diferenças e o combate ao racismo e outras formas de discriminação.

Capitaneado pela nossa Secretaria, o Plano será escrito por muitas mãos provenientes da sociedade civil e de membros das diversas secretarias que formam a gestão pública municipal.

Desta forma faremos uma cidade verdadeiramente inclusiva, que respeita e acolhe as diferenças e necessidades especiais.

Ricardo Montoro
Secretário de Participação e Parceria

Apresentação

A Secretaria Municipal de Participação e Parceria – SMPP através da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra – CONE no intuito de realizar sua missão, vem trabalhando para construir a política de igualdade racial em nosso município, A II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial fez parte desse desafio, cuja construção participativa envolveu mais de 600 participantes de governo e da sociedade civil.

A II Conferência reafirmou os princípios dessa Coordenadoria:

Igualdade, Respeito à Diversidade, Equidade, Justiça Social, Laicidade do Estado, e a Participação principalmente dos segmentos excluídos precariamente.

A II Conferência de Promoção da Igualdade Racial propiciou a legitimação das propostas que foram aprovadas em plenárias anteriores como novas propostas discutidas nos eixos temáticos.

Essa ação requereu, além de muito esforço, um avanço pactuado na transversalidade das diferentes áreas governamentais e no diálogo com a sociedade civil, para a construção do Plano Municipal da Promoção da Igualdade Racial

Assim sendo, a publicação dessa resolução reafirma o nosso compromisso em entregar os resultados da II Conferência, que servirá como um instrumento para a construção do nosso Plano Municipal da Promoção da Igualdade Racial.

Em anexo estamos colocando o Edital que institui o Grupo de Elaboração para a Implementação do Plano Municipal da Promoção da Igualdade Racial.

Maria Aparecida de Laia
Coordenadora Geral
SMPP-CONE

A II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial que teve como tema central: “Avanços, Desafios e Perspectivas para a Construção de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico Racial no Município de São Paulo”, sendo organizada conforme o artigo 3º, a com os seguintes eixos temáticos:

I. Educação, Cultura, Lazer e Esporte.
II. Saúde
III. Trabalho e Renda
IV. Moradia e Terra
V. Segurança e Acesso à Justiça

Os eixos temáticos seguiram a transversalidade em relação a Gênero e Identidade de Gênero, Direitos Humanos e Deficiência. Gerações e Juventudes, Religiosidade e Educação.

O Relatório está dividido em duas partes: a primeira parte contém as 10 propostas a serem encaminhadas para a Conferência Estadual de Promoção de Igualdade Racial e a segunda parte contribuirá com a Construção do Plano Municipal da Promoção da Igualdade Racial.

Comissão de Relatoria:

Anair Aparecida Novaes;

Chindalena Ferreira Barbosa

Cinthya Andrade de Paiva Gonçalves

Edson Arruda

Lia Lopes

Maria Lúcia da Silveira

Samoury Mugabe

Sandra Mariano

Willians Henrique

Wilson de Souza Ribeiro Júnior

EIXO 1 – EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E ESPORTE

10 PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO PARA II COMPIR PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

1.1 – Garantir a destinação e aplicação efetiva da dotação orçamentária específica da Secretarias Municipal e Estadual de Educação para implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, destinados à formação continuada para os profissionais da educação, tais recursos deverão se oriundos do Plano Diretor e do FUNDEB, cumprindo a LDBEN.

1.2 – Aprovação do Projeto de Lei 73/79 para acesso às Universidades e Escolas Técnicas públicas.

1.3 – Aprovação imediata e fomento do debate do Estatuto da Igualdade Racial no Estado e na cidade de São Paulo.

1.4 – Criação de Órgãos e comissões técnicas específicas de relações étnicos raciais nas Secretarias de Educação e Cultura, Lazer e Esporte.

1.5 – Criação da Secretaria Municipal d Promoção da Igualdade Racial/SEMPPIR-SP com dotação de orçamento próprio e corpo técnico especializado.

1.6 – Criação da Coordenadoria Municipal de Assuntos da População Indígena na cidade de São Paulo.

1.7 – Garantir e viabilizar a produção e disseminação de materiais didáticos e pedagógicos, respeitando às especificidades dos Povos Ciganos.

1.8 – Valorização e garantia pelo Poder Público municipal da população negra paulista para que essas possam dirigir-se com autonomia às suas ações culturais como irmandades negras, terreiros, quilombos e manifestações da cultura popular como as escolas de samba e Hip Hop.

1.9 – Garantir a inclusão em nível regional e municipal dos ensinamentos da História das Matrizes Africanas e da língua Yoruba nos Centros Afro-brasileiros, com criação de oficinas específicas que tratem da cultura destas religiões (teatro, música, canto e indumentárias).

1.10 – O Museu da Diversidade seria criado sob o regime jurídico de uma organização não – governamental de interesse social, com parceria público/privado. Com um modelo de atendimento mediante convênio com Organização não-governamental/ONG, a exemplo da Maya Center, UK. Sugerir a delegacia do bairro do Bom Retiro ou Liberdade.

EIXO 2 – SAÚDE

10 PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO PARA II COMPIR PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

2.1 – Investir na realização da II Conferência Municipal de Saúde da População Negra convocada pelo Conselho Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Coordenadoria de Assuntos da População Negra e reafirmar as resoluções das Conferências de 2003 e 2006.

2.2 – Ampliar nos Hospitais Municipais a criação de Centro de Excelência da Saúde da População Negra, com maior atenção à saúde da mulher negra, com planejamento, manutenção de recursos, estrutura física, equipamentos, laboratórios de análises e profissionais capacitados.

2.3 – Capacitação permanente e contínua do profissional de Saúde e médico nas diferentes especialidades, incluindo os demais profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde/SUS, inclusive o setor privado/parcerias, convênios, organizações sociais, autarquias, para atendimento da população negra em seus agravos. Com maior atenção das doenças: anemia falciforme, hipertensão arterial, diabetes, câncer de mama, mioma uterino, doenças psiquiátricas, alcoolismo e drogatização, garantindo o acompanhamento longitudial.

2.4 – Capacitação envolvendo as Entidades do Movimento Negro, Casa de Santo (terreiros), Escolas de Samba e Associações de bairros para levarem informações e prevenção dos agravos da população negra.

2.5 – Fomentar o campo de pesquisa sobre saúde da população negra no Sistema Único de Saúde/SUS na cidade de São Paulo, assim como também nas Universidades. Garantindo recurso financeiro através do Plano Plurianual/PPA e de instalações para o seu exercício.

2.6 – Capacitação e sensibilização dos profissionais de saúde para atendimento à população de matrizes africana, ciganas, indígenas, imigrantes e pessoa com deficiência. Comprometimento do Poder Público municipal: Secretarias e órgãos de governo para implantação e efetivação desse sistema, em especial aos deficientes auditivos.

2.7 – Exigir a obrigatoriedade de aplicação do Programa de Prevenção de Gravidez na Adolescência pelas Organizações Social parceiros do SUS.

2.8 – Implantação da 3º fase da Triagem Neonatal na cidade de São Paulo.
2.9 – Investimento na formação de profissionais de saúde e gestores em todos os níveis, desde o acolhimento até os procedimentos, com atenção às especificidades das Religiões de Matrizes Africanas.

2.10 – Criação de um Hospital de atendimento ao Homem, com maior atenção aos agravos do homem negro.

EIXO 3 – TRABALHO E RENDA

09 PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO PARA II COMPIR PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3.1 – Formação de Comitê Técnico para monitorar as ações implementadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

3.2 – Transformar a Coordenadoria dos Assuntos da População Negra/CONE em Secretaria Municipal de promoção da Igualdade Racial da Cidade de São Paulo/SMPPIR/SP.

3.3 – Implementação da Lei 13.791 de 13 de fevereiro de 2004 que cria o Programa Municipal de Combate ao Racismo e as ações afirmativas para afro-descendentes da Prefeitura Municipal de São Paulo e dá outras providências.

3.4 – Investimento na Educação Profissional, ampliando e criando novas escolas técnicas com a intervenção do Poder Público Municipal para geração de novos postos de trabalho, buscando a implementação da redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

3.5 – Combater o racismo institucional, que acontece em vários órgãos públicos municipais.

3.6 – Abertura de linha de créditos especiais para empreendedores ligados aos grupos historicamente discriminados.

3.7 – Implementação da Lei 13.791 de 13 de fevereiro de 2004 que cria o Programa Municipal de Combate ao Racismo e o de ações afirmativas para afro-descendentes na Prefeitura Municipal de São Paulo e dá outras providências.

3.8 – Criação de cursos de Capacitação da Prefeitura Municipal de São Paulo que garanta o encaminhamento para o primeiro emprego e acesso às novas tecnologias da informação, capacitando e educando, em especial a juventude negra para o trabalho em condições dignas e reestruturar e disponibilizar os telecentros à população.

3.9 – Criação de Centro de Ensino Profissional que leva em conta a abordagem da discriminação racial e de gênero como fator diferenciado nas relações de trabalho com a participação das Entidades Negras.

3.10 – Transformar a Coordenadoria dos Assuntos da População Negra/CONE em Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo/SMPPIR/SP.

3.11 – Criar mecanismo para combater o trabalho escravo e semi-escravo de imigrantes

3.12 – Reconhecer, aproveitar a capacidade e conhecimento acumulados dos servidores públicos municipais como reconhecimento em suas atividades afins.

EIXO 4 – TERRA E MORADIA

10 PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO PARA II COMPIR PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

4.1 – Construção de cidades sustentáveis: moradia digna, saneamento ambiental (a universalidade da drenagem pluvial, esgotamento sanitário abastecimento de água e manejo de resíduos sólidos urbanos) com planejamento e gestão democrática, inclusive com a integração da política de habitação, com a política de desenvolvimento urbano, garantindo o acesso à água, saneamento ambiental, mobilidade e tarifas sociais de água e energia elétrica.

4.2 – Disponibilizar e garantir terras demarcadas no interior e/ou grande São Paulo para moradias de populações indígenas de São Paulo que vivem em locais de muita pobreza. Essa proposta possibilitaria a junção de indígenas de mesma etnia em um só local, ajudando a manutenção de sua cultura (cultivo de plantas medicinais, alimentos, rituais, preservação da natureza, educação diferenciada etc.).

4.3 – Mapeamento e reconhecimento dos Territórios Remanescentes de Quilombos da cidade de São Paulo e região metropolitana aplicando o Decreto 4887/03.

4.4 – Regularização das moradias irregulares nos bairros, para melhorar as condições de vida implantando infra-estrutura urbana, promovendo a cidadania e auto-estima da população, com a garantia de segurança na posse e propriedade.

4.5 – Construir moradias populares pela Prefeitura de São Paulo para as famílias que estão nas áreas de risco, nas favelas e acampamntos na cidade de São Paulo.

4.6 – Estimular e apoiar as municipalidades das quais se identifica a presença de comunidades ciganas, visando ao estabelecimento de áreas de acampamento dotadas de infra-estrutura e condições necessárias.

4.7 – Construir moradias na cidades de São Paulo, especialmente nas Zonas Leste, Sul e Norte, com metas definidas pelos Movimentos de Moradia em parcerias com as três esferas de Governo até 2012, utilizando os mecanismos da Lei Assistência Técnica Gratuita, sob o sistema de mutirões com autogestão, e outros programas para família de baixa renda até 3 (três) Salários Mínimos mesmo com nome restrito no Serviço de Proteção ao Crédito-SERASA.

4.8 – Garantir o controle social dos recursos destinados à habitação na cidade de São Paulo, incluindo os recursos e financiamentos de fontes externas como o Programa de Aceleração Comunitário/PAC.

4.9 – Garantir que nos empreendidos habitacionais, as unidades residenciais destinadas às pessoas com deficiência e idosos sejam construídos obedecendo às normas ABNT de acessibilidade;

4.10 – Promover uma política pública de habitação transparente e continuada para pessoas em condição de rua, com especial atenção as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;

EIXO 5 – SEGURANÇA E ACESSO À JUSTIÇA

10 PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO PARA II COMPIR PROPOSTAS PRIORITÁRIAS (EM NEGRITO)

5.1– Criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial/SMPPIR-SP, com orçamento, estrutura física, equipe técnica que possibilite a garantia da implementação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial na cidade de São Paulo.

5.2 – Que esta II COMPIR/SP garantia aplicabilidade das propostas sobre o tema de Segurança Pública contida no relatório do Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE).

5.3 – Realizar campanhas de divulgação (com ênfase na mídia televisiva), na conscientização e combate às práticas de racismo, intolerância e discriminação étnico-racial e de gênero.

5.4 – Criar campanhas periódicas de combate ao extermínio da juventude negra na cidade de São Paulo, realizando debates, palestras, informações, capacitação entre outras atividades.

5.5 – O reconhecimento dos Terreiros como “Espaços Sagrados – Templos” pela municipalidade, em – baseado na Constituição Federal;

5.6 – Criação de um Comitê de Monitoramento/Avaliação, com a finalidade de controle social e fiscalização dos serviços públicos prestados aos cidadãos nos assuntos atinentes à criança, adolescente, étnico racial e religioso, com a participação da sociedade civil.

5.7 – Criação de Conselho Interreligioso com intuito de promover políticas públicas direcionadas a todas as religiões realizando Encontros, Fóruns, Seminários e Congressos na cidade de São Paulo, com materiais de divulgação a serem distribuídos nas Escolas, Secretarias e demais órgãos de governo composto pelo Poder Público e por representantes dos segmentos religiosos da cidade de São Paulo.

5.8 – Instalação de Centro de Referência em Cultura de paz.

5.9 – Criação de uma Rede de Proteção para as crianças e adolescentes (atendimentos psicológicos, jurídicos, serviços sociais etc.), estabelecendo parcerias com Entidades/ONG’s voltada para esta temática.

5.10 – Propor parceria do governo municipal com o governo do estado de São Paulo para capacitar todos os servidores públicos para informação e orientação sobre a questão étnico-racial.

PROPOSTAS PARA A COMPOSIÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL

EIXO 1 – Educação, Cultura, Lazer e Esporte

1.1.1 – Ações que possam propiciar o resgate de uma das mais importantes produções culturais de raízes negras:

a) Política de apoio para o desenvolvimento de atividades sócio-educativas, tais como: alfabetização de adultos combate à drogas,desarmamento e medicina preventiva.
b) Oficinas profissionalizantes com cursos inerentes à produção de desfile de samba: marcenaria, serralheria, corte e costura bordados/adereços, música e artes plásticas em geral.
c) Atividades e difusão das manifestações da cultura negra, rede de ensino.
d) Reconhecimento do samba como instrumento de resistência cultural, nos diversos segmentos envolvidos na afirmação da negritude, (políticos, intelectuais, movimentos artísticos, movimentos sociais).

1.1.2 – O Acesso à Educação não está garantido, muitas escolas não aceitam crianças estrangeiras por falta de informação. Propostas:

1.1.3 – Informação Oficial do Município a todas as Escolas que os filhos de Imigrantes têm o direito à Educação quer sejam documentados ou não.

1.1.4 – CAPACITAÇÃO: Em locais de educação formal e informal em diversidade cultural, respeito e valorização às diferentes manifestações culturais.

1.1.5 – INCLUSAO: da história da migração recente nos programas de educação do Município e do Estado de São Paulo, com ênfase na cultura dos imigrantes que moram nessa região.

1.1.6 – INTEGRAÇÃO: Programas de Educação Inclusiva visando à integração cultural entre brasileiros e imigrantes hispano-latinos:

a) Dedicados a professores e agentes de saúde;
b) Mães e alunos;
c) Assistência as crianças imigrantes com problemas de aprendizagem, ocasionados principalmente por dificuldades com o idioma português, e baixa auto-estima.

1.1.7 – CAPACITAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE, das comunidades de imigrantes nos locais de concentração de imigrantes para garantirmos seu aceso e o respeito dos costumes e hábitos, assim como a introdução de programas estabelecidos pelo Município para sua população originária.

1.1.8 – PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO, dedicado ao pessoal da saúde, sobre as necessidades deste segmento social. Programas elaborados por membros da comunidade de imigrantes em parceria com as UBS.

1.1.9 – EDUCAÇÃO Para o respeito e valorização das diferentes culturas e povos.

a) Valor da imigração e dos imigrantes;
b) Forma de evitar a discriminação produto do prejuízo;

c) Forma de diminuir o bulling, nas crianças imigrantes nas escolas;
d) Programas dedicados às mães, crianças e adultos para abordar a sensação de medo físico e psicológico que está presente no seu presente no seu dia-a-dia, pelo fato de serem de etnias originária, negros e/o mulheres.

1.1.10 – Implantação e implementação da Lei 10.639/03 e suas alterações na rede pública de ensino municipal, bem como gerar políticas de governo que garantam ensino público de qualidade com a valorização do profissional da educação.

1.1.11 – Implantação no Município de São Paulo do Programa Brasil Alfabetizado do Governo Federal com o objetivo de erradicar i analfabetismo em nossa cidade.

1.1.12 – Garantir o acesso gratuito dos jovens filhos de trabalhadores aos cursos nas escolas de qualificação profissional do sistema “S”, que é sustentado pelo desconto compulsório de 2,5% da folha de pagamento dos trabalhadores.

1.1.13 – Pela ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Alfabetizado, com o objetivo de erradicar o analfabetismo.

1.1.14 – Todas as necessidades (ações) passam por formas comunicativas entre os órgãos públicos e à população, seja por mídia escrita ou falada. Também se considerou a necessidade de criar espaços nas mídias, para questões voltadas para a periferia e suas culturas.

1.1.15 – Garantir a inclusão do Povo Cigano a toda e qualquer campanha de saúde, educação, solidariedade, fraternidade e respeito às diversidades.

1.1.16 – Promover e proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais dos ciganos.

1.1.17 - Realizar campanha de combate e prevenção à discriminação e preconceito em relação ao Povo Cigano.

1.1.18 - Direito de Ir e Vir é um direito garantido na Constituição Federal, só que na prática isso não acontece, a pessoa com deficiência quer trabalhar, freqüentar escola, ir para seu tratamento (fisioterapia etc.) de modo autônomo, sem o transporte acessível adequado para pessoas com deficiência (ônibus, metrô, ferrovia) fica isolado dentro de casa, amargando um isolamento social aviltante, tornando-se um peso morto para a família.

1.1.19 – Rádios comunitários e educativa, TV digital afro brasileira e aparelhos para estúdios de gravação, filmagens para CDs e maquiagem, musica, rádios e TVs.

1.1.20 – Formação de um Comitê técnico com participação da sociedade civil, secretarias e órgãos de governo municipal para monitoramento da implementação das resoluções da II COMPIR e para a elaboração do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo;

1.1.21 – Criação de Conselho Municipal das Religiões de Matrizes Africanas ou de Religiosidade com intuito de promover Políticas Públicas direcionadas às Religiões de

Matrizes Africanas com Encontros, Fóruns, Seminários e Congressos no nível do Município de São Paulo, com materiais de divulgação a serem distribuídos nas Escolas, Secretarias e Coordenadorias.

1.1.22 – Criação de Conselho Regional que atinja os Pólos Culturais.

1.1.23 – Garantir que nas Comunidades de Terreiro, trabalhem com Cursos Profissionalizantes e com professores sendo remunerados.

1.1.24 – Garantir que Eventos Culturais que tenha Praça de Alimentação que as Baianas do Acarajé tenham seu espaço reservado.

1.1.25 – Que os temas nas Escolas de Samba com intuito religioso seja garantido a presença de Sacerdotes e Sacerdotisas imbuídos nos temas.

1.1.26 – Rádio em espanhol com informações sobre direitos e deveres dos imigrantes, políticas publicas, projeto e programas que os favoreçam.

1.1.27 – Programas de divulgação massiva sobre direitos humanos, legislação existente e atividades que promovam a união e integração entre comunidades de imigrantes e a sociedade local.

1.1.28 – Criar mais centros de apoio em outras regiões de concentração de imigrantes para informação e educação em deveres e direitos.

EIXO 2 - SAÚDE

2.1.1 – Atendimento à mulher, em especial a saúde da mulher negra, ou de clínicas especializadas, pois a maioria da população do município é de mulheres negras.

2.1.2 – Investimento na formação de profissionais de Saúde e gestores em todos os níveis, desde o acolhimento, aos cuidados dos praticantes das religiões de matrizes africanas.

2.1.3 – Implantação do CAPS AD e infantil em Cidades Tiradentes.

2.1.4 – Inclusão do quesito cor em todos os levantamentos em pesquisas epidemiológicas.

2.1.5 – Garantir o bem-estar físico, social, afetivo e econômico da população negra.

2.1.6 – Garantir o atendimento, acompanhamento e controle de agravos da população negra (anemia falciforme, hipertensão...)

2.1.7 – Orientar, informar e garantir o acesso das comunidades indígenas, imigrantes, refugiadas, ciganas, LGBTT aos programas de atendimento à saúde no SUS.

2.1.8 – Criar mecanismos que desenvolvam à conscientização da população quanto ao respeito à diversidade sexual.

2.1.9 – Seminários com a intenção de prevenir a gravidez na adolescência, criando um canal de discussão junto à juventude discutindo e procurando a forma mais eficaz para uma educação sexual;

2.1.10 – Campanhas de saúde, promovendo prevenção ao vírus HIV/AIDS e outras DST's , além de tornar público métodos contraceptivos evitando gravidez indesejada;

2.1.11 – Criação de políticas públicas de assistência a dependentes químicos, com o intuito de reintegrá-los ao convívio social;

2.1.12 – Programa de controle social, junto à população negra, para o mapeamento e controle de doenças com prevalência nos afrodescendentes;

2.1.13 – Intensificar os cuidados com os cuidados com os idosos portadores de diabetes e hipertensão;

2.1.14 – Criar um programa de reciclagem dos profissionais da área de saúde, orientando – os sobre as especificidades da saúde da população negra;

2.1.15 – Garantir a presença de ginecologista mulher nas unidades móveis para que as mulheres ciganas e afro-brasileiras possam realizar seus exames preventivos e de pré-natal sem criar constrangimentos dentro de sua comunidade.

2.1.16 – Criar mecanismos contra o preconceito e a discriminação nas instituições de atendimento à saúde, cujos pacientes sejam oriundos das comunidades ciganas, afro-brasileiras, especialmente mulheres, crianças e idosos.

2.1.17 – Promover geração de conhecimento a respeito do Povo Cigano com todos os profissionais da Saúde e da Educação, de tal forma que os mesmos possam diminuir a discriminação e preconceito em relação ao Povo Cigano em seus ambientes de trabalho.

2.1.18 – Adaptações nos postos de saúde, obedecendo às normas da ABNT, eliminando as barreiras arquitetônicas;

2.1.19 – Formação dos profissionais médicos e servidores públicos nas Unidas Básicas de Saúde, esclarecendo em relação do atendimento aos usuários com deficiência;

2.1.20 – Adaptações de espaços e equipamentos para exames específicos, mamógrafos, mesas ginecológicas etc.

2.1.21 – Garantir distribuição de órteses, próteses e equipamentos auxiliares, dentro de prazos estipulados;

2.1.22 – Realizar palestras nas UBS (Unidades Básica de Saúde) referente ás questões das pessoas com deficiência: higiene, afetividade, sexualidade,família etc.

2.1.23 – Incentivar e investir em campanhas e treinamento de profissionais da área da saúde também em outras doenças que atingem mais segmentos específicos da população em especial devido às características étnica e de países e regiões de origem.

2.1.24 – Pesquisar nas escolas, onde há maior número de crianças com anemia falciforme e traço falciforme e discutir a alimentação que é dada para as crianças, avaliando o grau de ferro nos alimentos.

2.1.25 – Garantir o direito de informação sobre anemia falciforme que atinge os trabalhadores e trabalhadoras afrodescendentes.
a) atendimento de pacientes segmentados em razão de sua ascendência populacional (genética de populações) para enquadramento e diagnóstico de doenças comuns em cada grupo populacional;
b) estudo de anemia falciforme;
c) presença de intérpretes para surdos/mudos nos hospitais e postos de saúde.

2.1.26 – INFORMAÇÃO SOBRE O DIREITO À SAÚDE – Tradução dos folhetos informativos sobre direitos e deveres; locais de atendimento por região ou bairro, o que deve se fazer para ser atendido, para o espanhol, chinês, japonês e coreano. Esses folhetos existem em Português, é somente traduzi-los e adaptá-los à linguagem e expressões coloquiais dessa população, sem pretender criar nada.

2.1.27 – Garantir que os Programas de Saúde Regionais e Municipais se estendam dentro das Comunidades de Terreiro principalmente nas Campanhas.

2.1.28 – Programas elaborados por membros da comunidade de imigrantes em parceria com as UBS.

2.1.29 – Programas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, HIV, tuberculose, específicos para imigrantes, ministrados por agentes de saúde capacitados e que sejam membros da própria comunidade.

2.1.30 – Criar mecanismos que desenvolvem à conscientização da população quanto ao respeito à diversidade sexual.

2.1.31 – Garantir a inclusão do Povo Cigano a toda e qualquer campanha de saúde, educação, solidariedade, fraternidade e respeito às diversidades.

2.1.32 – Promover e proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais dos ciganos, realizando campanha de combate e prevenção à discriminação e preconceito em relação ao Povo Cigano.

EIXO 3 TRABALHO E RENDA

3.1.1 – Incentivo de políticas públicas na criação de cooperativas de catadores de material reciclável;

3.1.2 – Incentivo fiscal para empresas atuarem na região a fim de evitar longos percursos dos trabalhadores;

3.1.3 – Necessitando de políticas públicas que preparem à população negra que a qualifique e requalifique;

3.1.4 – Combater os racismos institucionais, que acontece em vários órgãos públicos municipais;

3.1.5 – Apoio às medidas de crescimento previstas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento);
a) Criar em parceria com a sociedade civil, cursos de qualificação profissional estudando as demandas do mercado;
b) Criar incentivos para empresas que abrirem postos de trabalho em nossa cidade, com redução de impostos municipais e facilitando instalações de novas empresas;

3.1.6 – Combater os racismos institucionais, que acontece em vários órgãos públicos municipais;

3.1.7- Cotas para afrodescendentes e indígenas em planos de inserção de jovens ao mercado de trabalho por iniciativas públicas e privada e cotas para as secretarias/assessoria de governo e parlamentar nas esferas municipais, estudais, federais.

3.1.8 – Pela ampliação e fortalecimento de verbas do FAT para qualificação profissional

3.1.9 – Aumentar e percentagem de vagas para pessoas com deficiência nas empresas;

3.1.10 – Cursos de capacitação profissional para pessoas com deficiência, promovido pela prefeitura, estado ou a própria empresa;

3.1.11 – Os trâmites e contratação de trabalhadores/as com deficiência, direto com a empresa;

3.1.12 – Na dispensa de trabalhadores/as com deficiência, por parte das empresas, a garantia da volta dos mesmos à aposentadoria;

3.1.13 – Criar mecanismos para combater o trabalho escravo e semi-escravo de imigrantes

3.1.14 – Criar mecanismos de combate e controle à discriminação devido à cor da pele e gênero através do incentivo do selo à diversidade criado pelo Secretário Municipal do Trabalho sendo que a empresa que recebeu o selo do estágio terá isenção total de tributos municipais.

3.1.15 – Desenvolver novas políticas públicas de regras os piores salários através do selo à diversidade criada pela SMT sendo que a empresa receber o selo do 2º estágio terá isenção total de tributos municipais, que alterem a realidade atual onde os negros ganham menos que os brancos para executar o mesmo trabalho e as mulheres negras recebem via de regra os piores salários.

3.1.16- Sensibilizar o empresariado no que diz respeito cultura das religiões no ambiente de trabalho (vestimentas, oralidade, alimentação etc.); Reconhecendo as capacidades e conhecimentos acumulados dos servidores e suas experiências empíricas. Reconhecer o

trabalho de todos os servidores inclusive o direito intelectual dando crédito aos trabalhos realizados

3.1.17 – Garantir a inserção dos servidores em pré-aposentadoria a participar de Centros de Convivência de Idosos e outros e outras atividades afins, buscando qualidade de vida após aposentadoria.

3.1.18 – Fiscalização das Fábricas de Costura;

3.1.19 – Informação sobre os direitos de todos os trabalhadores migratórios independente da sua condição administrativa.

3.1.20 – Fiscalização dos lugares de trabalho para verificar que sejam cumpridas as condições mínimas estabelecidas por Lei. Tanto em términos de espaços e seguridade no trabalho quanto em salários básicos para todo trabalhador.

3.1.21 – Combater os racismos institucionais, que acontece em vários órgãos públicos municipais;

3.1.22 – Apoio às medidas de crescimento previstas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento);

3.1.23 – Criar mecanismos de combate e controle á discriminação devido á cor da pele e gênero.

3.1.24 – Que todas as ações passem por formas comunicativas entre os órgãos públicos e a população seja por mídia escrita ou falada.

3.1.25 – Garantir a inclusão do Povo Cigano a toda e qualquer campanha de saúde, educação, solidariedade, fraternidade e respeito ás diversidades.

3.1.26 – Promover e proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais dos ciganos.

3.1.27 – Realizar campanha de combate e prevenção á discriminação e preconceito em relação ao Povo Cigano.

3.1.28 – Investimento na educação profissional, ampliando e criando novas escolas técnicas:
a) Criar em parceria com a sociedade civil, cursos de qualificação profissional, estudando as demandas do mercado;
b) Criar incentivos para empresas que abrirem postos de trabalho em nossa cidade, com redução de impostos municipais e facilitando instalações de novas empresas;
c) Incentivo fiscal para empresas que atuarem na região e tenha compromisso com o movimento racial de empregabilidade num percentual a ser discutido com a empresa a fim de deslocar longos percursos dos trabalhadores.

3.1.34 – Rádios comunitários e educativos, TV digital afro brasileiro com a garantia de aparelhos para estúdios de gravação, filmagens para CDs e maquiagem, musica, rádios, TVs.

EIXO 4 TERRA E MORADIA

4.1.1 – Ampliar i atendimento do CDHU e COHAB com uma política de democratização do acesso à moradia enquanto empresas públicas.

4.1.2 – Reformulação da política de habitação da COHAB e da CDHU ampliando o número de empreendimentos habitacionais nos Programas de Arrendamento Residencial para pessoas de baixa renda de 1 a 6 salários.

4.1.3 – Gestão ambiental Municipal para universalizar a coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos no Município, com reconhecimento da atividade das Cooperativas de catadores. A prefeitura deve remunerar os serviços dos catadores pelo serviço ambiental que prestam.

4.1.4 – Reformar e regularizar os cortiços no Município de São Paulo, priorizando a moradia para os mesmos moradores local.

4.1.5 – Acesso ao crédito para obtenção de moradia para migrantes, imigrantes e refugiados.

4.1.6 – Democratizar a participação da população nas Plenárias do Plano Diretor da Cidade.

4.1.7 – Criar programas de reforma de moradia por meio financiamento com subsídio do Governo Municipal.

4.1.8 – Garantir que terras públicas, nas cidades ou cercanias, sejam destinadas aos acampamentos de ciganos, assim como a sua mobilidade por territórios descontínuos.

4.1.9 – Criar forma de endereçamento único para o Povo Cigano de modo a garantir-lhes o acesso aos serviços públicos (CEP)

4.1.10 – Garantir em lei o reconhecimento como domicílio dos acampamentos de ciganos, assegurando assim o direito de inviolabilidade domiciliar.

4.1.11 – Viabilização do programa de atuação em cortiços com a construção de 20 mil moradias nas áreas centrais, para pessoas de baixa renda.

4.1.12 – Garantir a operacionalização do sistema municipal de habitação com Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e Conselho Municipal de Habitação;

4.1.13 – Suspender imediatamente as ações de reintegração de posse nas áreas ocupadas.

EIXO 5 – SEGURANÇA E ACESSO À JUSTIÇA

5.1.1 – Criar uma semana de combate ao extermínio da juventude negra na cidade de São Paulo (debates, palestras, informações, capacitação e outros)

5.1.2 – Criação de um grupo de monitoramento de aplicação das políticas públicas para a população negra no município de São Paulo.

5.1.3 – Criação de um comitê de avaliação, controle e fiscalização dos serviços públicos prestados aos cidadãos nos assuntos atinentes á criança, adolescentes, étnico racial e religioso, formado pela sociedade civil.

5.1.4 – Divulgação do número de Guardas Municipais afastados por prática de xenofobia, homofobia, racismo e intolerâncias correlatas.

5.1.5 – Criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com orçamento, estrutura física, equipe técnica que possibilite á garantia da implantação do Plano municipal da Promoção da Igualdade Racial.

5.1.6 – Exigir que o quesito cor seja incluído em todos os documentos dos órgãos públicos, órgãos do município, com objetivo de coibir a homofobia, xenofobia por parte dos agentes públicos municipais.

5.1.7 – Coibir a prática discriminatória contra jovens, travestis, transexuais, transgêneros considerando o aspecto de religião, raça, geracional e identidade de expressão de gênero.

5.1.8 – Que esta conferência garanta a aplicabilidade das propostas sobre o tema de Segurança Pública contidas no relatório do Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE).

5.1.9 – Aplicabilidade e divulgação da Lei 10.948 pelo Centro de Referência aos Direitos Humanos e combate ao racismo.

5.1.10 – Pedir aprovação do Projeto de Lei PL 122/06 de forma a garantir a efetivação do acesso á Justiça por um segmento da população.

5.1. 11 – Garantir que as forças policiais atuem de forma igualitária protegendo todos os cidadãos de igual maneira, independente da raça, orientação sexual, identidade de gênero, religiosidade, inclusive na definição das prioridades de atuação para que reflitam as reais exigências de toda a população e não apenas dos grupos privilegiados.

5.1.12 – Garantir que a política não abuse de seu poder contra grupos minoritários e não aproveite as vulnerabilidades destes para quaisquer fins.

5.1.13 – Inclusão no currículo escolar em nível fundamental e médio de disciplinas pautadas na formação crítica do cidadão no que tange á informação de seus direitos e deveres básicos do estudo das funções do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como das atribuições principais de seus respectivos membros, para que o cidadão pudesse cobrar com eficiência a implementação e execução de políticas públicas de interesse geral.

5.1.14 – Criação de uma Rede de Proteção para a criança e adolescentes (atendimentos psicológicos, jurídicos, serviços sociais etc.) pelo Poder Público para estabelecer parceria com as já existentes, formada por ONG.

5.1.15- Instituir um processo de avaliação e de formação dos Conselheiros Tutelares e Auditoria das creches conveniadas com revisão da sua portaria de criação, garantindo as

trabalhadoras destas creches seus direitos trabalhistas, atrelando as propostas pedagógicas ao programas da Secretária Municipal de Educação;

5.1.16 – Instalação de Centro de Referência em cultura de Paz.

5.1.17 – Palestra de sensibilização em segurança pública nos bairros carentes.

5.1.18 – Criação na Esfera Judicial de Veras Especializadas e/ou Juizados Especial que tratem especificamente de crimes raciais e de intolerância.

5.1.19 – Capacitação de servidores públicos que atuam na esfera dos Dos Direitos Humanos, na temática de questões raciais e de intolerância.

5.1.20 – Implantação nos concursos públicos e projeção funcional com vagas destinadas a afrodescendentes por meio de cotas.

LISTA DE DELEGADOS PARA II CONFERÊNCIA ESTADUAL
Delegados da Sociedade Civil

Adonias dos Santos Néri
Ailton Pinheiro Junior
Airson da Costa
Alberto Milkewitz
Aldezir de Oliveira Santos
Alex Levi
Alfredo de Oliveira Neto
Aluísio Pereira Lima Silva
Anatalina Lourenço da Silva
Andressa Maria de Lima
Ângelo Adoniran Guilherme
Aparecido Pires de Moraes
Benedita Maria Simões
Benedito Cruz
Bruna Caroline Lima Silva
Carlos Augusto dos Santos
Carolina Amanda Lopes Borges
Catia Cristina D. da Silva
Celso Lima
Cláudio Aparecido da Silva
Cleide Almeida
Cristina Rezende Maria
Dalva Maria de Oliveira
Daniel Douek
Danilo Rodrigues Machado Martins
Dara Sabino Colaça
Davilson N. Santos
Débora Cristina Chatre Cardoso
Dov Bígio
Edagoberto Braz dos Santos
Edilson Alves de Medeiros
Edílson B. Luiz
Edmilson de Lima Silva
Edna Santos
Edson Machado de Brito
Edson Pereira Nascimento
Eduardo Ferreira de OLIVEIRA
Eliezer Marcelino dos Santos
Estefânia Rodrigues Veiga
Eufrásio Félix do Nascimento
Evane Kramer
Evanice Gomes de Oliveira
Fabiana Generoso
Fátima Regina da Cruz Sabino Calaça
Flávio Jorge Rodrigues da Silva
Francisca Pereira da Rocha
Geralda Gonçalves
Gevanilda Gomes dos Santos
Gildean Silva Pereira
Guilherme Botelho Junior
Ismael Ganepi
Ivan Renato de Lima
Izilda Vera de Moraes
João Armindo Coelho Vargas
João Carlos B. Martins
Jorge Lúcio Soares
José André Alves de Souza
José Aparecido M. de Souza
José Arcanjo de Araújo
José Augusto Souza
José Carlos Barbosa Nobre
José Carlos da Silva Brito
Josieli Roberta dos Santos Silva
Jovair Cardoso de Freitas
Jucelino Viera Brandão
Jucilene Alves da Silva
Jurandir Nogueira
Lia Lopes Almeida
Lia Regina Bergmam
Lucia Ciudemezue

Luis Antonio Mendes
Luis Fernando de Souza
Luiz Carlos Bueno O Pinto
Maciel Silva Nascimento
Mãe Genilce de Ogum
Maikon Robson Ramalho
Manoel Julio Souza Vieira
Mara Fernanda da Silva
Marcelina Conceição dos Santos
Márcia Antonieta Farro
Marcos Dipreto
Marcus J.R. Ribeiro
Maria Aparecida da Silva Costa
Maria Aparecida Pinto
Maria da Conceição Silva Amaral
Maria de Lurdes Martins
Maria do Rosário Santos
Maria Helena da Silva Britto
Maria Isabel da Silva
Maria R. Nestardo
Marilândia F. de Spinoza
Marlene Simões de Paula
Marli Pereira
Mauricio Pereira
Mirian Ap. da Silva
Nadia Edevina Tomé dos Santos
Nadir Francisco do Amaral
Neide Duque Silva
Nestor Dorea da Costa Filho
Nilcéia Alves Gomes Silva
Nilza Maria Albino
Odézia Rodrigues
Oriana Isabel Jara Carmona
Osvaldo Trajano
Pai Beto de Ode
Patrícia Santos
Paulo Sabino
Renata da Silva Ribeiro
Ricardo Adriane R. Souza
Ricardo Marcelino Pinto
Roberta Aio
Rodrigo G. Rodrigues
Romilda Máxima Vilela de Lima
Rosa do Nascimento
Rosa Maria Anacleto
Sandra Maria Mariano da Silva
Sandro Roberto de Souza
Saulo Rocha
Simone Silva do Nascimento
Solange do Carmo Sales
Wini Sabino Colaça
Yara Lúcia Calles
Soraia Alexandra Zanzina
Stellita Marcia de Oliveira
Sueli Chan Ferreira
Sueli Chan Ferreira
Ubiraci Dantas de Oliveira
Vanessa Verônica Riscado Lima
Walmir Siqueira

SUPLENTE

José Custódio de Almeida
Inés Del Carmen Fuentes Gónzalez

Delegados do Governo Municipal

Agostinho dos Santos Filho
Anair Aparecida Novaes
Aparecida do Nascimento Santos
Benedita Aparecida Pinto
Célia Cristina Whitaker
Cintia de Andrade Paiva
Cleide Aparecida Victorino
Deise Benedito
Denise Aparecida Bonifácio
Diego Marcondes Mendes
Douglas Haruki Kiryu
Elisabeth Fernandes de Souza
Eloá Maria Pimenta da Silva
Estefânia Rodrigues Veiga
Eufrosina Tereza de Oliveira
Fernanda Santos de Paula
Francisca Silva
Glauco Cugler de Carvalho
João Carlos Benicio
José Salvador de Miranda
Katarina M.F. Tobbos
Laurinda Candido de Araujo
Luiz Carlos Bósio
Marcio Barbosa
Maria Aparecida de Laia
Maria Conceição Casemiro dos Reis
Maria Cristina Honório dos Santos
Maria Eliete de Souza
Maria Jose dos Santos Chaves
Maria Lucia Silva
Marineusa Medeiros da Silva
Paulete Régio Militão
Ricardo Spada
Rosangela de Paula
Rosangela Manuel
Roseli Conceição de Melo
Silvio Luiz de Lima
Simair Silveira Arruda da Silva
Suelma Inês Alves de Deus
Susana de Vasconcelos Dias
Tereza Cristina dos Santos Martins
Valdete Ferreira dos Santos
Vânia Francisco Chaves
Waldir Moura dos Santos

II COMPIR/SP – COMISSÃO ORGANIZADORA
GOVERNO

NOMES	ORGÃO
ANDRÉ LUIS MOURA DE ALCÂNTRA	SMVMA
ELIZABETH FERNANDES SOUZA	SME
GLAUCO CUGLER DE CARVALHO	SMSU
ISMAR BARBOSA MENDES	SMELR
JOÃO CARLOS BENÍCIO	SMT
LAURINDA CÂNDIDO DE ARAÚJO	CS
LUIS CARLOS DA SILVA BÓSIO	SMPDMR
MÁRCIA SOARES DE ANDRADE	SMC
MARCÍLIA CABRAL DOS SANTOS MATIAS	SMF
MARIA CRISTINA HONÓRIO SANTOS	SMS
MARIA JOSÉ DOS SANTOS CHAVES	SADS
RUBENS SILVA	SMMGD
SUELMA INÊS ALVES DE JESUS	SMH
SUSANA VASCONCELOS DIAS	SMNJ

COMISSÃO EXECUTIVA

NOMES	ORGÂO/ ENTIDADES
MARIA APARECIDA DE LAIA	SMPP/CONE
NUNO COELHO	Conselho de Gestão/CONE
CÉLIA CRISTINA WHITAKER	Comissão Municipal de Direitos Humanos
SANDRA MARIANO	CONEN
JULIÃO VIEIRA	UNEGRO
WILLIANS HENRIQUE DA SILVA	Articulação da Juventude Negra

SOCIEDADE CIVIL

NOMES	ENTIDADES
MARIA DO ROSÁRIO	Conselho Indígena
YÁSCARA GUELPA	Centro de Estudos e Resgate da Cultura Cigana
ALBERTO MILKEWITZ	Federação Israelita do estado de São Paulo
ORIANA JARA MACULET	Centro de Apoio aos Migrantes
SORAIA MISLEH	Instituto da Cultura Árabe
WILLIANS HENRIQUE DA SILVA	Articulação da Juventude Negra
SANDRA MARIANO	CONEN
CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS	AFROGEN
ÉDISON BENEDITO LUIZ	CEABRA
ANDRE ALVES	CNAB
CÁTIA CRISTINA DIAS	SOWETO
JULIÃO VIEIRA	UNEGRO
MARCELINA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	ABCCEESP
EGBOME CENCEIÇÃO	INTECAB

PORTARIA 1045, de 18 de agosto de 2009

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, Usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Considerando os Princípios e Diretrizes a serem observados da Lei Orgânica do Município de São Paulo, fundamentados em seu art. 2º inciso VIII, que prevê "A garantia de acesso a todos, de modo justo e igual sem distinção de origem, raça, raça, sexo, orientação sexual, cor idade condição econômica, religião ou qualquer outra discriminação, aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência digna".

Considerando a necessidade de promover políticas públicas que visem e eliminar a discriminação do negro e outras etnias, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais;

Considerando a Segunda Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial que deliberou a proposição de diretrizes para a implementação e o monitoramento do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho Intersecretarial para Elaboração e Monitoramento do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial – PLAMPIR – vinculado à Secretaria Municipal de Participação e Parceria por meio da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra – CONE.

Art. 2º. O Grupo de Trabalho Intersecretarial para Elaboração e Monitoramento do PLAMPIR será integrado por:

I. Representantes das Secretarias Municipais

a) Secretaria Municipal de Saúde;
b) Secretaria Municipal de Educação;
c) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
d) Secretaria Municipal de Cultura;
e) Secretaria Municipal do Trabalho;
f) Secretaria Municipal de Participação e Parceria;
g) Secretaria Municipal de Planejamento;

II. Representante do Secretário Especial dos Direitos Humanos
III. Representantes da Sociedade Civil Integrante do Conselho Gestor da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra
IV. Coordenadoria dos Assuntos da População Negra

Art. 3º. Cabe a Coordenação do Grupo de trabalho ao representante da Secretaria Municipal de Participação e Parceria o qual será substituído, em seus impedimentos legais, pelo Coordenador dos Assuntos da População Negra.

Art. 4º. Os referidos órgãos deverão, no prazo de 5 dias úteis, indicar seus representantes, na qualidade de titular e suplentes, à Assessoria técnica da Secretaria do Governo Municipal, para formalização do referido Grupo de Trabalho.
Art. 5º. Compete ao Grupo de Trabalho intersecretarial para a Elaboração e Monitoramento do PLAMPIR:

I. Propor ações, metas e prioridades;
II. Estabelecer a metodologia do monitoramento;
III. Acompanhar e avaliar as atividades de implementação;
IV. Promover difusão do PLAMPIR junto a órgãos e entidade governamentais e não-governamentais;
V. Propor ajustes de metas, prioridades e ações;
VI. Elaborar relatório anual de acompanhamento das ações do PLAMPIR;
VII. Propor revisão do PLAMPIR, semestralmente, considerando as diretrizes emanadas da II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Art. 6º. O Grupo de Trabalho intersecretarial para Elaboração e Monitoramento do PLAMPIR poderá instituir comissões técnicas com a função de colaborar para o cumprimento das suas atribuições, sistematizar as informações recebidas e subsidiar a elaboração dos relatórios anuais.

Art. 7º. As atividades dos membros do Grupo de Trabalho Intersecretarial para Elaboração e Monitoramento do PLAMPIR e das comissões técnicas são consideradas de serviço público relevante não remunerado.

Art. 8º. O Grupo de Trabalho Intersecretarial deverá apresentar à apreciação do Secretário Municipal de Participação e Parceria proposta preliminar para o PLAMPIR no prazo de 90 dias, prorrogável por igual período.

Art. 9º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULA, aos 18 de agosto de 2009, 456º da fundação de São Paulo.

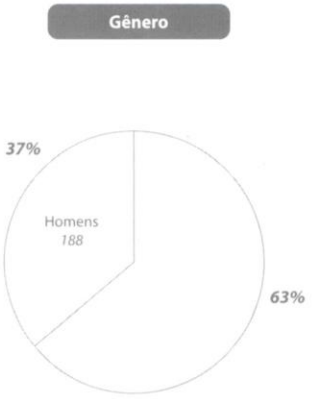
GILBERTO KASSAB, Prefeito.

DADOS GERAIS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA IGUALDADE RACIAL - SÃO PAULO - SP

ANÁLISE DOS DADOS DA CONFERÊNCIA

A CONE após a realização da II Conferência Municipal da Igualdade Racial, tendo como base os dados dos conferencistas, faz um demonstrativo da diversidade dos participantes presentes na II Conferência.

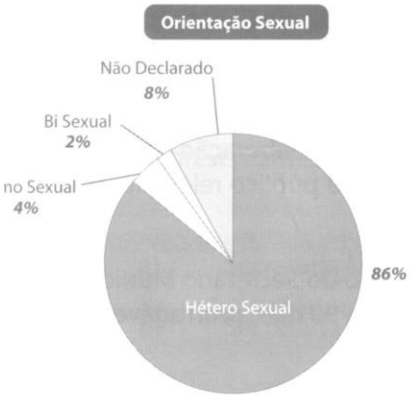
A II Conferência, do ponto de vista da participação, foi um verdadeiro sucesso, contando com a presença de 509 participantes. Tendo como base o presente número, foi possível traçar o perfil dos conferencistas conforme os seguintes temas: gênero, orientação sexual, etnia, cor da pele, região de moradia, participação nas plenárias regionais e grupos temáticos. Dessas informações, foi possível chegar aos seguintes números:



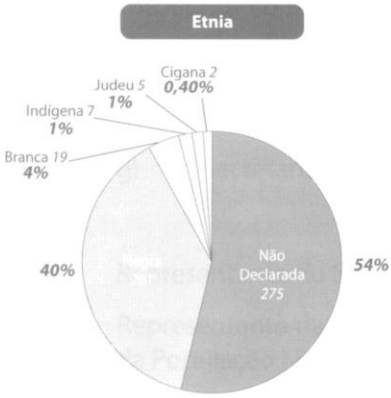
- Gênero: 37% de homens e 63% de mulheres. Isso demonstrou a participação expressiva de mulheres, as quais têm atuado em diversos movimentos, principalmente nas questões ligadas à busca de igualdade de gênero.



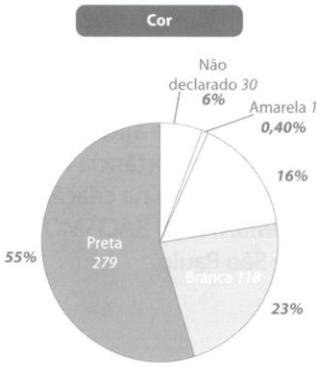




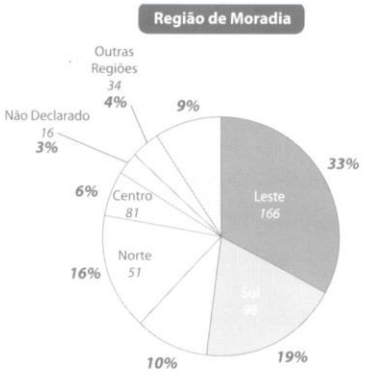
- Orientação sexual: Dos presentes, 4%, dos conferencistas, se declaram homossexual, 2% bissexual e 8% não declararam a sua orientação. Acreditamos que esse número expressivamente baixo dá-se ao fato da grande intolerância contra os homossexuais na nossa sociedade, refletindo nesse baixo índice. Em contra-ponto, 80% dos participantes se declararam heterossexual, demonstrando que na nossa sociedade ainda é muito mais fácil ser homem e hetero.



- Etnia: Uma questão que chama à atenção é o alto número de pessoas que não se identificam com a questão étnica racial, ou seja, 55% dos participantes não declararam a sua etnia, ou seja, isso mostra que o conceito de etnia não está suficientemente esclarecido para a maioria dos participantes, mostrando que ainda tem-se muito que investir na educação das pessoas no que concerne às suas origens.



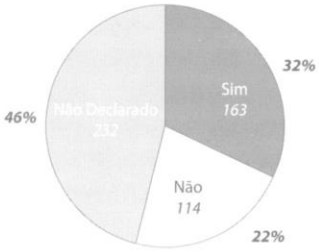
- Cor da pele: Neste quesito, embora 55% não tenham declarado a sua etnia, 55% se declararam como sendo de cor preta, mostrando um grande conflito entre etnia e cor da pele, significando que as pessoas fazem, ainda, confusão entre etnia e cor da pele, uma vez que se 55% não declararam a sua etnia, não se poderia ter 55% de cor preta. Continuando à análise dos dados, os demais se declararam da seguinte forma: 23% de cor branca, 16% de cor parda, 1% de cor amarela e 6% não se declararam. Caso tomemos como base à classificação do IBGE sobre o quesito cor da pele, chegaremos a um total de 71% de negros na II Conferência.



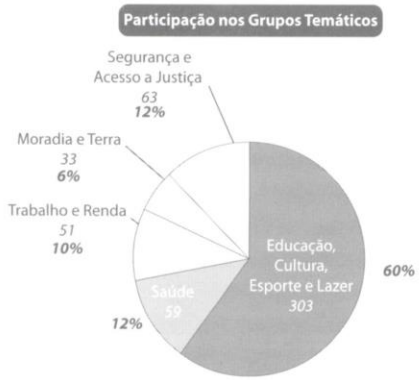
- Região de Moradia: Segundo os dados levantados, a Zona Leste foi à região que mais participantes teve na II Conferência, com 33%, seguido da Zona Sul com 19%, do Centro com 16%, da Zona Norte com 10%, da Zona Oeste com 9% e da Zona Sudeste com 4%. Existindo, também, 3% de participantes que vieram de outras localidades.

Outros Municípios

Brasília DF: 1
Carapicuíba: 4
Caieiras: 2
Diadema: 1
Embu: 1
Francisco Morato: 2
Franco da Rocha: 2
Ferrazópolis: 1
Guarujá: 3
Guarulhos: 5
Osasco: 1
Piracicaba: 1
Poá: 1
Ribeirão Pires: 1
Santo André: 2
São Bernado: 2
Sorocaba: 1
Taboão: 3



- Participação nas Plenárias Regionais: Com relação à participação dos conferencistas nas plenárias regionais, foi possível detectar que a participação foi pouca, no entanto, o número de pessoas que não declararam a sua participação foi uma quantidade significativa que torna as informações inconsistentes.



- Grupos Temáticos: Podemos inferir que uma das maiores preocupações dos conferencistas, era com o tema educacional, ou seja, 60% dos participantes, escolheram como primeira opção o grupo sobre educação. Isto mostra, que, para os participantes, este ainda é um tema que deve ser exaustivamente debatido, principalmente por conta da Lei Federal nº 10.639/04 que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da história da África na grade curricular do ensino oficial. Por fim, outro tema bastante debatido foi à saúde com 12%, haja vista as peculiaridades da população e, principalmente por ser a que mais utiliza o SUS e, por conseguinte, não consegue acesso a um tratamento digno de saúde. Na sequência, vem à segurança pública e o acesso à justiça com 12%.

Os dados levantados nos mostram uma pequena fatia das necessidades e dos problemas existentes na tocante à população negra e, principalmente dos vários desafios existentes e os que ainda hão de vir. No entanto, a II conferência Municipal da Igualdade Racial teve uma relevante importância no debate das questões étnicas e raciais no município de São Paulo e sua resolução culmina na criação do grupo de trabalho para a implementação do PROGRAMA MUNICIPAL DE COMBATE AO RACISMO E O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA AFRO-DESCENDENTES na cidade São Paulo.

Parabéns a todos que participaram da Conferência